



SOCIEDADE
e ESTADO

VOLUME XI . NÚMERO 1

JANEIRO . JUNHO 1996



**GLOBALIZAÇÃO
E FRAGMENTAÇÃO**

**Sociedade e Estado / Departamento de Sociologia da Universidade
de Brasília - Brasília: O Departamento, 1986 -
v.: 20 cm**

Semestral

ISSN 0102-6992

**1. Sociologia 1. Universidade de Brasília - Departamento de
Sociologia**

CDU 301: 321 (05)

**Capa e Projeto Gráfico - SABRINA LOPES
Copidesque - LUZIA FERREIRA DE SOUZA
Editoração - MMFREIRE EDITORAÇÃO E ARTE
Preparação de Textos - ROSEMAR BERTELLI
Produção Gráfica - PAULO CESAR VEIGA
Revisão - GRAÇA M. LANDUREZA ROZENTUL**

VOLUME XI

SOCIEDADE e ESTADO

RBUT
REVISTA SOCIEDADE E ESTADO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Departamento de Sociologia
Apto. B. 1-408
Campus Universitário - Asa Norte
70.910-900 - BRASÍLIA-DF
Fone: 273-6571 - Fax 347-3663

GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO

Número 1

Janeiro . Junho

1996

issn 0102-6992

SOCIEDADE E ESTADO

Revista semestral de Sociologia

Volume XI, número 1, janeiro-junho 1996

Impresso no Brasil sob a responsabilidade do
Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910-900 - Brasília – Distrito Federal

Copyright 1996 by Departamento de Sociologia da UnB
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.
A Revista não se responsabiliza pelo teor dos artigos assinados.

COMITÊ EDITORIAL

Maria Lúcia Maciel
Maria Angélica Madeira
Eurico A. G. C. dos Santos
Caetano E. P. de Araújo

CONSELHO EDITORIAL

Alice Rangel de Paiva Abreu
Bernardo Sorj
Bárbara Freitag Rouanet
Carlos Benedito Martins
Cesar Barreira
Elimar Pinheiro do Nascimento
Fernando Correia Dias
Gabriel Cohn
Gilberto Velho
Hélgio Trindade
Ivan Sérgio Freire de Souza
José Vicente Tavares dos Santos
Lúcia Lippi de Oliveira
Maria Brandão
Maria Suzana Arrosa Soares
Otávio Guilherme Velho
Renato Ortiz
Silke Weber
Vilma de Mendonça Figueiredo
Walder de Góes
Wanderley Guilherme dos Santos

Distribuição:

Editora RELUME-DUMARÁ
Rua Barata Ribeiro, 17/202
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22011-000
Tel.: (021) 542-0248
Fax: (021) 275-0294

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT



CNPq



FINEP

Editorial	5
Maria Lúcia Maciel	
Artigos	7
Localismo, globalismo e identidade cultural Mike Featherstone	9
Anotações sobre a mundialização e a questão nacional Renato Ortiz	43
A lei é dura, mas... (Para uma clínica do "legalismo" e da transgressão) Luís Cláudio Figueiredo	57
Representações geográficas da identidade nacional: o caso norte-americano Lucia Lippi Oliveira	75
Fragmentação das ciências sociais e recombinação de especialidades em torno da sociologia Mattei Dogan	89
Dossiê: Meio Ambiente e Globalização	117
Globalização, meio ambiente e novos atores sociais Vilma Figueiredo	119
Ambientalismo, globalização e novos atores sociais Flávia Lessa de Barros	121
Novos atores e práticas políticas ambientalistas na era da globalização Ilse Scherer Warren	139
Meio ambiente e novos atores sociais: limites e interação entre Estado e ONGs Caetano Ernesto Pereira de Araújo	149
Impasses sociais e políticos em torno de meio ambiente Maristela Bernardo	159

Resenhas	169
Pela mão de Alice - de Boaventura de Souza Santos por Caetano Ernesto Pereira de Araújo	171
Estado e economia no capitalismo - de Adam Przeworski por Aldo Antônio de Azevedo	175
As regras da arte - de Pierre Bourdieu por Irllys Alencar F. Barreira	179

Pareceristas

Gabriel Cohn

João Gabriel Teixeira

José Otávio Nogueira Guimarães

Lúcio Castello Branco

Marcus Faro de Castro

Vilma Figueiredo

EDITORIAL

O processo de globalização parece ser assunto obrigatório hoje em todo tipo de publicação ou debate. Por mais que a palavra venha se desgastando, a realidade socioeconômica e cultural deste processo não pode ser eludida por cientistas sociais interessados em compreender tanto a natureza das novas formas de produção e consumo quanto as características dos agentes envolvidos. Não podemos deixar de examinar as implicações teóricas e práticas da aparente contradição entre a mundialização cultural que atravessa as novas tecnologias de comunicação e informação, por um lado, e a afirmação local, regional ou nacional de identidades culturais específicas, por outro. Não podemos, tampouco, ignorar interpretações da arena cultural que destacam, concomitantemente, tendências à fragmentação de identidades definidas territorialmente, por suas raízes em determinado espaço — cidade, região ou nação-estado —, e a fragmentação do próprio corpo social, ou dos parâmetros definidores das normas de sociabilidade.

Essas relações complexas entre globalismo e localismo, já batizadas de “glocalização”, constituem o foco principal dos artigos deste número de *Sociedade e Estado*. São discutidas algumas possibilidades e críticas teóricas mais gerais, analisam-se casos específicos de afirmação de identidades culturais particulares e propõem-se novos modelos explicativos. Mike Featherstone abre a discussão destacando a complexidade de processos de absorção de modelos culturais hegemônicos, acompanhados pela reafirmação e reconstrução de tradições locais. O artigo de Lucia Lippi de Oliveira refere a questão ao continente norte-americano, analisando as formas de construção da identidade nacional através de suas representações geográficas. Luís Cláudio Figueiredo procura diagnosticar alguns traços constitutivos da identidade cultural brasileira, focalizando o lugar da lei no inconsciente coletivo.

O fenômeno da fragmentação atinge não apenas as formações sociais nos seus diversos níveis e dimensões, mas alcança também a própria ciência que

as estuda. Mattei Dogan analisa a múltipla cisão da ciência social em especialidades e propõe novos modelos para se pensarem as recombinações possíveis em torno da sociologia.

Apresentamos ainda neste número os resultados da mesa-redonda realizada primeiramente em Florianópolis, na III Reunião Especial da SBPC, e depois em Brasília, sobre as questões atuais que cercam o meio ambiente diante do processo de globalização. Este conjunto de trabalhos, apresentado por Vilma Figueiredo, procura mostrar como, também neste campo específico, a permeabilidade das fronteiras gera novos atores e novas questões. Este é o tema das comunicações de Caetano E.P. de Araújo, de Maristela Bernardo, de Ilse Scherer-Warren e de Flávia Lessa de Barros.

Esperamos, com este número, contribuir para o debate sobre a globalização tanto no que diz respeito às identidades culturais e nacionais quanto no que tange à problemática do meio ambiente, de forma a afastar as interpretações simplistas que tendem a exacerbar os seus efeitos, seja de homogeneização seja de fragmentação. É com este objetivo que trazemos ao leitor de *Sociedade e Estado* um leque de abordagens que, embora diversificado nas suas perspectivas, é homogêneo na profundidade das pesquisas e reflexões em que se baseiam, proporcionando maior densidade à discussão contemporânea sobre o tema.

Maria Lucia Maciel

ARTIGOS

LOCALISMO, GLOBALISMO E IDENTIDADE CULTURAL

Mike Featherstone

“To live in one land is captivité.”
John Donne, Change, 1635

“Things fall apart, the centre cannot hold.”
W.B. Yeats, 1918

“There is a third world in every first world and vice-versa.”
Trinh T. Minh-ha, 1987

“To know who you are means to know where you are.”
James Clifford, 1989

RESUMO. Este artigo faz uma crítica às interpretações simplistas do processo de globalização que destacam ou a homogeneização ou a fragmentação. O autor procura mostrar a complexidade da questão diante de situações hegemônicas e de estratégias de preservação, adaptação ou resistência de culturas locais e particulares, através da argumentação teórica, ilustrada por vários exemplos de casos concretos. Propõe um outro modelo para a interpretação do processo de globalização cultural baseado na relação social entre grupos “estabelecidos” e “forasteiros”.

Introdução

Um dos problemas na tentativa de formular uma teoria da globalização é adotar uma lógica totalizante, supondo que estaria ocorrendo um processo geral de globalização que torna o mundo mais unificado e homogêneo. Nesta

Mike Featherstone é professor de Sociologia e Comunicação na Nottingham Trent University e editor da revista *Theory, Culture and Society*.

Este artigo é um capítulo do livro *Undoing Culture* (Londres: Sage, 1995, a ser publicado em português pela Ed. Studios Nobel). A presente tradução é de Maria Lucia Maciel.

Revista *Sociedade e Estado*, volume XI, n.º 1, Jan./Jun. 1996

perspectiva, a intensificação da compressão do espaço-tempo global pelos processos universalizantes das novas tecnologias de comunicação e o poder dos fluxos de informação, finanças e mercadorias implica o recuo inevitável de culturas locais. Nossas experiências e meios de orientação necessariamente divorciam-se dos lugares físicos onde vivemos e trabalhamos. O destino de nossos locais de trabalho e de moradia é visto como estando à mercê de agências desconhecidas em outras partes do mundo. O localismo e o sentido de lugar recuam diante do anonimato de “espaços de não-lugar” ou ambientes simulados em que somos incapazes de sentir que estamos em casa.

Ao mesmo tempo, há a sensação de que os relatos monológicos que assimilam o êxito do processo de globalização à extensão da modernidade — que “globalização é basicamente modernidade em escrita grande” — deixam de lado não apenas a variabilidade cultural de nações-estado e civilizações não-ocidentais, mas também a especificidade do complexo cultural da modernidade ocidental. Não basta considerar que outras culturas não-ocidentais simplesmente recuarão diante da lógica da modernidade e adotarão formas ocidentais, nem olhar suas formulações de particularidade nacional como meras reações à modernidade ocidental. O processo de globalização deve ser visto como a abertura da percepção de que o mundo agora é um só lugar com o inevitável aumento do contato: temos necessariamente maior diálogo entre nações, blocos e civilizações. Trata-se de um espaço dialógico em que a expectativa é de discordância, conflito e confronto de perspectivas, e não apenas trabalho conjunto e consenso. Não que nações participantes e outros agentes devam ser vistos como parceiros iguais no diálogo, e sim que estão presos em crescentes teias de interdependência e correlações de poder que, em parte pela sua complexidade e sensibilidade à mudança e pela capacidade de transmitir informação sobre deslocamentos de fortuna, implicam maior dificuldade em reter imagens simplificadas e estáveis de outros. Pode-se argumentar que a dificuldade em lidar com níveis ascendentes de complexidade cultural e com as dúvidas e ansiedades que esta gera é uma das razões por que o “localismo” — ou o desejo de permanecer numa localidade delimitada ou a “volta ao lar” — torna-se um tema importante. Pode-se também aventar que isto ocorre independentemente de o lar ser imaginário ou real, ou de ser temporário e sincretizado ou simulado, ou de manifestar-se no fascínio da sensação de pertencer, de afiliação e comunidade atribuída aos lares dos outros, como os de povos tribais. O que parece claro é que não se trata de considerar o

global e o local como dicotomia separada no espaço ou no tempo, e sim que os processos de globalização e localização são indissociáveis na fase atual.

Localismo e comunidades simbólicas

Na tradição sociológica, o termo *local* e seus derivados, como localidade e localismo, têm sido em geral associados à noção de um espaço particular delimitado, com seu conjunto de relações sociais estreitas baseadas em fortes laços familiares e tempo de residência¹. Presume-se, normalmente, uma identidade cultural estável, homogênea e integrada, ao mesmo tempo duradoura e única. Neste sentido, freqüentemente pensou-se que os membros de uma localidade formavam uma comunidade distinta com sua própria cultura única — algo que transforma o local de suas interações cotidianas de um mero espaço físico em um “lugar”. Boa parte da pesquisa sobre localidades desenvolvida em sociologia urbana e de comunidades foi influenciada por dois pressupostos principais. O primeiro deriva de modelos de mudança social do século XIX, em que o passado era visto como tempo de relações sociais mais simples, mais diretas e mais fortes, como encontramos nas oposições: *status* e contrato (Maine), solidariedade mecânica e solidariedade orgânica (Durkheim) e comunidade e associação (Tönnies). Esta última, vinda dos tipos ideais delineados por Tönnies no influente *Gemeinschaft und Gesellschaft*, tem sido usada para sublinhar o *continuum* histórico e espacial entre comunidades integradas relativamente isoladas que se baseiam em relações primárias e fortes laços emocionais e as associações mais anônimas e instrumentais da moderna metrópole. O trabalho de Tönnies e outros teóricos alemães tem contribuído para sancionar retratos românticos e nostálgicos do “mundo que perdemos” diante da marcha inexorável da modernização.

O segundo pressuposto, derivado da Antropologia, destacava a necessidade de fornecer descrições etnologicamente ricas da particularidade de pequenas cidades ou aldeias relativamente isoladas. Temos, por exemplo, estudos de pequenas comunidades rurais no oeste da Irlanda (Arensberg, 1968; e Arensberg e Kimball, 1940) e no norte do País de Gales (Frankenberg, 1966). Mas, nestes como em outros estudos de comunidades, os pesquisadores logo ficaram preocupados em delimitar as fronteiras da localidade. Rapidamente ficou claro que mesmo a comunidade mais isolada na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos estava firmemente ligada a socie-

dades nacionais. A ilusão de isolamento espacial que levava pesquisadores a focalizar a rica particularidade das tradições locais logo se desfazia ante a aceitação de que “a pequena cidade estava *dentro* da sociedade de massa”, parafraseando o título de um dos estudos americanos dos anos 50 (Vidich e Bensman, 1958). Sua intenção, assim como a de estudos influentes anteriores tais como *Middletown* (Lynd e Llynd, 1929, 1937) e *Yankee City* (Warner e Lunt, 1941), era de examinar as formas de transformação de comunidades locais pelos processos de industrialização, urbanização e burocratização. Estes processos modernizantes eram vistos como abrangentes e anunciavam o “eclipse da comunidade”, para usar o título do livro de Maurice Stein (1960) que discutia essa literatura.

Na Grã-Bretanha também houve abundância de estudos de localidades, alguns dos quais forneceram descrições ricas das particularidades da vida da classe operária. Em estudos como *Coal Is Our Life* (Dennis et al., 1956), *Working Class Community* (Jackson, 1968) e *Class, Culture and Community* (Williamson, 1982) vemos a percepção de um estilo de vida distintivo da classe operária com sua homogeneidade ocupacional e papéis de gênero estritamente segregados, laços grupais masculinos e um código de lealdade e camaradagem predominando tanto no trabalho quanto no lazer (bebida, jogo, esporte), as mulheres em grande parte confinadas à esfera do lar. O relato clássico dessa cultura, que capta a plenitude da vida operária, é o de Richard Hoggart (1957) sobre a sua própria infância em Leeds em *The Uses of Literacy* (especialmente o capítulo 5). Hoggart documentou os ditados, as canções, o sentimentalismo e as indulgências generosas da vida da classe operária (o grande lanche das tardes de domingo, a cantoria no bar aos sábados, as excursões à beira-mar em que toda a poupança tinha que ser gasta, a vulgaridade e a gargalhada do humor de sobrevivência, personagens superdimensionados, e o calor humano e apoio grupal, a fofoca e o conhecimento de histórias familiares e das instituições locais).

Como já foi dito, existe o perigo de tomar esse retrato como definitivo, como a vida operária real, e de perder sua localização particular no tempo e no espaço: as cidades operárias do norte da Inglaterra nos anos 30 (Critchler, 1979) — a mesma época que produziu heróis operários do cinema como Gracie Fields e George Formby. Ambos encarnaram o senso de humor da classe operária e sua capacidade de ridicularizar e desmontar a pretensão. Tinham um forte senso de comunidade e de lealdade; e a persistência de um sotaque local demonstrava a recusa de perder suas raízes e reforçava sua aparente “naturalidade”, o que os fazia parecer para sempre um rapaz e uma

moça do Lancashire. Aqui pensamos em Gracie Fields em filmes como *Looking on the Bright Side*, *Sing as We Go*, *Keep Smiling* e *The Show Goes On* (Richards, 1984: cap. 10). George Formby, da mesma forma, mantinha uma alegria irreprimível, o *cheekie chappie*, o homenzinho sempre interpretando um bobalhão, mas possuidor de uma sabedoria local que lhe permitia ser mais esperto que os *toffs* da classe alta em filmes como *Off the Dole*, *Keep Fit* e *No Limit* (Richards, 1984: cap. 11). Os filmes de Fields e Formby mostravam uma sociedade britânica dividida em classes, e ambos alcançaram a fama pela sua habilidade em ridicularizar o decoro das classes média e alta e a respeitabilidade, a formalidade e discrição tipificados pela BBC.

Esses filmes foram importantes na sua tentativa de apresentar a sociedade de baixo para cima e pela sua capacidade de instaurar um sentimento de orgulho do localismo operário. Mostravam o contraste com os relatos de vida operária das classes média e alta. Para algumas das camadas mais altas da sociedade, a classe operária era uma espécie de tribo exótica. Frances Donaldson, por exemplo, comenta que as classes média e alta viam a classe operária como quase estrangeira e, quando penetravam no seu meio com vistas a melhorar seu destino, “o faziam como antropólogos... ou missionários visitando uma tribo mais primitiva do que eles” (Donaldson, 1975, *apud* Fussell, 1980:74). O famoso *The Road to Wigan Pier* (1937), de George Orwell, foi escrito neste estilo, pois ele teve uma educação de classe alta em Eaton que lhe deu uma noção muito nítida das distinções sociais². Um trecho memorável que encarnou o freqüente desconforto de Orwell com alguns aspectos da vida operária conta o mal-estar com que recebia sua matinal fatia de pão com gordura. Cada vez que era colocada no seu prato, continha a impressão digital preta do mineiro que sempre cortava o pão depois de ter acendido o fogo de carvão e esvaziado os urinóis. Aqui temos um exemplo do que Elias (1978) chama de “função de nojo”, a sensação de asco daqueles que desenvolveram gostos mais refinados e controles corporais diante dos hábitos do povo³. Neste estilo de literatura, em que se revela tudo sobre “a mais escura Inglaterra”, vemos freqüentemente alternâncias entre identificação emocional, o desejo de mergulhar no calor e na espontaneidade da comunidade local, de um lado, e o asco, o nojo, o desejo de distância, de outro.

Neste contexto, vale lembrar que a platéia para os relatos de vida operária tem uma longa história que vem desde Engels e Charles Booth no século XIX. Ainda é evidente no estilo dramático dos relatos escritos “por um de nós” sobre “o povo do abismo”, para mencionar o título de um dos livros de Jack London. Esta sensação de um antropólogo que despenca nas profun-

dezas da mais profunda Inglaterra operária ainda era encontrada nos anos 50 na publicidade de *The Uses of Literacy*, de Richard Hoggart (1958), em que a orelha da primeira edição da Penguin sugeria que o livro procurava “sanar nossa ignorância” sobre “como vive a outra metade” (Laing, 1986: 47).

Como já foi sugerido, o livro de Hoggart é notável pelas suas descrições simpáticas à vida tradicional dos operários; mas também apresenta essa vida como estando ameaçada pela modernização através dos meios de comunicação de massa e da comercialização. Muitas dessas influências negativas eram vistas como originárias dos Estados Unidos. Hoggart não tem tempo para televisão, lanchonetes, música de adolescentes e outros elementos do mundo artificial da cultura de massa. As tensões que se desenvolveram na cultura operária diante das forças da sociedade afluyente, do consumismo e da cultura de massa foram captadas numa série de romances dos anos 50 e 60, muitos dos quais se tornaram filmes. Lembremos, por exemplo, *Saturday Night and Sunday Morning*, de Allan Sillitoe (1958), *A Kind of Loving*, de Stan Bairstow (1960), *This Sporting Life*, de David Storey (1960), e dos filmes de Ken Loach: *Up the Junction* (1965), *Poor Cow* (1967) e *Kes* (1967), que explorou o senso da terra e a riqueza da vida numa comunidade operária fechada com ocasionais vislumbres dos processos de modernização (ver Laing, 1984; e Stead, 1989). O mais notável aqui é a personagem central da versão filmada de *Saturday Night and Sunday Morning*, Arthur Seaton, o herói de classe operária por excelência, representado por Albert Finney, e que, embora finalmente enlaçado num casamento, termina, com ar de desafio, jogando uma pedra no moderno condomínio suburbano que é o seu futuro.

Como nos lembra Bernice Martin (1981:71), muitos dos relatos da vida operária focalizam sua forma direta e simples de expressão emocional. Para o observador de classe média, o que chama mais atenção é freqüentemente a “gratificação imediata”, o xingamento e a agressão ritualísticas, a sexualidade, a bebedeira e a violência. Mas estes aspectos são na verdade liminares à vida operária, uma parte freqüentemente confundida com o todo. Os momentos de fraternidade e *comunitas* são necessariamente momentos limitados de “liminaridade enquadrada”, momentos de ante-estrutura (Turner, 1969) em que a celebração da quebra de tabus é planejada, em contraste com a cuidadosa administração do tempo, respeitabilidade e preocupação com a reputação do dia-a-dia. É a representação desses momentos liminares que fornece um rico repertório de imagens. Aqui podemos lembrar, por exemplo, comercial de Hovis Bread feito por Ridley Scott, repleto de imagens nostálgicas de uma cidade operária inglesa do século XIX sobre o

lamento de uma trilha sonora da *Sinfonia do Novo Mundo* de Dvorak, tocada por uma banda de metais. Ou o ex-primeiro-ministro britânico Harold Macmillan relembando o seu eleitorado operário de Stockton-on-Tees: “Gente maravilhosa, a melhor gente do mundo”, comentou em programa de televisão com a voz pesada de emoção e uma lágrima no canto do olho, quase nos convencendo de que via o operariado de Stockton como a sua única comunidade orgânica.

Portanto, muitas dessas imagens da classe operária ajudam a forjar mitos de pertencimento, calor humano e solidariedade que sugerem a segurança mítica de uma infância à qual há muito se renunciou. Nada há tão poderoso quanto a imagem de uma comunidade orgânica integrada na infância perdida (Hall, 1991:46). Geoffrey Pearson (1985) nos deu um relato importante das formas pelas quais gerações sucessivas recorreram ao mito dos “bons velhos tempos”, à existência de uma comunidade menos violenta, mais respeitosa das leis e mais harmoniosa no passado da sua infância ou na de seus pais. À medida que se recua no tempo, encontram-se deslocamentos sucessivos desses anos dourados nos anos 50, nos anos 30, em 1900, em 1870, e assim por diante. Gerações sucessivas investiram numa forma de nostalgia em que o passado é visto numa imagem de coerência e ordem, algo que era mais simples e mais gratificante emocionalmente, com relações mais diretas e integradas. Supõe-se que a nossa própria identidade, assim como a dos outros, está ancorada num local específico emocionalmente carregado e sedimentado com associações simbólicas até que se torna um lugar. Bryan Turner comenta que a nostalgia, ou a perda de um sentido de lar, é um sentimento intenso no mundo moderno. Mais particularmente ainda para aqueles grupos que são ambivalentes sobre a modernidade e que retêm a forte imagem de uma maior integração e simplicidade de uma cultura mais integrada no passado.

Quando falamos de uma localidade, portanto, devemos cuidar para não presumir uma comunidade integrada. É problemático estabelecer até que ponto uma localidade era integrada no passado. Há que atentar para o local no tempo-espaço e no espaço social daqueles que fazem essas declarações e para o fato de que podem estar pintando um retrato nostálgico demasiado unificado. É importante também não trabalhar com a visão de que as localidades só mudam por um processo linear de modernização implicando o eclipse da comunidade e da cultura local.

Como via de regra, quando pensamos uma localidade temos em mente um lugar relativamente pequeno onde todos se conhecem, onde a vida social

Esta posição contrasta com a de Benedict Anderson (1991:6), que defende o termo para “toda comunidade maior que a aldeia primordial de contato face-a-face (e talvez até estas sejam apenas imaginadas). Deve-se distinguir a comunidade não pela sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que é imaginada”. Neste sentido, uma nação que pode ser considerada como uma comunidade imaginada fornece o sentido de pertencimento quase religioso àqueles que partilham de um lugar simbólico particular. O lugar é simbólico no sentido de que pode ser um espaço geograficamente delimitado, sedimentado com sentimentos simbólicos; a configuração de paisagem, prédios e gente foi investida de memórias coletivas com poder emocional suficiente para gerar um sentido de comunalidade. Certos lugares podem adquirir um *status* emblemático particular como monumentos nacionais e representar uma forma de laço simbólico que supera e incorpora as várias afiliações locais que as pessoas têm.

De fato, pode-se argumentar que esta é uma parte essencial do processo de construção nacional em que o Estado-nação estimula ativamente a elaboração da *ethnie*, ou do núcleo étnico (Smith, 1990). Neste sentido, a criação da comunidade nacional é inventada, mas não é inventada do nada. Anthony Smith destaca a necessidade de um estoque comum de mitos, heróis, eventos, paisagens e memórias que são organizadas e assumem uma qualidade primordial. No século XVIII, com o nascimento do nacionalismo na Europa, houve uma tentativa deliberada por parte de especialistas culturais (ou proto-intelectuais) de descobrir e registrar práticas e costumes vernáculos, lendas e mitos, a cultura do povo, que se supunha estarem rapidamente desaparecendo. A camada em expansão da *intelligentsia* indígena procurava efetivamente juntar e tecer coerentemente este corpo de fontes culturais populares que dariam ao passado uma direção e construiriam uma identidade nacional. Esta idéia está ligada ao que Gellner (1983), Anderson (1991) e outros consideram um fator crucial na construção do nacionalismo: a disponibilidade de uma cultura impressa que pode conectar as pessoas no tempo e no espaço. Portanto, a possibilidade da nação depende do desenvolvimento do livro, do romance e do jornal juntamente com um público leitor capaz de usar essas fontes na área territorial, capaz portanto de se imaginar como uma comunidade. Pode-se argumentar que a indústria cinematográfica facilita ainda mais esse processo, já que o filme proporciona o sentido de imediação relativamente independente do longo processo de aprendizado e de suportes institucionais necessários para assimilar conhecimento pelos livros (Moore, 1989; Higson, 1989).

A nação, portanto, vem a ser representada por um conjunto mais ou menos coerente de imagens e lembranças que lidam com as questões cruciais de origem, diferença e distinção de um povo. Neste sentido, tem uma base quase religiosa, por ser capaz de responder algumas das questões de teodicéia num mundo sujeito a processos de secularização. O sacrifício e o sofrimento a que o povo se submete pela nação devem ser entendidos com relação à capacidade de os discursos, imagens e práticas de sustentação nacional proporcionarem um sentido maior que transcende a morte ou que dá significado à morte subsumindo o indivíduo à totalidade sagrada. Mas o fato de a cultura nacional ser constituída como uma particularidade única aponta para a ascensão dos Estados-nação europeus atracados em lutas de poder e provas eliminatórias em que a mobilização da população pela diferença e pela distinção alcançava grande significado. Neste sentido, as pressões externas da figuração do outro significante a que o Estado-nação pertence e a escalada das lutas de poder podem tornar a construção de uma identidade nacional mais importante. Já se disse que o conflito aumenta o sentido de diferença entre “os de dentro” e “os de fora”. Assim Georg Simmel, que havia escrito longamente sobre a capacidade de os conflitos externos unificarem a estrutura interna de um grupo, observou como a reação alemã à Segunda Guerra Mundial resultou numa onda de êxtase social e intensificação dos laços sociais que uniam a nação.

Os escritos de Simmel são importantes por nos darem uma noção da natureza multidimensional e relacional da vida social. Uma cultura local pode ter um conjunto comum de relações de trabalho e de parentesco que reforça a cultura prática vivida cotidianamente, sedimentada em conhecimentos e crenças tomados como dados. Mas a articulação dessas crenças e do sentido de particularidade tornar-se-á mais nítida e bem definida quando a localidade se envolver em lutas de poder e provas eliminatórias com seus vizinhos. Em tais situações, podemos ver a formação da cultura local, em que a particularidade da sua própria identidade é sublinhada. Neste caso, a localidade apresenta aos de fora uma imagem simplificada e unificada de si mesma. Usando a metáfora de Cohen (1985), esta imagem pode ser assimilada à face ou à máscara da comunidade local. Isto não significa que na localidade se tenha eliminado a diferenciação social e que as relações são mais igualitárias, simples e homogêneas: suas diferenças internas e seus discursos podem ser muito complexos. A questão aqui é a direção do foco. Internamente, podemos considerar a comunidade com todo tipo de independências, rivalidades, lutas de poder e conflitos. Muitos estudos de

comunidades documentaram esses conflitos: lembramos aqui relato de Elias e Scotson (1995), das lutas entre moradores estabelecidos e forasteiros. Mas em certas circunstâncias estas lutas podem ser esquecidas como, por exemplo, quando a localidade entra em conflito com outra, ou quando a região está envolvida em disputas inter-regionais. Nessas situações, a particularidade de cada um é subsumida na coletividade maior e desenvolve-se um trabalho cultural para a construção de uma imagem pública aceitável. Este processo implica a mobilização do repertório de símbolos comuns e memórias e sentimentos coletivos. Os deslocamentos das interdependências e equilíbrios de poder aumentam a consciência que tem o povo local da fronteira simbólica entre eles e os outros, com a ajuda da mobilização e reconstituição dos repertórios simbólicos com os quais a comunidade pensa e formula uma imagem unificada da sua diferença do oposto (Cohen, 1985). Como veremos adiante, o que é relevante na situação global contemporânea é a capacidade de deslocar a moldura, de mover-se entre vários focos, de lidar com um leque de material simbólico de onde várias identidades podem ser formadas e reformadas em situações diferentes. Temos aí a noção de que o mundo contemporâneo não está vendo um empobrecimento cultural, uma atenuação de recursos culturais. Ao contrário, tem havido uma extensão de repertórios culturais e aumento dos recursos de vários grupos para criar novos modos simbólicos de afiliação e pertencimento, esforçando-se para retrabalhar e reformular o significado de signos existentes e minar hierarquias simbólicas existentes, para seus próprios fins, de maneira que os centros culturais dominantes não podem ignorar. Esse deslocamento tem sido ajudado e apoiado por grupos de especialistas culturais e intermediários simpáticos ao local.

Dizem alguns que a força dos sentimentos incorporados à nação e a sua sobrevivência no tempo têm sido subestimadas por alguns autores que não vêem o papel da nação no Estado-nação e pressupõem que os sentimentos nacionais foram apenas um subproduto do processo de modernização destinado a facilitar a integração do Estado-nação. Esses sentimentos teriam subsequentemente se revelado redundantes e diminuídos pelo processo de modernização (Arnason, 1990). Além disso, há tendências a subestimar as formas pelas quais a formação da nação e do nacionalismo se alimentam de recursos culturais ainda não modernizados, tais como memórias culturais, símbolos, mitos e o sentimento em torno do núcleo étnico (Smith, 1990). Isto sugere que o habitual contraste sociológico entre tradição e modernidade pode não ser tão útil. É o que se pode observar em Estados-nação como

o Japão, que não pode ser facilmente encaixado na presumida lógica desenvolvimentista da modernização (Sakai, 1989; Mitsuhiro, 1989). De fato, o Japão conseguiu impor um projeto restritivo e particularista de modernidade e protegê-lo dos desafios universalistas (Maruyama, 1969; Arnason, 1987a, 1987b). Isto aponta para a importância continuada de fatores culturais no desenvolvimento de Estados-nação e nas suas relações com outros Estados-nação.

Como já foi dito, as interações bilaterais que ocorrem entre Estados-nação, especialmente as que envolvem competição e conflito crescentes, podem ter o efeito de unificar a auto-imagem de uma nação, a imagem apresentada ao outro. O aumento da intensidade e da regularidade de contatos à medida que as Estados-nação se ligavam em figurações regionais (seu grupo de referência de “outros significantes”) pode aumentar a pressão para a formação de uma identidade distintiva e coerente. É importante destacar que este é um processo que, além da apresentação externa da face nacional, também comporta uma dimensão interna e depende dos recursos de poder que determinados grupos possuem para mobilizar o núcleo étnico. Estes buscarão mobilizar diferentes aspectos do núcleo étnico para servir aos seus próprios interesses e objetivos; de fato, o processo de formação cultural de uma identidade nacional sempre implica uma parte sendo representada como o todo: uma representação particular da nação é apresentada como unânime e consensual.

Podemos lembrar, por exemplo, a declaração de Margareth Thatcher quando da vitória inglesa nas Malvinas em 1982: “Somos uma nação esta noite”. Tais declarações indicam também a fragilidade de formulações particulares de identidade nacional; enquanto que, para serem legítimas, precisam utilizar um repertório finito e reconhecível do núcleo étnico, também estão sujeitas a um processo contínuo de luta para formular e impor formulações alternativas. A fragilidade e a volatilidade das emoções incorporadas na nação e a luta pela legitimidade da representação sugerem que devemos considerar as culturas nacionais em termos processuais. Quando consideramos processos de formação e deformação de identidade nacional devemos ter claro que é mais fácil identificar um núcleo étnico comum onde houve um longo processo de formação nacional, como é o caso da Inglaterra e da França. Mas, é evidente que devemos nos resguardar de tomar estes casos individuais como modelos de formação nacional, especialmente quando consideramos o caso de nações mais novas procurando construir um sentido multicultural de identidade. O caso da Austrália é interessante neste

contexto, e existe atualmente um bom número de estudos sobre as tentativas de gerar uma identidade nacional unificada: de “inventar a Austrália”, cultivando representações de lugares específicos como Ayers Rock e Bondi Beach e de eventos históricos como Gallipoli (White, 1981; Fiske *et al.*, 1987; Game, 1990).

Pode-se argumentar que as imagens construídas na televisão e no rádio são uma parte necessária do processo de formação da identidade nacional, especialmente pela sua capacidade de estabelecer uma ponte entre o público e o privado. É evidente que uma nação é uma coletividade abstrata demasiado grande para ser vivida diretamente pelas pessoas. Assim, não é apenas a existência de rituais cívicos como Dia da Lembrança ou casamentos reais que liga a nação, mas também é crucial a representação de eventos (Chaney, 1986). Para as pessoas que apenas tomam conhecimento desses eventos pela televisão na sua sala de estar, é claro que a televisão não apenas representa os eventos, mas também os constrói. Não se trata apenas de uma audiência passiva: como argumentaram Dyan e Katz (1988), indivíduos e famílias também podem reconstituir o espaço cerimonial no lar, observando rituais, se arrumando e “participando”, sabedores de que inúmeros outros estão fazendo o mesmo. Assim, uma audiência “atomizada” pode ocasionalmente ser unida por eventos mediáticos.

Mas não basta ver o processo de imaginar a nação apenas como produto de fatores internos. Está claro que na Segunda Guerra Mundial a indústria cinematográfica britânica teve um papel importante na mobilização da identidade nacional produzindo representações do inimigo comum (Higson, 1989). Portanto, não devemos considerar culturas isoladas e sim localizá-las na matriz relacional dos outros significantes (Gupta e Ferguson, 1992). Não seria o isolamento da nação o fator crucial no desenvolvimento da imagem de si como uma cultura nacional única e integrada, e sim a necessidade de mobilizar uma representação particular de identidade nacional como parte de uma série de contatos inevitáveis, interdependências e lutas de poder em que as nações se ligam com os outros significantes. Não devemos portanto apenas focalizar relações bilaterais entre Estados-nação: as nações não apenas interagem, elas formam um *mundo*. Isto é, cada vez mais suas interações ocorrem dentro de um contexto global. Um contexto que viu o desenvolvimento do seu próprio corpo de procedimentos formais e dados baseado em processos e modos de integração que simplesmente não podem ser reduzidos aos interesses e ao controle das nações individuais (Arnason, 1990). O desenvolvimento independente de procedimentos e convenções

diplomáticos e de leis internacionais que formam um conjunto de regras básicas para os conflitos internacionais é um exemplo disso (Bergesen, 1990). Outro é o poder independente de corporações multinacionais para enfraquecer a integridade de culturas nacionais pela sua capacidade de dirigir um fluxo de produtos e informações dos centros econômicos dominantes para a periferia — a tese do imperialismo cultural seria um forte argumento neste caso. Ao mesmo tempo, a percepção e a extensão desses processos pode aumentar a sensibilidade das nações para a necessidade de preservar a integridade de suas próprias tradições culturais e pode ser usada para promover reações fundamentalistas e contraglobalizantes.

Assim, um dos efeitos do processo de globalização — o maior contato e o sentido de finitude do mundo, a consciência de que o mundo é um só lugar — é levar à confrontação de uma pluralidade de interpretações diferentes do significado do mundo, formulado a partir da perspectiva de tradições nacionais e civilizatórias diversas. A densidade e a multidirecionalidade das falas que ocorrem no palco global exigem que os estados se posicionem, já que não podem silenciar os outros nem sair do palco. Temos, assim, uma pluralidade de respostas nacionais ao processo de globalização que não são redutíveis às idéias geradas na modernidade ocidental. Um dos problemas encontrados nas tentativas de mapear a condição global contemporânea é esse leque diversificado de respostas culturais nacionais que continuam a deformar e reformar, fundir, sincretizar e transformar, de maneiras variadas, os alegados processos-mestres da modernidade.

Com respeito às teorias da modernidade, encontramos freqüentemente o pressuposto de que a modernização necessariamente implica o eclipse das tradições nacionais e identidades culturais. Mas podemos argumentar que teorias de modernidade que sublinham um processo inelutável de racionalização instrumental que efetivamente “esvazia” o repositório nacional de tradições e significados culturais são malconcebidas. A idéia de Weber da imposição de uma “jaula de ferro”, uma nova servidão burocratizada, ou “egotificação” da vida, e argumentos semelhantes sobre mercantilização, racionalização e desencantamento do mundo por teóricos críticos como Habermas parecem dificilmente substanciáveis (Haferkamp, 1987; Knorr-Cetina, 1994)⁴.

Knorr-Cetina (1992), por exemplo, argumenta que, se examinarmos de perto as práticas cotidianas, elas “atestam a presença de ‘significado’ e ‘tradição’, do ‘corpo’, da ‘intimidade’, ‘saber local’ e tudo mais que freqüentemente se supõe ter sido eliminado dos ‘sistemas abstratos’.” De fato, as práticas cotidianas dos participantes, mesmo quando trabalham em ins-

tuições altamente tecnicizadas, operam com e por meio de ficções. Assim, se observamos as práticas em ambientes locais, vemos que as classificações compartilhadas e profundamente valorizadas que as pessoas usam são uma forma do sagrado. A modernidade não significou a perda da mágica ou do encantamento, nem do uso ficcional de classificações simbólicas em instituições locais.

Essa idéia de modernidade aponta para o pós-modernismo e a pós-modernidade, sendo que esta última não deve ser entendida como uma nova época que agora substitui a idade moderna, mas como a consciência crescente dos limites do projeto de modernidade. É claro que há muitos problemas na tentativa de produzir definições para pós-modernismo e pós-modernidade (Featherstone, 1991). Simplificando, pós-modernismo sugere o problema de lidar com a complexidade cultural, de lidar com aquilo que, do ponto de vista de categorias bem organizadas, parece ser desordem, mas que não pode ser adequadamente incorporado na classificação existente nem ignorado. É possível identificar algumas características. Em primeiro lugar, pós-modernismo implica uma perda de confiança nas grandes narrativas de progresso e iluminismo, centrais à modernidade ocidental. A confiança na universalidade desse projeto é substituída pela ênfase na contingência, na incoerência e na ambivalência. Há uma consciência crescente da multicodificação, da hibridização e do sincretismo cultural. Em segundo lugar, tem havido democratização e popularização de formas de conhecimento e de produção e difusão cultural que eram previamente monopolizadas ou controladas por grupos estabelecidos. É claro que isto é um deslocamento apenas parcial, mas é suficientemente notável para que se crie uma sensibilidade àqueles anteriormente excluídos de, ou a que se dava um papel meramente residual em, classificações existentes. Assim temos uma apreciação pela particularidade legítima do saber local e de perspectivas externas tais como manifestadas, por exemplo, no feminismo ou no pós-colonialismo. Este processo é acompanhado pela ampliação do que é considerado relevante no estudo da vida social e cultural no sentido de incluir perspectivas minoritárias. Há, portanto, uma ênfase na pluralidade, em *histórias* contestadas e irreconciliáveis, por oposição a uma História unificada e unidirecional. É nesse sentido que Vattimo (1988) fala do “fim da história”, o fim do sentido de um fluxo histórico unificado e singular nascendo do Ocidente e para o qual todas as outras civilizações, tradições culturais e Estados-nação inevitavelmente deverão fluir.

Globalização e identidade cultural

Se o termo globalização refere-se ao processo pelo qual o mundo é cada vez mais visto como “um só lugar” e às formas pelas quais nos conscientizamos disto (Robertson, 1992), então as mudanças culturais tematizadas sob a bandeira do pós-moderno apontam na direção oposta, fazendo-nos considerar o local. Mas isto significaria não entender a natureza do processo de globalização. Esta não implica que há, ou que haverá, uma sociedade ou uma cultura mundial unificada — algo como a estrutura social de um Estado-nação com sua cultura, só que em âmbito mais amplo. Tais resultados podem ter sido a ambição de determinados Estados-nação em momentos diversos da sua história, e a possibilidade de um processo de formação de um Estado mundial não pode ser descartada para o futuro. Na atual fase, é possível referir-se ao desenvolvimento de uma cultura global em um sentido menos totalizante considerando-se dois aspectos do processo de globalização. Em primeiro lugar, podemos apontar para a existência de uma cultura global no sentido restrito de “terceiras culturas”: conjuntos de práticas, corpos de conhecimento, convenções e estilos de vida que se desenvolveram de forma crescentemente independente dos Estados-nação. De fato, há um grande número de instituições, culturas e produtores culturais trans-societários que não podem ser entendidos como agentes e representantes de seus Estados-nação. Em segundo lugar, podemos falar de uma cultura global no sentido simmeliano de forma cultural: sentido em que o globo é um espaço delimitado, finito e cognoscível, um campo para o qual todas as nações e coletividades serão inevitavelmente levadas. Neste caso, o globo, o planeta Terra, representa tanto o limite quanto o espaço comum delimitado em que todos os nossos encontros e práticas estão inevitavelmente enraizados. Neste segundo sentido, o resultado do aumento da intensidade de contato e da comunicação entre nações e outros agentes é produzir um choque de culturas, o que pode levar a tentativas cada vez mais intensas de desenhar as barreiras entre si e os outros. Nesta perspectiva, pode-se considerar que as mudanças que estão ocorrendo na fase atual de globalização intensificada estariam provocando reações que procuram redescobrir a particularidade, o localismo e a diferença que geram uma noção dos limites dos projetos culturalmente unificadores, ordenadores e integradores associados à modernidade ocidental. Neste sentido, pode-se argumentar que a globalização produz o pós-modernismo.

Se examinarmos o primeiro aspecto do processo de globalização, fica

evidente que os problemas da comunicação intercultural em campos como o Direito têm levado ao desenvolvimento de “terceiras culturas” mediadoras (Gessner e Schade, 1990). Estas foram inicialmente desenhadas para lidar com os problemas práticos de disputas legais interculturais mas, assim como ocorre com a Corte Européia de Justiça e outras instituições do Direito internacional, elas podem alcançar uma autonomia e uma função que estão além da manipulação de estados-nação individuais. Além disso, podemos apontar também os efeitos integradores da internacionalização de mercados financeiros mundiais depois do *Big Bang* de outubro de 1986 (Dezalay, 1990). O processo de desregulação estimulou a desmonopolização de sistemas legais nacionais e um *ethos* de mercado mais meritocrático em que advogados internacionais se tornaram parte de uma categoria de novos profissionais tais como contadores fiscais de corporações, consultores financeiros e consultores de administração. A esses grupos podemos acrescentar uma outra categoria de “profissionais do *design*”, aqueles especialistas culturais que trabalham nas indústrias de cinema, televisão, música, publicidade, moda e cultura de consumo (King, 1990a). A desregulação de mercados e de fluxos de capital estaria assim produzindo um certo grau de homogeneização de procedimentos, práticas de trabalho e culturas organizacionais. Podemos também apontar algumas convergências no estilo de vida, no *habitus* e no comportamento dessas categorias de profissionais. Há também semelhanças nos bairros das cidades onde vivem e trabalham. No entanto, devemos destacar que esses grupos não serão encontrados em toda cidade, nem em toda capital nacional. Estão concentrados em várias cidades mundiais como Nova York, Tóquio, Londres, Paris, Los Angeles e São Paulo (King, 1990b; Sassen, 1991; Zukin, 1991). É a integração de determinados serviços localizados em determinados bairros dessas cidades mundiais que produz categorias transnacionais de culturas práticas e relações sociais. O processo de globalização é portanto desigual e, se um de seus aspectos é a consciência do mundo como um só lugar, é nesses bairros das cidades mundiais que veremos pessoas trabalhando em ambientes que dependem de meios avançados de comunicação que superam as separações de espaço e tempo. Aqui encontramos os exemplos mais marcantes de compressão tempo-espaço, quando novos meios de comunicação efetivamente permitem transações simultâneas que sustentam as “culturas desterritorializadas”.

Mas ao dar o próximo passo, pressupondo que essas áreas são o protótipo do futuro e que as redes econômicas e de comunicações internacionais

produzirão efeitos homogeneizadores semelhantes em outras áreas das sociedades nacionais, encontraremos problemas. É aqui que alguns cometem o equívoco de pressupor que a extensão de várias formas sociais e culturais a diversas partes do mundo necessariamente produz uma homogeneização de conteúdo. Isto é, considera-se o processo de globalização como produtor de uma cultura comum unificada e integrada. Assim, encontramos teorias sobre imperialismo cultural e imperialismo dos meios de comunicação pressupondo que as culturas locais são necessariamente destruídas pela proliferação de mercadorias, publicidade e programas de meios de comunicação nascidos no Ocidente (principalmente nos Estados Unidos). Essas teorias compartilham com as teorias de comunicação de massa uma forte perspectiva da possibilidade de manipulação de audiências de massa por um sistema monolítico e o pressuposto de que os efeitos culturais negativos dos meios de comunicação são auto-evidentes, e são acompanhadas de pouca evidência empírica de como as mercadorias e a informação são adaptadas e usadas na vida cotidiana (Tomlinson, 1991). É claro que é possível mostrar a disponibilidade de bens de consumo ocidentais, especialmente comida, bebidas, cigarros e vestuário, seguindo os caminhos do turismo e dos negócios às partes mais remotas do mundo. Também está claro que certas imagens — o herói durão combatendo contra todos os obstáculos — têm forte apelo em certas culturas. Assim encontramos filmes de Rambo no sul e no leste da Ásia onde “aldeões remotos da Birmânia rural podem agora aplaudir as façanhas heróicas de Rambo apenas alguns dias depois de terem sido vistas em Wisconsin” (Iyer, 1989:12). Para dar mais um exemplo, um dos principais escritores de literatura de viagens, Paul Theroux (1992:178), em seu livro *The Happy Islands of Oceania*, conta que nas partes mais remotas das ilhas do Pacífico encontrou homens que vinham lhe falar dos últimos acontecimentos da Guerra do Golfo que tinham ouvido no rádio. Também viu que, na pequena ilha de Savo, nas Ilhas Salomão, Rambo era um grande herói popular. O único gerador da ilha tinha a única função de alimentar um aparelho de vídeo. Pode-se supor que não falta muito para a ilha de Savo ter a sua televisão por satélite ou um microcomputador pelo qual se ligará na Internet. Relatos desse tipo já são numerosos hoje — mas como devemos lê-los?

Uma possibilidade é tentar delinear algumas das estratégias de absorção/assimilação/resistência que as culturas periféricas podem adotar diante de imagens e bens culturais e de massa originados nos centros metropolitanos (Hannerz, 1991). Em primeiro lugar, o que parece é que, quando

investigamos casos reais, a situação é extremamente complexa. Não se trata apenas de uma cultura prática cotidiana dos habitantes locais capitulando diante de produtos comercializados globalmente. Essas interações cultura local/cultura de mercado são normalmente mediadas pelo Estado-nação que, no processo de criar uma identidade nacional, educará e empregará seus próprios intermediários e especialistas culturais. Alguns desses podem ter sido educados em cidades mundiais e mantido fortes laços e identificação de estilos de vida com outros “profissionais do *design*”, administradores, intelectuais e para-intelectuais transnacionais. Alguns podem até ser “animadores culturais” oficiais empregados pelo Ministério da Cultura, em alguns casos com um olho na integração cultural nacional e o outro no comércio turístico internacional. Assim, dependendo da prioridade que dá ao projeto de formação da nação e dos recursos de poder que o Estado-nação possui, esta pode reinventar memórias, tradições e práticas com as quais poderá controlar, canalizar ou resistir à penetração do mercado. Algumas nações, por exemplo, investirão em programas de televisão e filmes produzidos localmente. Mas, como já vimos antes, essas experiências de engenharia cultural são bem-sucedidas apenas quando encontram uma base para lastreá-las em práticas e formas de vida locais. Nesse sentido, a idéia de “*dumping* cultural” de programas de televisão americanos obsoletos despejados nas pobres nações periféricas é apenas uma entre várias respostas possíveis. Tem que ser considerada ao lado das atividades de agentes, empresários e “leões-de-chácara” culturais nas principais cidades dos Estados-nação em conjunto com colegas nas cidades mundiais que colaboram nos aspectos da cultura popular local — música, comida, roupa, artesanato, etc. — que possam ser empacotados e comercializados nos centros metropolitanos e alhures. Em muitos casos, é possível que surjam diversas formas de hibridização ou crioulização em que os significados de bens, informações e imagens de origem externa são retrabalhadas, sincretizadas e fundidas com tradições culturais e formas de vida existentes.

Quanto aos efeitos da televisão global, é importante ir além das formulações simplificadas opostas que destacam ou a manipulação ou a resistência das audiências. Nos últimos anos, o pêndulo tem balançado na direção populista com o argumento de que uma nova ortodoxia dos estudos culturais está surgindo em torno da pressuposta criatividade e habilidade de audiências e consumidores (Morris, 1991). A televisão e as novas tecnologias de comunicação estariam produzindo, de um lado, a manipulação e a resistência e, de outro, a homogeneização e a fragmentação da cultura contemporânea.

nea (Morley, 1991). É como se as novas tecnologias de comunicação estivessem produzindo uma *Gemeinschaft* global que transcende o lugar físico pela convergência de grupos díspares que se unem em torno da experiência comum da televisão para formar novas comunidades. O que significa que a localidade não é mais a referência primordial das nossas experiências. Ao contrário, podemos ser instantaneamente unidos aos nossos outros distantes, com os quais podemos formar uma “vizinhança psicológica” ou “comunidade pessoal” pelo telefone ou pela experiência partilhada do noticiário do “alhares generalizado” através da televisão. Como observa Morley (1991:8), “Assim, parece que a localidade não é simplesmente subsumida numa esfera nacional ou global; ao contrário, é constantemente ultrapassada nas duas direções: a experiência é unificada fora das localidades e fragmentada no seu interior.” Mas não se pretende sugerir que a fragmentação da experiência nas localidades seja aleatória ou não-estruturada. O acesso aos recursos de poder cria diferenciais importantes. Assim como há, no nível global, nações “ricas em informação”, há também as “pobres em informação”. No interior das localidades também há diferenças, em que os mais ricos e mais educados têm mais acesso às novas formas de informação e comunicação pela posse do necessário capital econômico e cultural (Morley, 1991:10). Podemos lembrar também o conceito de Mary Douglas e Baron Isherwood (1980) de “bens de informação”, que requerem, para seu consumo significativo e estrategicamente útil, uma base de conhecimento prévio, como é o caso dos microcomputadores. Por outro lado, o sentido de imediaticidade e instanciamento da televisão é o que parece tornar suas mensagens acessíveis de forma não-problemática. As novelas americanas, o futebol italiano ou os Jogos Olímpicos parecem ter uma imediaticidade que poderia ser entendida erroneamente como produtora de uma resposta homogênea. Mas esses recursos globais são freqüentemente indigenizados e sincretizados, produzindo uma fusão e identificações particulares que sustentam a noção do local (Canevacci, 1992; Miller, 1990)⁵.

Outro problema da tese da homogeneização é que ela não vê as formas pelas quais corporações transnacionais cada vez mais dirigem às diversas partes do globo publicidade planejada sob medida para mercados e audiências diferenciadas. Assim, o global e o local não podem ser facilmente diferenciados, como vemos no anúncio da Coca-Cola: “Não somos uma multinacional, somos uma multilocal” (Morley, 1991:15). Seria útil aqui o uso do termo “glocal”, fusão dos termos global e local. Aparentemente, a expressão é moldada no japonês *dochaku*, derivado do princípio agrícola de

adaptar técnicas de cultivo a condições locais, e foi incorporada pelos interesses empresariais japoneses nos anos 80 (Robertson, 1995; Lukes, 1995).

As diversas combinações e fusões de processos aparentemente opostos e incompatíveis como homogeneização e fragmentação, globalização e localização, universalismo e particularismo, apontam para os problemas nas tentativas de conceber o global em termos de um esquema singular integrado e unificado. Appadurai (1990) rejeitou essas tentativas de integração teórica argumentando que a ordem global deve ser entendida como “uma ordem complexa, justaposta, disjuntiva”. Ela pode ser melhor concebida como envolvendo conjuntos de fluxos não-isomórficos de pessoas, tecnologias, finanças, imagens e informações mediáticas e idéias. Estados-nação individuais podem tentar promover, canalizar ou bloquear determinados fluxos com graus variados de sucesso, dependendo dos recursos de poder que possuem e das limitações da configuração específica de interdependências em que estão ligados.

É importante examinarmos a evidência de estudos sistemáticos que focalizam localidades específicas para ver os efeitos desses fluxos em grupos determinados de pessoas. Pode-se argumentar que um ponto importante onde se cruzam e convergem os diversos fluxos de pessoas, bens, tecnologias, informação e imagens é a cidade mundial. Estes são os pontos em que encontraremos a justaposição de ricos e pobres, os novos profissionais da classe média e os sem-teto e uma variedade de outras identificações étnicas, tradicionais e de classe, onde pessoas do centro e da periferia se encontram no mesmo espaço em cidades como Londres, Paris, Nova York, Los Angeles, como também em Bangkok, Rio de Janeiro, Cidade do México, São Paulo e Manila (Berner e Korff, 1992). O redesenvolvimento sócio-espacial das áreas centrais e portuárias de algumas grandes cidades ocidentais nos anos 80 foi visto por alguns como exemplos de “pós-modernização” (Cooke, 1988; Zukin, 1988). Mas também se pode argumentar que boa parte da ênfase pós-moderna na mistura de códigos, no pastiche, na fragmentação, na incoerência, na disjunção e no sincretismo também teria sido uma característica das cidades coloniais, décadas ou até séculos antes de aparecer no Ocidente (King, 1995). Nesta perspectiva, a primeira cidade multicultural não teria sido Londres ou Los Angeles, mas provavelmente Rio de Janeiro, Calcutá ou Cingapura. No mínimo, isto indica alguns dos problemas envolvidos na definição do moderno e do pós-moderno e sua família de expressões associadas. Precisamos de uma noção mais elaborada e matizada de moder-

nidade cultural, que vá além das noções eurocêntricas dos efeitos homogeneizadores de industrialização, urbanização e burocratização. Ela sugere uma concepção global do moderno que, em vez de se preocupar com as seqüências históricas da transição de tradição para modernidade e pós-modernidade, focalize a dimensão espacial, a relação geográfica entre centro e periferia em que as primeiras sociedades multirraciais e multiculturais estavam na periferia e não no centro. A diversidade, o sincretismo e o deslocamento ocorreram lá primeiro. As interdependências e equilíbrios de poder que se desenvolveram entre Estados-nação como Inglaterra e França e as sociedades coloniais claramente formam um aspecto importante, e freqüentemente negligenciado, da modernidade; um aspecto marcadamente ausente dos relatos daqueles que trabalham na tradição clássica derivada dos teóricos franceses e alemães (Bhabha, 1991).

Foi justamente o processo de intensificação dos fluxos de pessoas das ex-colônias para os centros metropolitanos ocidentais no período pós-guerra que nos fez perceber esse aspecto colonial do desenvolvimento da modernidade e da questão da identidade cultural. O influxo de pessoas, imagens e informação vindos de lugares que, para muitos no Ocidente, eram construídos em estereótipos racistas e exóticos simplistas do “Outro” significa que se introduzem novos níveis de complexidade na formulação de noções de identidade, tradição cultural, comunidade e nação. Trata-se de um desafio à noção de fluxos unilineares do centro para as periferias, à medida que os centros dominantes ocidentais se tornam importadores não só de bens e matérias-primas, mas também de gente⁶. A visibilidade e a vociferação “do resto do Ocidente” (Hall, 1992) mostra que as diferenças culturais antes mantidas entre sociedades agora existem no seu interior. A má-vontade dos migrantes de passivamente inculcar a mitologia cultural dominante da nação ou localidade levanta questões sobre multiculturalismo e fragmentação de identidade. Em alguns casos, isso tem provocado reações nacionalistas extremistas intensas, como ocorreu na França (as campanhas racistas de Le Pen) e na Inglaterra (a Guerra das Malvinas e o “pequeno inglaterraísmo” a ela associado). Este problema pode levar a uma série complexa de reações por parte dos imigrantes. Para alguns grupos étnicos, isto significa uma retirada para a cultura de origem (na Inglaterra, uma re-identificação com o Caribe, o Paquistão, a Índia ou Bangladesh) ou uma retirada para as religiões fundamentalistas do país de origem. Para outros, pode implicar a construção de contra-etnicidades complexas, como no caso de afro-caribenhos de segunda geração que desenvolveram identidades em torno dos símbolos e

mitos rastafáris (Hall, 1992:308). Para outros ainda, uma identidade singular unificada pode parecer impossível e ilusória à medida que se movem entre identidades diversas. Alguns jovens negros de terceira geração na Inglaterra deslocam-se constantemente entre identificações britânicas, caribenhas, negras, subculturais e de gênero. Por exemplo, o filme *My Beautiful Laundrette*, de Stephen Freers e Hanif Kureishi, tem como personagens centrais dois homens homossexuais, um branco, um pardo, e o tio paquistanês senhorio vive botando inquilinos negros no olho da rua. São personagens que não apresentam imagens identitárias unificadas positivas e com as quais, portanto, não é fácil identificar-se (Hall, 1991:60).

É possível argumentar que os problemas de tentar viver com identidades múltiplas ajudam a gerar discursos intermináveis sobre o processo de encontrar ou construir uma identidade coerente (Marcus, 1992; Gupta e Ferguson, 1992). Mas, em contraste com os argumentos que pressupõem que a lógica da modernidade é produzir um individualismo crescentemente estreito, uma preocupação narcisista com a identidade individual comum nos anos 70, encontramos hoje argumentos que enfatizam a busca de uma identidade coletiva forte, uma nova forma de comunidade, no interior de sociedades modernas. Maffesoli (1995), por exemplo, considera que o processo de desenvolvimento da modernidade para a pós-modernidade implica um movimento do individualismo ao coletivismo, da racionalidade para a emocionalidade. Neste sentido, vê-se a pós-modernidade como tendo muito em comum com seus antecessores pré-modernos, como por exemplo a ênfase na emocionalidade, o cultivo de sentimentos intensos e experiências sensoriais tais como encontrados nos espetáculos barrocos. Maffesoli considera que a pós-modernidade traz um novo tribalismo, a emergência de *tribos* pós-modernas efêmeras, encontradas principalmente entre os jovens de grandes cidades como Paris. Estes grupos proporcionam um forte sentido de localismo e identificação emocional (*Einfühlung*) pela sensação corporificada táctil de estar juntos. Mas são vistos como *neotribos* porque existem em um mundo urbano onde as relações são transitórias. Portanto, suas identificações são temporárias na medida em que as pessoas necessariamente continuarão se movendo através do fluxo infundável de socialidade para estabelecer novos laços (ver também Bauman, 1991, 1992). O tema do tribalismo, tanto no sentido tradicional de pertencimento exclusivo a um grupo baseado em laços de parentesco e forte identificação com uma localidade ou região, quanto no sentido da emergência de neotribos mais transitórias, tem atraído muito interesse recentemente (Maybury-Lewis, 1992a, 1992b).

Este interesse também tem sido submetido ao processo de *marketing* global por diversos braços da indústria turística que, segundo foi previsto, se terá tornado a principal indústria mundial em 1996 (Urry, 1992). É claro que, para muitos turistas, a facilidade com que podem agora viajar para as partes mais exóticas e remotas do planeta significa dar um passo na reserva turística onde desfrutam de um “lar mais” — todos os confortos costumeiros do lar em termos de comida, bebida, espaço, televisão e outras amenidades, *mais*: mar, areia e sol (Hannerz, 1990; Bauman, 1991). Na verdade eles são locais cujo contato com outro conjunto de locais na localidade turística é altamente regulado e ritualizado. Já tem sido dito que esta categoria de turistas estaria sendo substituída por pós-turistas mais sofisticados que buscam outro tipo de experiências e encontros diretos com os locais e que não estão muito preocupados com o fato de que podem estar vendo uma simulação da cultura local, mas sim interessados na parafernália dos “bas-tidores” e na construção do espetáculo e do cenário. Essas simulações montadas de localidades podem variar de paródias tranqüilizantes no claro estilo desenho-animado (o Cruzeiro na Selva, do Reino Mágico) a pequenas simulações do tipo “entre, veja e toque” de prédios e ícones que na imaginação popular representam uma cultura nacional (Vitrine do Mundo, no Epcot Center), até os grandes esforços da indústria de patrimônio histórico de preservar e restaurar exemplos completos de vida e trabalho do “passado” (para uma discussão de Disney World, ver Fjellman, 1992). Alguns veriam isto como um deslocamento maior de uma imposição de abstração e uniformidade na arquitetura moderna para uma luta pós-moderna pelo lugar, por reinventar o lugar e rehumanizar o espaço urbano (Ley, 1989).

Em outras situações, os próprios locais são instados a participar da autenticidade encenada para turistas. Neste caso, os turistas têm o privilégio de se movimentar na localidade de trabalho e vida em que os verdadeiros habitantes representam para eles. Assim McCannell discute o caso de Locke, na Califórnia, uma cidade industrial, local dos últimos trabalhadores rurais chineses ainda remanescentes. Em 1977, cidade inteira foi vendida a empresários de turismo que a comercializaram como “a única comunidade chinesa rural intacta nos Estados Unidos”. Os habitantes, junto com a cidade, foram museificados, apresentados como os últimos exemplos vivos de “um estilo de vida que não existe mais”.

McCannell (1992:18) também discute exemplos de “selvageria representada ou encenada”, como no acordo entre a MCI Incorporated e os Masai do Quênia, cobrindo níveis salariais, taxas de admissão, direitos de televisão

e cinematográficos, etc., pelo qual os Masai ganhariam seu sustento permanentemente *representando Masai*. É também interessante, neste contexto, o filme de Dennis O'Rourke, *Cannibal Tours*, que segue um grupo de ricos turistas europeus e americanos em cruzeiro luxuoso no rio Sepik (entrevista de O'Rourke por Lutkehaus, 1989; Bruner, 1989; McCannell, 1992). Essas situações variam muito, tanto no que diz respeito aos objetivos dos turistas quanto no poder relativo das partes envolvidas. No caso da Nova Guiné, os membros da tribo sabiam muito bem da troca desigual e da pesada negociação dos turistas ricos e que os intermediários e representantes locais das agências de turismo haviam levado a maior parte do dinheiro. As tribos aqui não têm recursos de poder suficientes para manipular o grau de abertura ou fechamento das fronteiras de seu território nos seus próprios termos. Em outros casos, ocorre o que McCannell chama de "ato índio hostil", em que os ex-primitivos representam ódio, silêncio hostil e frieza. De sua parte, os turistas de canibais podem obter um pacote em versão segura repleto de emoções vicárias no "coração da escuridão" ao mesmo tempo em que preenchem um tema da imaginação popular, uma visita ao lugar do "Outro". Com a condição de que, no fim do dia, podem retornar ao conforto do lar e ao ambiente ocidental familiar do navio.

Há casos, no entanto, em que os turistas podem participar da vida tribal de forma mais completa, como no caso das comunidades Inuit do Alasca. Aqui o turista vive com a tribo e participa de várias atividades. Não há navio de luxo ao qual retornar e apenas indivíduos ou pequenos grupos são admitidos na tribo, em bases estritamente regulamentadas e sob vigilância de agências governamentais. Os Inuit usam o dinheiro que recebem para comprar mantimentos, itens essenciais e equipamento (munição para rifles de caça, etc.), a fim de manter uma versão parcialmente modernizada, mas independente, do seu estilo de vida tradicional. Estão numa situação em que possuem recursos de poder suficientes para manipular as fronteiras da sua comunidade para seus próprios fins e manter seu sentido de identidade cultural. Outro exemplo seria o dos Ainu, um povo caçador que habita em grande parte a ilha de Hokkaido, no norte do Japão, que só foi oficialmente integrada ao Japão depois da Restauração Meiji. Nos anos 70, desenvolveu-se um movimento cultural Ainu que não só estabeleceu escolas para o ensino da sua língua e tradições como também criou, em algumas áreas, estruturas aldeãs tradicionais para produzir artesanato, para que turistas pudessem vir testemunhar seus estilos de vida tradicionais (Friedman, 1990: 320). Assim, o turismo tem sido conscientemente manipulado para os objetivos de reconstituição da identidade cultural Ainu.

Para outros movimentos culturais, o turismo pode deixar de ser visto como um recurso, podendo ser identificado como um elemento importante no processo de destruição do localismo e das identidades étnicas. O movimento cultural havaiano que se desenvolveu desde os anos 70 tem reagido contra o longo processo de incorporação do Havaí na economia americana. Este processo viu o desenvolvimento de um Havaí multiétnico em que os havaianos se tornam uma minoria, tendo sido reduzidos de 600 mil para 40 mil no primeiro século de contato, junto com a estigmatização e desintegração da língua e dos costumes havaianos. A indústria turística é a força dominante desde que o declínio da economia de *plantation* foi identificada com a tomada de terra e que a cultura havaiana foi mercadizada e trivializada como exótica. Argumenta-se que, no lugar do velho sistema com seu modelo homogêneo de identidade modernista ocidental no topo e o Havaí atrasado e pitoresco na parte inferior, com os de baixo ameaçados pela assimilação, tem surgido um sistema policêntrico (Friedman, 1992). O novo modelo gira em torno da oposição do movimento cultural havaiano ao desenvolvimento turístico e procura estabelecer e defender seu sentido autêntico do passado. Um novo turismo de topo de mercado procura, de um lado, modernizar e desenvolver e também definir os que se colocam no seu caminho como preguiçosos e atrasados e, de outro, recriar uma visão nostálgica do Havaí de *plantation*. Visão esta que tem pouca aceitação por parte do movimento havaiano, que busca desenvolver uma identidade particular e um estilo de vida resistindo à tentativa de fazer dele um objeto para o olhar de outrem (ver também Kirkpatrick, 1989).

Observações finais

Anthony King (1995) observou que “todas as teorias globalizantes são auto-representações do particular dominante”. Aponta assim de forma aguda para o problema da localização do teórico que necessariamente escreve de um lugar particular e dentro de uma tradição de discurso particular que não apenas lhe conferem recursos de poder diferenciais para poder falar, mas também para ser ouvido. Muitos dos nossos pressupostos ocidentais a respeito do mundo têm imenso poder porque sua própria qualidade auto-evidente não estimula a possibilidade do diálogo. Assim, temos várias teorias sobre como o Ocidente foi capaz de impor sua visão particular do “Outro exótico” em partes distantes do mundo. Mas isso não nos permite ficar presos à idéia de

que nossas representações devam ficar acorrentadas no particularismo de nossas projeções fantasiosas, pois a questão da evidência não pode ser inteiramente ignorada. Foi um antropólogo americano com origens no Sri Lanka quem levantou dúvidas sobre um dos poderosos mitos ocidentais sobre o Pacífico: o de que o capitão Cook era endeusado pelos havaianos.

Obeyeskere (1992) demonstra em pesquisa cuidadosa que não eram os havaianos que endeusavam o capitão Cook, e sim os europeus que projetavam o mito de endeusamento nativo nos havaianos para reforçar seus próprios mitos civilizatórios. O descobrimento dessa inversão foi possível, em parte, pelo conhecimento que Obeyeskere tinha de sociedades asiáticas, onde ele não conseguiu encontrar evidências locais para sustentar pressupostos de endeusamento de ocidentais por nativos crédulos e, em parte, por ele ter atribuído aos havaianos uma racionalidade prática de senso comum. Esta contrasta com as noções que enfatizam a força resistente da sua cultura pela inflexibilidade de suas categorias cosmológicas. À medida que membros do “resto” vão cada vez mais viver no Ocidente e conseguem ser ouvidos, podemos esperar muitos outros relatos que desafiam as “auto-representações do particular dominante”. Ao mesmo tempo, por mais importante que seja o movimento em direção à desconceitualização, resta o problema da reconceitualização, isto é, da possibilidade de construir modelos gerais do globo mais abstratos, em nível mais alto. Neste sentido, podemos destacar alguns pontos.

O primeiro diz respeito à nossa conceitualização do globo. Identificá-lo como um só lugar é dar-lhe um sentido de falsa concretude e unidade (Tagg, 1991). Para muita gente no mundo, a consciência do processo de globalização, de que habitam o mesmo lugar, pode estar ausente, limitada ou ocorrer apenas espasmodicamente. Até certo ponto, o modelo mais apropriado para representar o processo é o de um amontoado, uma congérie ou um agregado (Elias, 1987; Moore, 1989). Esta é uma forma de entender a noção de cultura global: amontoados, congéries e agregados de particularidades justapostas no mesmo campo, no mesmo espaço delimitado, em que o fato de que não se encaixam nem querem se encaixar torna-se notável, além de constituir uma fonte de problemas práticos. Pode-se argumentar que o estudo da cultura, ou nosso interesse em fazer jus à descrição de particularidades e diferenças, necessariamente nos leva a um modo ideográfico em que temos consciência aguda do perigo da hipóstase ou da supergeneralização.

Ao mesmo tempo, há tendências claramente sistêmicas na vida social que derivam do poder expansivo e integrador de processos econômicos e dos esforços hegemônicos de determinados Estados-nação ou blocos. Nessa

perspectiva, há uma necessidade de conhecimento prático modelado de forma sistemática que possa gerar informações tecnicamente úteis e um planejamento racional: modelos em que as diferenças têm que ser domesticadas, em que se tornem variáveis para uma maior integração. Neste sentido, certos aspectos do nosso mundo estão se tornando passíveis de uma análise sistêmica, na medida em que o mundo se torna mais integrado através de práticas e propriedades sistêmicas. Mas, quando consideramos a relação entre sistema e cultura, argumenta-se que um deslocamento do poderoso controle hegemônico sobre o sistema seria acompanhado de um deslocamento concomitante das categorias culturais. Friedman (1988), por exemplo, considera que, embora todas as culturas sejam plurais e crioulas em termos de suas origens, o fato de elas se identificarem como tal depende de outros processos. Assim, a nossa capacidade de perceber, procurar ou advogar o pluralismo e a defesa da particularidade pode não depender da extensão real dessas características, e sim de mudanças relativas na nossa situação que agora nos “permitem” vê-las. Ele observa:

“De fato, pode-se argumentar que a concepção pluralista do mundo é um modo distintamente ocidental de apreender a fragmentação atual do sistema, uma confusão do nosso próprio espaço de identidade. Quando a hegemonia é forte ou está aumentando, o espaço cultural é homogeneizado, o espaguete se torna italiano, um conjunto plural de dialetos torna-se uma língua nacional em que as diferenças são traduzidas num continuum que vai do correto ao incorreto, do padrão para o não-padrão” (Friedman, 1988:458).

De certa forma, essa concepção é similar àquela elaborada por Elias, na qual ele argumenta que, nas situações em que grupos estabelecidos estão firmes na situação de controle, as relações com grupos externos são mais hierárquicas e o grupo dominante é capaz de colonizar o mais fraco com seu próprio padrão de conduta. Os estabelecidos podem desenvolver uma “imagem de nós” coletiva baseada no sentido de superioridade e de “carisma de grupo”, uma imagem inseparável da imposição e internalização do sentido de “desgraça de grupo”, o estigma de desvalorização e inferioridade por parte do grupo externo. Esses forasteiros são invariavelmente caracterizados como “sujos, moralmente indignos de confiança e preguiçosos” (Mennell, 1989:122). Ao mesmo tempo, essa fase colonizadora da relação entre estabelecidos e forasteiros pode sofrer um deslocamento de interdependências e de equilíbrio relativo de poder para uma segunda fase, a de “democratização funcional”. Nesta segunda fase de diferenciação e emancipação, as pessoas se envolvem em redes mais densas e mais longas de interdependências

que o grupo estabelecido dificilmente pode controlar. Os grupos externos ganham confiança e poder social e os contrastes e tensões sociais aumentam. Podemos ainda acrescentar que, nesta segunda fase, muitos dos modelos unificados que são considerados injustos para com a particularidade e a complexidade ficam sujeitos à crítica e à rejeição. Desenvolve-se um interesse na construção de modelos e teorias que possam incorporar noções de sincretismo, complexidade e padrões aparentemente aleatórios e arbitrários (Serres, 1991).

Estas considerações finais são, evidentemente, especulativas. É muito difícil utilizar modelos do tipo estabelecidos/forasteiros em situações em que há um número crescente de participantes do “jogo” global e as fronteiras entre as coletividades podem ser ultrapassadas ou ignoradas. Mas, no mínimo, eles talvez sugeriram que não devemos nos precipitar em dispensar por completo as teorias das relações sociais.

Notas

1. Para a discussão de localismo e localidade, ver Cooke (1990), Bell e Newby (1971) e Cohen (1985).
2. É interessante notar que a expressão “Wigan Pier” foi criada por George Formby, que ironicamente confundiu a sujeira de uma cidade mineira com as delícias de um balneário à beira-mar.
3. Ver também Bourdieu, 1984; e Featherstone, 1991: cap.9.
4. Algumas dessas críticas aplicam-se ao trabalho recente de Giddens (1990, 1991) sobre a modernidade. Para uma crítica ao fato de ele ter negligenciado a dimensão cultural e ao seu pressuposto de que a globalização é apenas modernidade com letras grandes, ver Robertson (1991).
5. Canevacci (1992), por exemplo, mostra como os índios brasileiros das Cataratas de Iguaçu não só eram fãs do futebol italiano e se identificavam com Rud Guillot do Milan, como também usavam câmaras de vídeo tanto para comunicar entre si como para produzir imagens para o mundo externo.
6. Não se trata apenas do fluxo entre Ocidente como centro e “o resto” como periferia. Como indicou Abu-Lughod (1991), temos que considerar a proliferação de centros múltiplos e, principalmente, como as culturas de centros em ascensão na Ásia estão se difundindo dentro de seus próprios circuitos. Também significa levantar a questão das relações entre migrantes e receptores nesses novos centros, por exemplo o Japão.

Abstract

This article develops a critique of simplistic and generalizing interpretations of the globalization process which emphasize either homogenization or fragmentation. The author seeks to underline the complexity of the issue, given contemporary hegemonic situation as well as preservation, adaptation and resistance strategies, employing theoretical arguments illustrated by concrete examples. The article concludes with the proposal of another model for the interpretation of the cultural globalization process, based on the social relations between established and outsider groups.

Résumé

L'article entame une critique des interprétations du processus de globalisation. Ces interprétations font ressortir soit l'homogénéisation soit la fragmentation produites par ce processus. L'auteur cherche à montrer la complexité du problème face aux situations d'hégémonie et les stratégies de préservation, d'adaptation ou de résistance des cultures locales et particulières, à travers une argumentation théorique illustrée par de nombreux exemples. L'auteur propose alors un autre modèle d'interprétation du processus de globalisation culturelle basé sur les rapports sociaux entre groupes "établis" et "forains".

Referências bibliográficas

- Abu-Lughod, J. (1991) "Going Beyond the Global Babble", in A. D. King (ed) *Culture, Globalization and the World-system*. London: Macmillan.
- Anderson, B. (1991) *Imagined Communities*. Revised edition, London: Verso.
- Arensberg, C. M. (1968) *The Irish Countrymen*. Garden City, NY.: Natural History Press, orig. 1937.
- _____ and Kimball, S. T. (1940) *Family and Community in Ireland*. London: Peter Smith.
- Appadurai, A. (1990) "Disjunction and Difference in the Global Cultural Economy," *Theory, Culture & Society*, n.º 7: 2-3.
- Arnason, J. (1987a) "The Modern Constellation and the Japanese Enigma," Part I, Thesis Eleven 17.
- _____ (1987b) "The Modern Constellation and the Japanese Enigma," Part II, Thesis Eleven 18.
- _____ (1990) "Nationalism, Globalization and Modernity", in Featherstone, M. (ed.) *Global Culture*. London: Sage.
- Balibar, E. (1990) "The Nation Form: History and Ideology", *Review*, 13 (3).
- Bauman, Z. (1991) *Modernity and Ambivalence*. Oxford: Polity.
- Bell, C. & Newby, H. (1971) *Community Studies*. London: Allen and Unwin.

- Bergesen, A. (1990) "Turning World-System Theory on its Head," in M. Featherstone (ed.) *Global Culture*. London: Sage.
- Berner, E. & Korff, R. (1992) "Strategies and Counter-Strategies: Globalization and Localization from the Perspective of the Sociology of Group Conflict," mimeo, University of Bielefeld.
- Bhabha, H. K. (1991) "Race", Time and the Revision of Modernity," Oxford: *Literary Review*, n.º 13.
- Brennan, T. (1990) "The National Longing for Form," in H. Bhabha (ed.) *Nation and Narration*. London: Routledge.
- Bruner, E. M. (1989) "Of Cannibals, Tourists and Ethnographers," *Cultural Anthropology*, 4 (4).
- Burke, P. (1978) *Popular Culture in Early Modern Europe*. London: Temple Smith.
- Canevacci, M. (1992) "Image Accumulation and Cultural Syncretism," *Theory, Culture & Society*, 9 (3).
- Chaney, David (1986) "The Symbolic Form of Ritual in Mass Communication," in P. Golding (ed.) *Communicating Politics*. Leicester: Leicester U.P.
- Cohen, A. (1985) *The Symbolic Construction of Community*. London: Tavistock.
- Cooke, P. (1988) "Modernity, Postmodernity and the City," *Theory, Culture & Society*, 5 (2-3).
- (1990) "Locality, Structure and Agency: A Theoretical Analysis," *Cultural Anthropology*, 5 (1).
- Critcher, C. (1979) "Sociology, Cultural Studies and the Post-war Working Class," in J. Clarke, C. Critcher & R. Johnson (eds.), *Working Class Culture*. London: Hutchinson.
- Dezalay, Y. (1990) "The Big Bang and the Law," in M. Featherstone (ed.), *Global Culture*. London: Sage.
- Dayan, D. & Katz, E. (1988) "Articulating Consensus: the Ritual and Rhetoric of Media Events," in J. Alexander (ed.), *Durkheimian Sociology: Cultural Studies*. Cambridge: Cambridge U.P.
- Douglas, M. & Isherwood, B. (1980) *The World of Goods*. Harmondsworth: Penguin.
- Elias, N. (1978) *The Civilizing Process*, Vol. 1: the History of Manners. Oxford: Blackwell.
- (1987) *Involvement and Detachment*. Oxford: Blackwell.
- & Scotson, J. *The Established and the Outsiders*. Revised edition. London: Sage.
- Featherstone, M. (1991) *Consumer Culture and Postmodernism*. London: Sage.
- (1993) "Global and Local Cultures," in J. Bird and G. Robertson (eds.), *Mapping the Future*. London: Routledge. Reprinted in

- M. Featherstone *Decenteing Culture: Globalization, Postmodernism and Consumption*, London: Sage, 1995.
- (1995) "The Formation of a European Culture", in P. Dukes & M. Hepworth (ed.), *Frontiers of European Culture*. London: Mellon, forthcoming.
- Fiske, J. Hodge, B. & Turner, G. (eds.) (1987) *Myths of Oz*. Sydney: Allen and Unwin.
- Fjellman, S. J. (1992) *Vinyl Leaves: Walt Disney World and America*. Boulder: Westview Press.
- Friedman, J. (1988) "Cultural Logics of Global System," número especial sobre Pós-modernismo, *Theory, Culture & Society*, 5 (2-3).
- (1990) "Being in the World: Globalization and Localization," in M. Featherstone (ed.), *Global Culture*. London: Sage.
- (1992) "Narcissism, Roots and Postmodernity: the Constitution of Selfhood in the Global Crisis," in S. Lash and J. Friedman (eds.), *Modernity and Identity*. Oxford: Blackwell.
- Game, A. (1990) "Nation and Identity: Bondi", *New Formations*, n.º 11.
- Gellner, E. (1983) *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell.
- Gessner, V. & Schade, A. (1990) "Conflicts of Culture in Cross-Border Legal Relations," *Theory, Culture & Society*, 7 (2-3).
- Gupta, A. & Ferguson, J. (1992) "Beyond Culture": Space Identity and the Politics of Difference," *Cultural Anthropology*, n.º 7: 1.
- Haferkamp, H. (1987) "Beyond the Iron Cage of Modernity," *Theory, Culture & Society*, n.º 4: 1.
- Halbwachs, M. (1992) *On Collective Memory*. Chicago: Chicago University Press.
- Hall, S. (1991) "Old and New Identities," in A. King (ed.), *Culture, Globalization and the World-System*. London: Macmillan.
- (1992) "The Question of Cultural Identity," in S. Hall, D. Held and T. McGrew (eds.), *Modernity and its Futures*. Oxford: Polity Press.
- Hannerz, U. (1990) "Cosmopolitans and Locals in World Culture," *Theory, Culture & Society*, 7 (2-3).
- (1991) "Scenarios for Peripheral Cultures," in A. King (ed.), *Culture, Globalization and the World-System*. London: Macmillan.
- Higson, A. (1989) "The Concept of National Cinema," *Screen*: n.º 30: 4.
- Hoggart, R. (1958) *The Uses of Literacy*. Harmondsworth: Penguin.
- Iyer, P. (1989) *Video Nights in Kathmandu*. London: Black Swan.
- King, A. (1990) "Architecture, Capital and the Globalization of Culture," in M. Featherstone (ed.), *Global Culture*. London: Sage.
- (1990b) *Global Cities*. London: Routledge.

- _____ (1995) "The Times and Spaces of Modernity," in M. Featherstone, S. Lash & R. Robertson (eds.), *Global Modernities*. London: Sage.
- Kirkpatrick, John (1989) "Trials of Identity in America," *Cultural Anthropology* n.º 4 (3) : 301-311.
- Knorr Cetina, K. (1994) "Primitive Classification and Postmodernity: Towards a Sociological Notion of Fiction", *Theory, Culture & Society*, n.º 11: 3.
- Laing, S. (1996) *Representations of Working Class Life 1957-1964*. London: Macmillan.
- Ley, D. (1989) "Modernism, Post-Modernism and the Struggle for Place," in J. A. Agnew & J.A. Duncan (eds.) *The Power of Place*. Boston: Unwin Hyman.
- Luke, T. (1995) "New World Order or New World Orders? Power, Politics and Ideology in the Informationalizing Global Order," in M. Featherstone, S. Lash & R. Robertson (eds.) *Global Modernities*. London: Sage.
- Lutkehaus, N. C. (1989) "Excuse Me, Everything is Not All Right": An Interview with Film-maker Dennis O'Rourke, *Cultural Anththropology* 4 (4).
- MacCannell D. (1992) *Empty Meeting Grounds. The Tourist Papers*. London: Routledge.
- Maffesoli, M. (1995) *The Time of the Tribes*. London: Sage.
- Marcus, G. (1992) "Past, Present and Emergent Identities: Requirements for Ethnography in Late Twentieth Century Modernity", in S. Lash and J. Friedman (eds.) *Modernity and Identity*. Oxford: Blackwell.
- Maruyama, M. (1969) *Thought and Behaviour in Japanese Politics*. London: Oxford U. P.
- Martin, B. (1981) *A Sociology of Contemporary Cultural Change*. Oxford: Blackwell.
- Maybury-Lewis, D. (1992a) "On the Importance of Being Tribal," *Utney Reader*, n.º 52 (July-August).
- _____ (1992b) *Millennium: Tribal Wisdom and the Modern World*. Viking Penguin.
- Meyrowitz, J. (1985) *No Sense of Place*. Oxford: Oxford U. P.
- Middleton, D. and Edwards, D. (eds) (1990) *Collective Remembering*. London: Sage.
- Mitsuhiro, Y. (1989) "Postmodernism and Mass Images in Japan," *Public Culture* 1 (2).
- Moore, S. F. (1989) "The Production of Cultural Pluralism as a Process," *Public Culture* 1 (2).
- Morley, D. (1991) "Where the Global Meets the Local: Notes from the Sitting Room," *Screen*, 32 (1).
- Moscovici, S. (1990) "Questions for the Twenty-First Century," *Theory, Culture & Society*, 7 (4).
- Obeyeskere, G. (1992) *The Apotheosis of Captain Cook*. Princeton: Princeton U. P.

- Perry, C. (1986) "A Proposal to Recycle Mechanical and Organic Solidarity in Community Sociolog," *Rural Sociology*, 5 (3).
- Pines, J. & Willemen, P. (1989) *Questions of Third Cinema*. London: BFI.
- Richards, J. (1984) *The Age of the Dream Palace: Cinema and Society in Britain 1930-1939*. London: Routledge.
- Robertson, R. (1992a) "Globality and Modernity", *Theory, Culture & Society*, 9 (2).
- (1992b) *Globalization*. London: Sage.
- (1995) "Globalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity", in M. Featherstone, S. Lash & R. Robertson (eds.) *Global Modernities*. London: Sage.
- Sakai, N. (1989) "Modernity and its Critique: the Problem of Universalism and Particularism," in H. Harootunian and M. Myoshi (eds.) *Postmodernism and Japan*. Durham, N. C.: Duke U. P.
- Sassen, S. (1991) *Global Cities: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton U. P.
- Smith, A. D. (1990) "Towards a Global Culture?" *Theory, Culture & Society*, 5(2-3).
- Stead, P. (1989) *Film and the Working Class*. London: Routledge.
- Stein, M. (1960) *Eclipse of Community*. New York: Harper.
- Theroux, P. (1992) *The Happy Isles of Oceania: Paddling the Pacific*. New York: Putnam.
- Tomlinson, J. (1991) *Cultural Imperialism*. London: Pinter.
- Turner, V. (1969) *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*. Harmondsworth: Allen Lane.
- Urry, J. (1990) *The Tourist Gaze*. London: Sage.
- (1992) "The Tourist Gaze and the 'Environment'", *Theory, Culture & Society*, 9 (3).
- Vattimo, G. (1988) *The End of History*. Oxford: Polity Press.
- (1992) *The Transparent Society*. Oxford: Polity Press.
- Wattier, P. (1991) "The War Writings of Georg Simmel," número especial sobre Georg Simmel, *Theory, Culture & Society*, 8 (3).
- White, R. (1981) *Inventing Australia*. Sydney: Allen and Unwin.
- Williams, R. (1983) *Towards 2000*. London: Chatto and Windus.
- Williamson, B. (1982) *Class, Culture and Community*. London: Routledge.
- Zukin, S. (1988) "The Postmodern Debate over Urban Form," *Theory, Culture & Society*, 5 (2-3).
- (1991) *Landscapes of Power. From Detroit To Disney World*. Berkeley: California U. P.

ANOTAÇÕES SOBRE A MUNDIALIZAÇÃO E A QUESTÃO NACIONAL

Renato Ortiz

RESUMO. O presente artigo discute as condições de emergência do Estado-nação, no contexto europeu de expansão do capitalismo industrial. Na luta pela subordinação dos localismos, a nação foi o espaço de afirmação da modernidade. Hoje, vivemos um momento em que a mesma expansão do capitalismo transborda os limites dos Estados-nação e restringe sua ação. No processo de mundialização, são as identidades transnacionais por ele criadas que reivindicam o monopólio da modernidade. Nesse contexto, são debatidas as oposições universalismo/particularismo, global/nacional, nas dimensões do mercado, da política e da cultura. Esta última é considerada suporte indispensável à criação de identidades coletivas, fundamento da ação dos mecanismos de mercado e do Estado.

1

“Só o capitalismo conseguiu gerar uma cultura verdadeiramente nacional de todo o povo, saltando sobre os estreitos limites da demarcação aldeã. Isso ele levou a cabo arrancando a população da sua fixação local, mudando-a de lugar no processo moderno de formação das classes e das profissões. Levou a cabo por meio da democracia, que é seu produto, e também através da escola elementar, do serviço militar obrigatório e do sufrágio igualitário” (Bauer, 1979:103).

A passagem é de Otto Bauer. Ela tem o mérito de sublinhar dois aspectos que me parecem centrais na constituição das sociedades nacionais. Primeiro, a sua novidade histórica. Embora seja possível descrever o passado da Europa ocidental, ou pelo menos de uma parte dela, em termos da existência

Renato Ortiz é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Campinas – SP.

Revista *Sociedade e Estado*, volume XI, n.º I, Jan./Jun. 1996

de um Estado centralizador, detentor do monopólio da força no âmbito de um território físico delimitado, dificilmente poderíamos considerá-lo enquanto Estado-nação. Evidentemente, como nos mostra Norbert Elias, a integração de monopólios como a França e a Inglaterra pressupunha um grau de prevalência da autoridade da corte em relação aos poderes regionais (Elias, 1993). De fato, o Estado iluminista dispunha de meios, coercitivos e administrativos, para impor a vontade real. No entanto, faltava-lhe um conjunto de fatores para que pudéssemos defini-lo como nacional. A integração postulada é verdadeira, do ponto de vista burocrático e militar, mas encobre a diversidade cultural e a fragmentação existentes em outros níveis. Lembremos de um, o mercado nacional, fruto da Revolução Industrial, desconhecido durante o Antigo Regime. Até então, o capitalismo mercantil havia circunscrito as trocas ao mercado externo. Por isso Marx considera que é somente com a emergência da sociedade industrial que se tem o fim dos resquícios medievais, isto é, das forças centrípetas que impediam a formação de uma sociedade integrada e articulada a um centro, o Estado-nação. Integração doravante extensiva às dimensões políticas, econômicas e culturais e não apenas à violência física ou aos ditames da burocracia real.

Os pensadores do século XIX têm clareza a respeito desses elementos recentes. Renan parte do princípio de que a nação é “algo novo na história” dos homens (Renan, 1992). É isso que o leva a construir seu raciocínio em termos históricos. Sua argumentação se inicia com as organizações tribais, as cidades-Estado, os impérios, para em seguida culminar com o advento da sociedade nacional. Há nesta gradação uma certa tentação evolucionista, mas, mesmo entre aqueles que buscam escapar à sua imposição, acaba-se por considerar a nação como uma forma, acabada e “superior”, de organização social (Mauss, 1969). Olhando o passado, ela surge como sinônimo de civilização moderna, um fato inexorável do caminhar histórico. Os pensadores do século XIX legam ao século XX uma confiança excessiva, como se a roda do tempo se tivesse imobilizado, fixando para sempre nossas vidas. Se insisto neste aspecto, é para lembrar que as discussões atuais sobre o “declínio” do Estado-nação têm implicações que ultrapassam o terreno político. O que está em jogo é a nação, enquanto formação social singular, estrutura capaz de soldar os indivíduos e os seus destinos, no contexto de um território específico.

2

A segunda parte da citação de Bauer diz respeito ao “capitalismo moderno”. Ele quebra as fronteiras tradicionais, arranca o camponês do peso de

sua vida aldeã. O surgimento do Estado-nação se articula portanto à Revolução Industrial. Creio que foi Gellner, entre os autores contemporâneos, quem mais insistiu, a meu ver corretamente, neste aspecto (Gellner, 1988). O mundo nacional é fruto do industrialismo, de um tipo de formação social que faz da mobilidade uma das suas características principais. Neste sentido, a sociedade industrial, que é nacional, se diferencia radicalmente das sociedades agrárias passadas, nas quais os limites das culturas, das trocas e das fidelidades políticas encontravam-se confinados às regiões particulares. O mundo do Antigo Regime era constituído por unidades autônomas, díspares entre si. Existia um universo camponês cuja especificidade se traduzia no campo da cultura, da política, da religião e da economia. A Revolução Industrial, conjuntamente com as revoluções políticas, rompe este quadro. Eliminando os estamentos, elas promovem a circulação dos cidadãos, das mercadorias e das idéias. A nação se realiza portanto através da modernidade. Ela é um tipo de organização cuja base material corresponde ao industrialismo.

A equação nação = modernidade torna-se então prevalente, seja nos países centrais, seja nos periféricos. Nos primeiros, a memória nacional, construída durante todo o século XIX, terá sua expressão máxima no imperialismo. Este é o momento em que França, Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Japão redefinem suas posições no contexto mundial da dominação. Como modernidade é sinônimo de civilização, o discurso ideológico é claro: frente aos outros, esses países teriam uma missão civilizadora. Mas também na periferia, a equação anterior, vista sob outro prisma, é claro, permanece válida. Já não se trata mais de afirmar aquilo que é a pujança do capitalismo existente, fruto da primeira e, já em alguns países, no final do século, da segunda revolução industrial, mas daquilo que poderia ser. No “Terceiro Mundo” a nação é uma utopia, uma busca situada no futuro. Os movimentos nacionalistas, da África à América Latina, partilham essa perspectiva. Por isso nossos modernistas diziam: para sermos modernos é preciso sermos nacionais. Entretanto, na ausência desta modernidade, a nação só poderia se configurar como um projeto, algo deslocado no tempo.

Penso que a relação entre nação e modernidade se rompeu. Historicamente, podemos afirmar, a nação realizou-se através da modernidade, e vice-versa. No entanto, aquela, desde o seu início, continha em seu interior um movimento próprio, uma tendência que dificilmente se confinaria aos limites da realidade nacional. Dito de outra forma, a modernidade, com o avançar da história, torna-se mundial. Ela é hoje modernidade-mundo. Otto

Bauer tem razão quando diz que o capitalismo moderno, isto é, decorrente da primeira Revolução Industrial, cria o espaço nacional. No entanto, no processo de sua evolução, esse mesmo capitalismo, ao se globalizar, encontra outras bases territoriais para desenvolver-se. Neste caso, parafraseando os modernistas latino-americanos, poderíamos dizer: é possível sermos modernos sem, necessariamente, sermos nacionais.

3

O debate sobre a questão nacional pode ser feito sob diversos ângulos. Há entretanto um que merece ser considerado: ele permite entendermos o passado recente à luz das contradições atuais. Refiro-me à categoria de espaço. Ela transforma-se radicalmente no contexto da mundialização da cultura. Digo espaço no sentido amplo do termo, envolvendo desde a vida cotidiana até o processo de construção de identidades. Não cabe, nessa visão sintética do problema, alongar-me sobre essas mudanças, mas penso que elas possuem um valor heurístico para a discussão atual. Longe de vivermos um momento de “esvaziamento” do espaço, como acredita Giddens, ou a sua superação pelas novas tecnologias, como pensa Paul Virilio, seria mais correto dizermos que ele passa por uma fase de redefinição radical (Giddens, 1991). Dentro desta perspectiva, o espaço nacional é uma, entre várias outras, de suas dimensões mais amplas.

O que entender por Estado-nação? Uma primeira definição, usual entre os cientistas políticos, seria considerá-lo como uma unidade territorial político-administrativa no interior da qual “todos” os indivíduos seriam cidadãos. Pouco importa, no momento, a extensão desses direitos. Atento apenas para o entendimento preliminar da questão. Por isso dizemos, nas discussões sobre movimentos sociais, que na América Latina a “nação ainda não se completou”. A frase vem imediatamente associada a um outro enunciado: “a cidadania não se realizou”. Em contrapartida, temos tendência a pensar que a nação se encontra por “inteira” nos países que conheceram a “revolução burguesa”. Ali, o princípio de cidadania ter-se-ia realizado, senão em sua plenitude, pelo menos com uma abrangência maior. No entanto, é possível pensarmos a nação em termos propriamente sociológicos: uma unidade territorial político-administrativa, correspondente a um tipo de organização social determinada, cujas partes se encontram integradas a um todo. O que seria esta totalidade? Qual a força de sua coesão? A resposta, obrigatoriamente, deve integrar uma outra dimensão: a cultura. Radicalizando minha argumentação, eu diria: não há nação sem cultura

nacional. Com isso estou afirmando: os planos econômico (o mercado) e político são necessários, porém insuficientes para a constituição da entidade nação moderna. Por isso Renan fala em “alma coletiva”, Durkheim em “consciência coletiva” (1977), outros em “espírito” nacional. Os termos são significativos. Eles nos remetem para o domínio dos universos simbólicos. Basta olharmos a história das nações para percebermos a existência de uma mesma ordem de problema. Apesar de cada uma delas realizar-se no contexto de suas histórias específicas, todas respondem a uma mesma exigência estrutural. A unificação nacional passa pela unificação lingüística (necessidade de se afirmar a autoridade de uma língua diante de outros idiomas locais), escolar (implantação das escolas primárias, e depois secundárias), comunicativa (construção de ferrovias, estradas, ainda no século XIX difusão dos jornais e, durante o século XX, o advento do rádio e da televisão), simbólica (“invenção” da bandeira, heróis nacionais, ritos leigos de celebração do Estado).

Ora, esse processo de integração corresponde a uma profunda transformação da idéia de espaço. Os mundos locais, seja do camponês ou do artesão, modificam-se radicalmente. Cada um deles vivia dentro de limites bem estabelecidos por suas profissões, crenças e esperanças de vida. Esses mundos, material e simbolicamente, possuíam uma inteireza, uma especificidade, eles encerravam os homens, enraizados em seus lugares de origem, num “universo de bens limitados” (para utilizar uma imagem de G. Foster). A nação requer, portanto, o desenraizamento dos indivíduos de suas localidades e sua reinserção no contexto de uma territorialidade mais ampla. Daí a importância da cultura. Ela é o elemento que propicia a criação de um vínculo entre os homens, o cimento social, o elo que organicamente articula a “solidariedade” (no sentido durkheimiano) entre os diversos grupos sociais dispostos no seu território. A modernidade, que no seu início é nacional, propicia portanto a circulação dos indivíduos entre espaços que anteriormente se encontravam segmentados, separados. Sabemos porém que a conjunção nação/modernidade é conjuntural. Hoje vivemos a sua disjunção. O que significa que a modernidade-mundo radicaliza o movimento de desterritorialização, rompendo a unidade nacional. Ela secreta um tipo de espacialidade distinta, *sui generis*, escapando ao controle das imposições nacionais. Neste sentido, a crise das culturas nacionais não decorre de uma ameaça externa. Pensar desta forma seria atribuir à globalização uma exterioridade, como se as nações estivessem fora da sua órbita. A globalização das sociedades e a mundialização da cultura fazem parte de um

processo que atravessa as sociedades nacionais (Ortiz, 1996). Ela corresponde portanto à formação de um outro tipo de singularidade social (podemos chamá-la de “sociedade global” se quisermos). A crise da sociedade nacional não decorre portanto de uma “falha” no processo de sua construção (por exemplo, a ganância das oligarquias latino-americanas ou o desvirtuamento de certas elites norte-americanas que buscariam no mercado mundial o sentido de suas ações). Ela é intrínseca ao modo como a modernidade-mundo se desenvolveu.

4

Gellner diz que é o nacionalismo que cria a nação, e não o inverso. Sua afirmação pode ser transposta para um outro plano: a identidade nacional antecede a consolidação da nação. Sob esta perspectiva, a identidade deixa de ser entendida em termos substancialistas. Como se ela fosse a expressão de um “Ser” ontológico, algo decorrente de um substrato que lhe é anterior. Considerar a identidade desta maneira é pensá-la como uma construção simbólica em relação a um referente específico — no caso, o Estado-nação. Neste sentido, a construção nacional passa pela anterioridade do “projeto nacional”. Quando, no início do século XIX, enfatiza-se a centralidade de uma nação denominada França, o primeiro obstáculo que se encontra é o de como ampliar a validade deste Estado-nação para o conjunto do território francês. Torna-se portanto necessário integrar no seu bojo as classes perigosas, os camponeses dispersos em suas províncias distantes, enfim, ultrapassar a divisão do país, separado em “duas Franças”, uma “civilizada”, outra “bárbara”, clivagem que, levada ao extremo, impossibilitaria a viabilidade do Estado-nação (Chartier, 1978). Os ideais nacionais, a busca pela identidade, antecedem, assim, a sua própria realização histórica, assim como o romantismo anuncia, muito tempo antes, a cristalização do Estado alemão. No processo de construção nacional, as identidades de cada país necessitam superar as identidades culturais dispersas em seu interior. Eu diria que nos diferentes lugares do planeta, de forma diferenciada, é claro, este processo se desenvolve ao longo dos séculos XIX e XX. Isso significa que a identidade nacional se faz em detrimento das identidades locais. Ela nutre-se da sua neutralização ou da sua destruição. A constituição da nação é sempre conflitiva. Ao se afirmar a unidade do todo, nega-se a particularidade das formações específicas — um exemplo, o antagonismo latente entre o idioma nacional e os dialetos regionais (Bourdieu, 1982); ou a recuperação, isto é, a apropriação, anulando-a, da cultura popular pela cultura nacional. Porém,

independentemente de como esses conflitos se atualizam e se resolvem, creio que é possível dizer que o Estado-nação, durante pelo menos dois séculos, possui o monopólio da definição do sentido da vida social. Esclareço meu argumento. Apesar da diversidade existente no interior do território nacional (que varia com as histórias de cada país), o Estado-nação atua como referente simbólico hegemônico. Ele possui a primazia no ordenamento da vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Esta prevalência se define enquanto autoridade, um valor superior e legítimo, em relação às autoridades cuja validade é de âmbito local (regiões geográficas, grupos étnicos etc.). A integração nacional pressupõe portanto um equilíbrio hierárquico das forças identitárias. As especificidades, definidas enquanto parciais, encontram-se a ela subsumidas.

A mundialização da cultura rompe este equilíbrio, estabilizado durante anos num certo patamar. Tem-se assim um outro panorama. O referente Estado-nação perde o monopólio da definição do sentido da vida social. Isso ocorre de duas maneiras. Primeiro, o processo de globalização “libera” as identidades locais do peso da cultura nacional. Um exemplo: as culturas populares que, ao longo da formação nacional, nunca foram plenamente integradas no seu interior. Voltadas para suas especificidades, elas possuem agora um espaço novo para se manifestar (mas não tenhamos ilusões, ele é também conflitivo). Segundo, surge no horizonte cultural mundializado a possibilidade de se estruturarem identidades transnacionais. É o caso do consumo. Ele cria uma memória coletiva internacional-popular partilhada mundialmente por grupos diversos. Nos dois casos, apesar dos sentidos diferenciados, temos um enfraquecimento da identidade nacional. Ela é, simultaneamente, atravessada pelo processo de globalização e sofre a concorrência das particularidades existentes no seio da sociedade nacional. O monopólio anterior cede lugar a uma situação diversificada. Sublinho: digo diversificada, e não necessariamente plural. Pois cada uma dessas identidades encontra-se vinculada aos grupos que a elaboram — transnacionais, Estado-nação, grupos técnicos ou populares. Cabe portanto indagar sobre suas posições hierárquicas. Afinal, cada uma delas encontra-se amparada em forças e interesses desiguais.

5

A ruptura da relação nação/modernidade tem implicações políticas da maior importância, sobretudo nos chamados países “periféricos”. Tradicionalmente, o debate sobre a questão nacional na América Latina encontra-se

intimamente associado ao tema da modernidade. Independentemente das forças políticas em movimento, sejam elas conservadoras ou progressistas, a idéia de um “projeto nacional” sempre se pautou por uma perspectiva modernizadora — por exemplo, as propostas da Cepal na década de 1950. A busca da modernidade torna-se assim uma utopia coletiva. Cada país, à sua maneira, irá projetá-la no futuro, como se a sua história encontrasse apoio apenas em sua energia interna. Por isso a idéia de “projeto” sempre teve entre nós algo de sartriano — ver os escritos dos isebianos (Vieira Pinto, 1960). A procura do “Ser” nacional confunde-se assim com a afirmação da sua autenticidade, sua desalienação. As transformações recentes colocam as coisas de outra maneira. O Estado-nação perdeu o monopólio em conferir o sentido das ações coletivas. Isso não significa que sua atuação seja desnecessária, ou negligenciável. Ela é concreta, possuindo um papel importante no contexto da “nova ordem mundial”. Mas, falar em projeto, como se fazia antes, é encobrir as dificuldades que nos cercam. Evidentemente, todo país deve (ou melhor, deveria) ter um “programa nacional”, maneira pela qual racionaliza sua inserção no concerto das nações. No entanto, uma proposta programática não é um “projeto”, uma filosofia suficientemente abrangente para abarcar o coração e a mente dos homens. Por melhor que seja sua intenção, ela não possui força utópica. Ela é fruto da ponderação e das oportunidades. A utopia nutre-se de um outro tipo de substância.

A disjunção nação/modernidade traz ainda conseqüências de caráter ideológico. Durante o longo século XIX e o breve século XX, para falarmos como Hobsbawm (Hobsbawm, 1995), a idéia de “moderno” encontra-se plenamente articulada à noção de Estado-nação. Daí a pretensa superioridade da formação nacional em relação às outras sociedades passadas. O pensamento constrói assim uma escala hierárquica, atribuindo ao qualificativo “moderno” uma posição de destaque. Um exemplo: o debate no mundo das artes. Entre outros significados, o modernismo surge como uma proposta de superação da tradição, em princípio, incongruente com os tempos atuais. No entanto, esta oposição tradição-modernidade não se manifesta apenas no interior do universo artístico. Ela é mais genérica e se insere no bojo dos “projetos nacionais”. Para existir enquanto modernidade, a nação deve ultrapassar o que se considera como os antigos anacronismos. A modernidade, um valor nacional, contrapõe-se aos resquícios do passado. Penso que esta carga ideológica permanece ainda hoje. Ocorre, no entanto, um deslocamento das posições. O valor “moderno” passa a vincular-se às forças transnacionais, sobrepondo-se ao nível nacional. “Global” torna-se

então sinônimo de modernidade. Basta olharmos o discurso das grandes empresas transnacionais ou de organismos como FMI ou ONU (Reich, 1992). Neste caso, as regras anteriores aplicam-se também às nações. Elas são vistas como elementos pretéritos, sobrevivências de uma ordem arcaica. Tudo se passa como se a evolução das sociedades humanas se encontrasse agora num outro patamar, mais completo e abrangente. Ironicamente, subjaz a esse julgamento a premissa anterior. Apesar das mudanças radicais apregoadas, a modernidade permanece incólume. O “moderno” continua “valendo mais” do que o “tradicional”, mudam apenas os sinais. A nação é deslocada para o plano da tradicionalidade e o global passa a ocupar o seu lugar de distinção. A idéia mesma de modernidade deixa de ser problematizada.

6

Há, na discussão sobre a globalização, cada vez mais uma tendência a pensá-la como expressão da universalidade. O global surge assim como equivalente de universal. Um primeiro entendimento desta aproximação evoca a noção de limite. O universal, ao se desprender do seu invólucro territorial, expandiria suas fronteiras para “todo o gênero humano”. Neste sentido, ele contrasta com o local, imobilizado no interior da sua geografia restrita. Daí a relação, quase natural, com a idéia de cosmopolitismo. Novamente a metáfora do espaço encontra-se presente. Ser cosmopolita é compartilhar, simultaneamente, de vários cosmos, sair do lugar de origem, transcendê-lo. Neste caso, o processo de desterritorialização favoreceria este movimento. O problema resume-se assim a uma questão de abrangência. O global, devido à sua dimensão planetária, envolveria o nacional e o local. Ele transcenderia os provincianismos, sua universalidade seria indiscutível.

Não é difícil encontrar este tipo de entendimento na literatura contemporânea. Sociólogos, economistas e intelectuais das grandes empresas transnacionais parecem partilhá-lo. Suas razões são evidentes e diversas, mas a fórmula global = universal tornou-se freqüente. Cito, entre outros, Robert Robertson, em sua discussão sobre universalismo *versus* particularismo (Robertson, 1992). O termo globalismo emerge como um atributo intrínseco ao universalismo, restando ao particularismo uma expressão menor, localizada. Outros autores, sobretudo os economistas, insistem no fato de o capitalismo global romper as barreiras existentes na sociedade planetária contemporânea. Ele contribuiria assim para a universalização dos espíritos. Já a assimilação feita pelos mercadores das transnacionais tem uma sofisticação teórica inferior, ela é de cunho puramente ideológico (Levitt, 1991).

Mesmo assim, não deixa de ser sugestiva. Eles acreditam que os objetos que vendem, por serem globais, em princípio atenderiam ao desejo universal de “todos os homens”. De uma certa forma, eles crêem naquilo que Barthes denomina o mito da “grande família dos homens” (Barthes, 1957) — em todos os lugares, as pessoas buscam as mesmas coisas. O corolário disso traz evidentemente resultados promissores para o mercado mundial. Afinal, pode-se justificar a existência das mercadorias, apelando para a sua universalidade. Restringi-las seria um cerceamento da “liberdade humana”. O argumento traz inclusive dividendos na luta pela concorrência mercadológica. Quando os executivos das transnacionais afirmam que seus produtos são “universais”, eles querem dizer que são superiores a outros produtos, “nacionais” ou “locais”, restritos a uma circulação limitada. A abrangência do mercado mundial expressaria a validade da verdade universalista.

A identificação global/universal é problemática. Levada a sério, ela induz a uma série de contra-sensos. Por exemplo: um filme global, como as produções hollywoodianas (que já não são mais necessariamente americanas), por sua circulação planetária, seria em princípio uma expressão de universalidade. Em contrapartida, o cinema de autor (Wim Wenders, Kusturica, etc.) deveria conformar-se em ser a evocação de um espírito provinciano. O raciocínio proposto permite uma inversão de expectativas. A arte, que tradicionalmente tinha sido entendida como parte do universal, tem agora sua dimensão desvalorizada. Como um “bem” de circulação restrita, ela torna-se uma expressão localizada, aprisionada às suas fronteiras paroquiais. Já a idéia de cosmopolitismo desloca-se para o plano dos objetos. Quanto mais eles estiverem presentes no mundo do consumo, incontestavelmente teríamos a confirmação do seu universalismo. Ser cosmopolita seria deslocar-se no interior do espaço da modernidade-mundo. Ocorre ainda uma disjunção no plano dos valores. Nas sociedades ocidentais, a noção de universal, desde os filósofos iluministas, associa-se a liberdade, justiça e igualdade. O nascimento das sociedades nacionais, longe de negar esses princípios, dá-lhes forma. A nação é o espaço no interior do qual eles deveriam (o que não ocorre necessariamente) realizar-se. De maneira sintética, eu diria que ela é o lugar da cidadania — afirmação contida no enunciado: “só o capitalismo moderno conseguiu gerar uma cultura verdadeiramente nacional de todo o povo”. Não estou discutindo se essa intenção efetivou-se ou não. Sabemos que existem antagonismos profundos no bojo da sociedade moderna. Importa, porém, sublinhar que a idéia de universalidade traz em si um conjunto de valores condensados na idéia de cidadão.

Dizer “o universal se realiza na nação” significa, pelo menos, imaginar esta possibilidade histórica.

Parece-me que a dificuldade maior da aproximação global/universal pensá-la como a união harmônica de dimensões equivalentes. Daí a tentação da metáfora espacial. Tudo se resume a uma questão territorial. A expansão dos limites, verificada nos dois casos, torna convincente a assimilação de categorias, a meu ver, de natureza diversa. Especifico melhor o meu entendimento do problema. O universal é uma noção filosófica, o global uma categoria sociológica. No sentido primeiro, universal diz respeito à transcendência, a uma relação abstrata que não necessariamente encontra realização imediata no plano do universo concreto. É isso que permite aos filósofos iluministas falar em “gênero humano”. Apesar da diversidade cultural existente, seria possível propor a idéia de uma “natureza humana” (o que em si é discutível, mas esse não é o nosso debate no momento). Sublinho, no entanto, que a universalidade se afirma através das diferenças. Para o filósofo iluminista, o indígena americano é “tão” universal quanto o homem inglês. O pensamento, para aproximá-los, deve portanto retirá-los de suas historicidades, do terreno da vida real. Pelo contrário, ao falarmos de capitalismo global, filmes globais, globalização, referimo-nos a coisas e processos que se desenvolvem no plano da história concreta dos homens. Neste caso, global/universal identifica-se com o que existe majoritariamente (isso nem sempre é verdadeiro) entre aqueles que habitam o planeta Terra. Substitui-se assim uma dimensão qualitativa por outra quantitativa. Na relação universal/global/mercado, este último seria a unidade material de realização dos princípios anteriores. Devemos recusar a naturalização contida nesse enunciado, invertendo os seus termos: é possível ser provinciano mesmo sendo global. Ou melhor: o cosmopolitismo não é um atributo necessário da globalidade. Na verdade, estamos assistindo a uma disputa, simbólica e ideológica, em torno do que deveria ser a definição legítima de “universal”. As forças transnacionais têm evidentemente o interesse de compreendê-la no sentido da manutenção de seus privilégios.

7

Qual o destino do Estado-nação num mundo globalizado? Dificilmente se pode escapar à pergunta. A resposta, entretanto, não é simples. Ela pressupõe inclusive um elevado grau de especulação. Talvez uma forma de abordá-la seria mudarmos a sua formulação para: quais os limites do processo de globalização? Não resta dúvida de que a modernidade-mundo,

apesar de planetária, está longe de ser uniforme e totalizante. A pobreza, o subdesenvolvimento, a divisão dos países em ricos e pobres, os interesses econômicos dominantes são fatores importantes que pesam contra a sua expansão. Poderíamos acrescentar, ainda, a própria dinâmica destruidora, interna ao movimento da modernidade: crescimento desordenado das cidades, cataclismas ecológicos etc. Neste sentido, Jean Chesnaux tem razão quando afirma que a modernidade-mundo não é generalizável (Chesnaux, 1989). Isto significa constatar a existência de um primeiro patamar para a sua validade. A modernidade-mundo diferenciada e desigual. Há no entanto outras limitações, envolvendo diretamente o Estado-nação. O movimento de globalização das sociedades tem avançado sobretudo em relação a dois níveis, o econômico e o cultural. Trata-se evidentemente de domínios distintos (por isso prefiro falar em mundialização da cultura e não de sua globalização) [Ortiz, 1994]. No entanto, deixando de lado, por ora, essas especificidades, pode-se dizer que nesses dois campos há um desenvolvimento real dessa tendência. A economia mundial, os objetos globalizados, o advento de um sistema técnico de comunicação planetária e a constituição de uma memória coletiva internacional-popular atestam a sua consolidação. Mas o ritmo desse movimento é assimétrico. O Estado-nação continua sendo a unidade elementar da política. Governo, sindicato, partido, movimentos sociais são a sua expressão. Se refletirmos sobre o passado, veremos ainda que uma das características do Estado, e posteriormente do Estado-nação, é o monopólio do aparelho burocrático e da violência. De certa forma, na sua constituição, o que está em jogo é a formação de um núcleo centralizador cuja validade se estenda a um domínio territorial determinado. Apesar das transformações recentes, pode-se dizer que este monopólio ainda se encontra nas mãos do Estado-nação. Isso não significa que cada um deles possa usá-lo de forma arbitrária, isto é, sem levar em consideração os interesses existentes — outras nações, empresas transnacionais, bancos internacionais etc. Mas sublinho que ele conserva, pelo menos neste aspecto, a sua centralidade. É isso, a meu ver, que torna possível falarmos, ainda hoje, em geopolítica. Cada unidade territorial, na medida de suas forças, consegue, ou não, impô-las no cenário globalizado. No bojo da globalização permanecem portanto forças centrípetas. Elas apontam para direções divergentes. Toda questão se resume em saber se elas serão superadas por outras, favorecendo uma integração mais global, ou se permanecerão como instâncias de “negociação” (com interesses próprios), no contexto de um movimento que as envolve e as ultrapassa.

Abstract

This article discusses the conditions of the emergence of the nation-state in the European context of the expansion of industrial capitalism. In the struggle for the subordination of localism, the nation was the space for the affirmation of modernity. Today, the same capitalist expansion overflows the boundaries of the nation-states and limits their action. In the process of globalization, the transnational identities it creates revindicate the monopoly of modernity. In this context, the author discusses the opposites universalism/particularism, and global/national in political, cultural and market dimensions. The cultural dimension is considered an indispensable support for the creation of collective identities, a foundation for the action of market and State mechanisms.

Résumé

L'article discute les conditions d'émergence de la nation-état, dans le contexte européen d'expansion du capitalisme industriel. Dans la lutte pour la subordination des localismes, la nation a été l'espace même d'affirmation de la modernité. Aujourd'hui, cette même expansion capitaliste déborde les frontières des états et restreint son action. Dans le processus de mondialisation, ce sont les identités transnationales créées par lui qui revendiquent le monopole de la modernité. Dans ce contexte, on discute les oppositions universalisme/particularisme et global/national, dans les dimensions du marché, de la politique et de la culture. Cette dernière est considérée comme support indispensable à la création d'identités collectives, fondement de l'action des mécanismes du marché et de l'Etat.

Referências bibliográficas

- Barthes, R. (1957) *Mithologies*. Paris: Seuil.
- Bauer, O. (1979) *La Cuestión de las Nacionalidades y la Socialdemocracia*. Mexico: Siglo Veintiuno.
- Bourdieu, P. (1982) *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard.
- Chartier, R. (1978) "Les deux Frances", in *Cahiers d'Historie*, tomo 23.
- Chesnaux, J. (1989) *La Modernité-Monde*. Paris: la Découverte.
- Durkheim, E. (1977) "L'éducation, sa nature et son rôle", in *Education et Sociologie*. Paris: PUF.
- Elias, N. (1993) *O processo civilizador*, Vol 2. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gellner, E. (1988) *Naciones y Nacionalismo*. México: Alianza Editorial.
- Giddens, A. (1993) *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Hobsbawm, E. (1995) *A era dos extremos: o breve século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Levitt, T. (1991) *A imaginação de marketing*. São Paulo: Atlas.
- Mauss, M. (1969) "La Nation", in *Oeuvres* (tome III). Paris: Minuit.
- Ortiz, R. (1996) *Um outro território: ensaios sobre o mundo contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense (no prelo).
- (1994) *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Pinto, A.V. (1960) *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: Iseb.
- Reich, R. (1992) *The Work of Nations*. New York: Vintage Books.
- Renan, R. (1992) *Qu'est-ce qu'une nation?* Paris: Presses Pocket.
- Robertson, R. (1992) *Globalization: Social Theory and Global Culture*, London: Sage Publications.
- Virilio, P. (1993) *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34.

A LEI É DURA, MAS... (PARA UMA CLÍNICA DO “LEGALISMO” E DA TRANSGRESSÃO)

Luís Cláudio Figueiredo

RESUMO. Neste trabalho procura-se elaborar uma interpretação psicossocial dos modos de subjetivação no Brasil que dê conta de um aparente paradoxo: a exagerada crença na força dos procedimentos jurídicos formalmente impecáveis — aqui designada como “legalismo” — e um reiterado abuso e desobediência às leis — fenômeno que passa a merecer o nome de “lei da transgressão”. A interpretação é construída em torno da noção de “impropriedade” que se refere a uma dissociação constitutiva das subjetividades brasileiras. Neste contexto, o “legalismo” será um dos momentos críticos de instalação da impropriedade, enquanto as transgressões, exibindo virtudes moderadamente terapêuticas, serão entendidas como formas canhestras e insuficientes de fazer frente às impropriedades.

Considerações preliminares

Algumas observações antigas me intrigam. Começemos pelas mais simples e pelas mais próximas: por que será que durante cinco anos letivos os jovens alunos do curso de Direito da PUC fantasiam-se como velhos senhores e senhoras, numa “compostura” que nem sempre se justifica pelas exigências dos estágios, para, no final do curso e num dia a isso consagrado, atirarem-se aos maiores desregramentos, praticando vandalismos, inundando os corredores, destruindo móveis e imóveis, desrespeitando funcionários e professores? Por que será que os alunos de todos os cursos de Direito, igualmente trajados no mais convencional dos estilos, institucionalizaram o

Luís Cláudio Figueiredo é professor do Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo.

dia da grande infração (“dia do pendura”), comendo e bebendo ilimitadamente e recusando-se a pagar a conta? Muitos acabam indo presos, o que dá ao episódio um final particularmente feliz. Vale dizer que em nenhum dos outros cursos observa-se tanto esmero nas aparências dos alunos e tanto empenho em atos transgressivos.

Um pouco de história põe mais lenha nesta fogueira. Convém recordar que se o primeiro curso de Direito em São Paulo data de 1828 — tratava-se de formar quadros administrativos para a jovem Nação e, mais que isso, de facilitar o acesso das elites aos lustros da cultura europeia — já na década seguinte os que estudavam as leis notabilizavam-se pelas arruaças, pelas insolências, pelas infrações à ordem e aos bons costumes, a que não faltaram profanações de cadáveres e orgias em cemitérios (cf. Morse, 1970). No plano das idéias, durante a segunda metade do século XIX, a esta duplicidade comportamental correspondia uma dupla vinculação à modernidade: ao Iluminismo doutrinário dos nossos doutores em leis vinha somar-se e a contrapor-se o fascínio pelos valores e pelas poses transgressivas do romantismo, o fascínio, por exemplo, pela figura de Byron. Havia, entre outras coisas do gênero, uma organização dos estudantes de Direito chamada “Sociedade Epicuréia”, cujos membros procuravam viver à maneira de Byron, “mas com tal exagero que fizeram do seu protótipo uma caricatura e caíram na degeneração, entregando-se a orgias e excessos físicos de toda espécie e a um culto mórbido da morte” (Morse, 1970: 125). É interessante que se atente, de passagem, para um paradoxo muito presente em nossa vida intelectual ao longo dos tempos e ainda evidente nos dias de hoje entre os autoproclamados pós-modernos: o byronismo escandaloso dos românticos da Faculdade de Direito representava uma eloqüente transgressão dos bons costumes provincianos e era, ao mesmo tempo, uma repetição exagerada e grotesca dos estilos importados. Ou seja: os que posavam de transgressores no contexto brasileiro eram, ou tentavam ser, conformistas no plano internacional. E, para cúmulo da embrulhada, eram esses mesmos notívagos que na sua existência “diurna” representavam as luzes e a esperança de uma construção racional da vida política brasileira¹.

Vamos agora a uma outra ordem de questões: por que será que somos capazes de despender um tempo infinito na elaboração de regras, de planos, de programas e estruturas curriculares, de leis ordinárias e de Constituições — processos de elaboração, diga-se de passagem, conduzidos em meio a disputas exaltadas de que saem arranhadas as imagens de tantas genitoras — para, imediatamente após, nos desviarmos dos planos, fugirmos dos

programas, transgredirmos as regras e as leis? E por que, logo em seguida, começamos a pensar na sua urgente reformulação, como se as novas ordenações fossem de fato resolver os problemas que as antigas, e não acatadas, haviam deixado sem solução; e o ciclo se repete interminavelmente? A ponto de já haverem sugerido uma nova lei que apenas diria: “Tornem-se obrigatórias as leis anteriores” (cf. Faoro, 1993: 744).

Como entender, quando se investigam os modos de subjetivação no Brasil, o que salta aos olhos como um aparente paradoxo: de um lado, um exagerado apreço às aparências dos juristas, às aparências jurídicas e às legislações detalhistas e, formalmente, muito bem delineadas, das quais se esperam prodígios; e, de outro, a forma “abusada” de lidar com as leis e com as regras instituídas? Como pensar que sobre o pano de fundo de um *legalismo* que parece atribuir às resoluções jurídicas poderes constitutivos e transformadores da realidade — poderes quase demiúrgicos e mágicos — como pensar, repito, que exatamente aí emerge algo que nos conduz de uma compreensão dos inumeráveis episódios de “transgressão da lei” ao que seria uma verdadeira *lei da transgressão* à qual os estudantes de Direito pareceriam ser os mais obedientes?

Algumas interpretações

A interpretação da história brasileira — engastada na velha história lusitana — proposta por Raymundo Faoro (Faoro, 1993) nos traz algumas pistas interessantes para entendermos uma supervalorização dos *documentos*, das *portarias*, das *legislações*, e dos *funcionários* que as elaboram e aplicam, em Portugal e no Brasil. Conceber as leis como algo que tem a capacidade de *criar* a realidade, em vez de ser apenas a sua *reguladora*, seria para Faoro uma herança e uma sobrevivência do Estado Patrimonialista — centralizado no Rei, nos seus ministros e na sua corte de servidores — e de suas estratégias de domínio e exploração. Esta pretenciosa precedência e autonomia do legal sobre o real, na forma de um “jurismo” artificioso e vão, esteticista e empolado, tendencialmente literário e totalmente divorciado das condições sociais e econômicas subjacentes, será explicada pelo autor em termos sociológicos e históricos decorrentes do próprio processo de formação da Nação portuguesa e de como este processo se repete e se instala no Brasil durante a nossa colonização, permanecendo conosco ao longo dos séculos.

Na verdade, como bem assinalou Manoel Berlinck após a leitura de uma versão preliminar deste trabalho (comunicação pessoal), toda a constituição

da nossa nacionalidade esteve marcada pela presença deste “jurismo” e de seus bacharéis: tanto as forças conservadoras como as progressistas que participaram dos processos de Independência, de proclamação da República e dos diversos episódios mais significativos da formação da Nação Brasileira apostaram fortemente na força construtiva das leis e dos ordenamentos legais. Como afirmou Nestor Duarte (*apud* Faoro, 1993), “o nosso jurismo, como o amor às concepções doutrinárias, com que modelamos nossas constituições e procuramos seguir as formas políticas adotadas, é bem a demonstração do esforço por construir com a lei, antes dos fatos, uma ordem política e uma vida pública que os costumes, a tradição e os antecedentes históricos não formaram” (*apud* Faoro, 1993: 744). Daí é um pulo para se reconhecer o quanto há de verdadeiro na idéia de *nação fictícia* que já no século passado era adotada por José de Alencar (*apud* Faoro, 1993: 391). Este caráter moderadamente fictício da nacionalidade, decorrente de um processo constitutivo em que as leis precedem as realidades a serem reguladas (em nítido contraste com a tradição inglesa e americana), mostra, simultaneamente, a “positividade” do nosso “jurismo”, a sua força e a sua eficácia, e a permanente suspeita de que a “Nação” seja apenas a cobertura, a maquiagem e mesmo a máscara da sociedade, das suas tensões e dissensões. Esta suspeita cresce cada vez que, por exemplo, o “nacionalismo” se converte em retórica patriótica nas famosas arengas ufanistas vazadas no eterno estilo bacharelesco. Mais adiante veremos também como este modo de construção da nacionalidade, originalmente sustentada nas doutrinas, nos discursos, nas leis e nas ações administrativas, vale dizer, sustentada em dispositivos representacionais e em imagens divorciadas da realidade social — já que eram representações quase sempre importadas da Europa e dos Estados Unidos —, torna a própria idéia de “Nação Brasileira” um bem particularmente *disponível*. Disponível, em primeiro lugar, para uma espécie de imitação da vida civilizada, mas, também, disponível para servir como resposta ao “mandato de exotismo” que, segundo as análises de Octavio Souza (1994), nos era endereçado pelos europeus: era obrigatório que fôssemos uma “nação fictícia” para que nossa “identidade nacional” nos colocasse no lugar do diferente.

“*De Dom João I a Getúlio Vargas...*”, é como começa o último capítulo do livro. Mas, cabe a pergunta: por que parar em Getúlio, se tivemos, no mínimo, Juscelino, Jânio, Médici, Geisel e Collor em figurinos igualmente principescos, ainda que rotos? Que este superinvestimento dos aspectos legalistas e construtivos da ação administrativa, profundamente centraliza-

dora, possa gerar, como justa reação das periferias, uma tendência infratora não passa despercebido ao leitor, embora não seja esta a ênfase de Faoro. Fica também muito claro, no texto, como este “racionalismo construtivista” — autor de Brasília, da Transamazônica e do confisco das poupanças, entre outras proezas — era, ao mesmo tempo, o aliado do velho “empirismo” das conveniências, dos conchavos e das maracutaias.

Numa outra vertente interpretativa, Sérgio Buarque de Holanda (1993) nos traz também alguns subsídios para compreendermos esta “confiança no poder milagroso das idéias” (p. 118), este “prestígio da palavra escrita, da frase lapidar” (p. 117), ou seja, este “vício do bacharelismo” (p. 116) e “este amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas” (p. 118) em que o autor reconhece “um segredo horror à realidade” (p. 118). Ora, não é difícil perceber, a partir das análises de Sérgio Buarque de Holanda, como o legalismo, enquanto negação da realidade, pode configurar-se em si mesmo como violência e autoritarismo. Entre construir uma realidade a golpes de caneta, como sugere Faoro para o estamento burocrático, e dela evadir-se em vãos rebuscados da mais parva literatice — como nas obras do senador Sarney —, o que há de comum é, exatamente, a violência mais ou menos dissimulada. Ainda mais quando, segundo a ótica do autor de Raízes do Brasil, o vício bacharelesco está a serviço do engrandecimento de personalidades que se julgam e se colocam acima de qualquer contingência e legalidade efetivas. Novamente, parecem abrir-se para os que ficaram de fora do festim, e com toda a justiça, as portas para o cinismo, para a descrença e para a infração como meios de enfrentar estas manifestações de violência das elites governantes e seus acólitos.

Se os dois autores acima referidos focalizaram preferencialmente o nosso “jurismo” e a nossa propensão às frases sonoras e às leis genéricas e detalhistas, outros, como o psicanalista italiano Contardo Calligaris, têm focalizado, ao contrário, a precária instalação da lei no Brasil, com a consequência de uma quase impossível cidadania e de uma tendência infratora reiterada, seja por parte dos que fazem e aplicam as leis, seja por parte dos que a elas se “submetem” (Calligaris, 1991). A imposição arbitrária, pelas elites, de um arremedo de lei que, mais do que tudo, legítima e disfarça uma exploração voraz e sem limites, somada à exibição descarada do poder em suas formas mais cruas, mesmo quando investido de uma prodigalidade generosa que só o engrandece — como na política franciscana do “é dando que se recebe”, explicitada pelo falecido Robertão² —, geram, do outro lado da cena, em contrapartida, um permanente cinismo com as

“autoridades” e uma ávida procura de oportunidades de aproveitar e gozar. Seria este, inclusive, o mandato contraditório dos pais explorados a seus queridos rebentos: “goza tu, meu filho, *excede-te* aonde me refrearam”. Excesso de gozo que, em última análise, destrói qualquer significante paterno: “responder ao mandato paterno seria então paradoxalmente burlar a lei, qualquer lei” (p. 48). Uma hipótese curiosa a ser considerada seria a de que os excessos alimentares, aquáticos, destrutivos, ruidosos e desaforados da meninada dos cursos de Direito respondam, de alguma forma sutil, aos mandatos de gozo proferidos por seus distintíssimos mestres que, a bem da verdade, com uma frequência incomum em outras faculdades, lecionam (Direito) à margem das leis³. Uma história que mereceria o título: “Do Foro ao desaforo”.

Quem sabe? No entanto, em que pesem as boas sugestões dos autores acima mencionados e sem renunciar a elas, creio que ainda poderíamos avançar mais um pouco na compreensão destes fenômenos psicossociais marcados pela ambivalência diante das leis. O “legalismo” e a “lei da transgressão” revisitados.

Legalismo e transgressão

No livro *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos* (Figueiredo, 1995), propus uma interpretação dos nossos modos de subjetivação a partir da qual as respostas a estas questões, talvez, possam ser tentadas. Num outro trabalho — *Para inglês ver* (Figueiredo, 1996) —, tive a oportunidade de avançar em alguns aspectos da minha interpretação ao sugerir o conceito de *impropriedade* como decisivo para a compreensão das subjetividades brasileiras. Penso que este conceito pode ser uma das chaves para que se abra e se descortine a origem e o sentido, seja do “legalismo”, seja da “lei da transgressão” a que aludi mais acima. Retomarei a seguir alguns trechos do trabalho anterior aos quais irei acrescentando novas observações.

Parto de dois vértices: 1) a questão das “idéias fora de lugar”, sugerida pela leitura dos trabalhos de Roberto Schwarz (1991, 1992) e retomadas no precioso livro de Paulo Eduardo Arantes sobre as interpretações dualistas do Brasil (Arantes, 1992), e 2) a questão do *exotismo*, trabalhada por diversos autores em relação a fenômenos da nossa literatura — especialmente no romantismo — e, em particular e de forma mais abrangente, por Octavio Souza (1994). Há uma relação íntima entre esses dois pontos de

partida: a referência privilegiada ao *estrangeiro* na constituição das identidades nacionais.

Num caso, procuramos transplantar e imitar as idéias, instituições e hábitos prestigiosos dos estrangeiros, processo em que se revelam e produzem nossas mais grotescas diferenças. Alguns episódios da novela *O Bem-Amado* (como o da visita de Odorico Paraguaçu à ONU), levada ao ar há alguns anos pela TV Globo, são exemplares.

No outro, trata-se de reivindicar a liberdade para o exercício e a exibição das nossas supostas e radicais diferenças; aqui se revela, no reverso de uma *liberdade para ser diferente*, nossa submissão a uma expectativa e a um desejo colonizador e primeiro-mundista de que devemos ser de fato diferentes, exóticos, *outros* em relação às qualidades físicas e culturais das metrópoles ocidentais, uma espécie de paraíso neste mundo, no qual se poderão gozar certas delícias impossíveis e proibidas nos países civilizados. O turismo sexual que enche atualmente as praias nordestinas de homens europeus, em especial italianos que aterrissam em manadas atrás de ninfetas da terra, é apenas mais um capítulo deste “mandato de exotismo”. Vale a pena ressaltar que, quando recentemente perguntada sobre o que diferencia o Brasil e sua gente dos outros povos e países, uma maioria de brasileiros ainda se referiu, maciçamente, ao espírito mais alegre, mais festivo, mais afetivo e cordial do povo, à nossa maior hospitalidade e muito maior religiosidade, além de outros atributos edênicos. Na mesma direção foram as respostas do que melhor simboliza o País: esporte, carnaval, mulher e belezas naturais somaram sozinhos 71% das respostas. Aliás, esportes, carnaval e mulheres são, segundo os entrevistados, os nossos melhores cartões de visita, assim como as belezas naturais são o nosso maior motivo de orgulho⁴. E isso já no final de 1995.

Se o ponto de partida é a referência paradoxal, direta ou indireta, ao estrangeiro, meu ponto de chegada será uma breve consideração das nossas *impropriedades*.

Vou me encaminhar nesta direção retomando uma velha expressão ainda de uso corrente. Em suas origens, a expressão “para inglês ver” surgiu para nos referirmos às leis e medidas policiais com que o País se comprometia internacionalmente diante das pressões inglesas contra o tráfico de escravos. Na verdade eram leis inoperantes e medidas nunca executadas para valer, prevalecendo a política das “vistas grossas” para todas as infrações e transgressões. Enfim, havia uma estratégia de dar uma “satisfação” servil (mas enganosa) ao estrangeiro opressor (que, por sua vez, durante muito

tempo fingia deixar-se enganar) com a finalidade de resguardar (com brios orgulhosamente nacionalistas) uma certa liberdade. No caso, a liberdade reivindicada e tão arditamente defendida era a de continuar mantendo uma ferrenha opressão sobre outros estrangeiros, os escravos. Enfim, de uma só vez, servilismo e resistência, orgulho e marotagem, brio e canalhice.

Hoje, resolvida a questão da escravidão e da pressão diplomática e militar inglesa, a expressão continua em uso: refere-se genericamente a coisas, leis, decisões, promessas, etc. feitas para manter as aparências mais ou menos decentes, mas conservando parcialmente ocultas e vigorosas práticas de uma natureza absolutamente contrária. Enfim, a expressão consagra a instalação de uma dissociação constitutiva (e não acidental) entre discursos e práticas, entre poses e ações, entre promessas e realizações. A esta dissociação constitutiva e que, curiosamente, de uma forma ou de outra se revela a cada passo, é que chamarei *impropriedade* como modo de ser.

Será a partir desta dissociação que tentarei interpretar a curiosa mistura de “legalismo” e transgressão. Nesta mistura, o “legalismo” marcará os próprios lugar e momento de instalação da impropriedade e, nesta medida, convém repetir, o “legalismo” é de fato constitutivo e não meramente ornamental e retórico. Se me permitirem recorrer a um conceito psicanalítico, mas procurando evitar o risco de uma excessiva patologização do processo, poderíamos falar aqui em um falso *self* não completamente cindido e auto-referido (cf. Winnicott, 1990). Ou seja: é um “falso *self*” que exerce suas funções defensivas sem se implantar como completamente “real”, deixando à mostra brechas e inconsistências. A própria idéia de “nação” entre nós, como vimos ao comentar a interpretação de Raymundo Faoro, pertenceria ao campo de abrangência deste conceito winnicottiano.

Enquanto isso e diante disso é que a transgressão poderá se insinuar como uma forma — problemática, certamente — de se *reapropriar da impropriedade*, de recuperar de alguma forma um contato com uma existência mais verdadeira, sem o quê, à falta de melhor solução, a vida se tornaria extremamente pobre e sem graça. Esta *reapropriação da impropriedade*, embora não tenha o mesmo sentido para todos, é, a meu ver, uma verdadeira exigência endereçada a todos os brasileiros, o que nos autoriza a falar numa imperativa “lei da transgressão”. Esta, ao contrário do “mandato de gozo” anteriormente referido, não se resume a produzir uma “inevitável desintegração do tecido social”, como disse Calligaris (1991: 48), mas engendra novos padrões de sociabilidade e, o que é tão importante quanto, novas possibilidades existenciais. No que se segue procurarei identificar um pouco

mais claramente os sentidos do “legalismo” e da transgressão para alguns dos modos mais representativos das nossas subjetividades.

No livro acima mencionado, *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos*, apresentei uma interpretação sumária e introdutória dos processos de constituição das nossas subjetividades que eu gostaria aqui de retomar.

O que procuro mostrar neste trabalho é a dificuldade histórica de se abrirem no Brasil espaços para o exercício de uma subjetividade moderna marcada pela autonomia do indivíduo e pelo exercício de uma verdadeira cidadania. É interessante, por exemplo, retomando a pesquisa da Vox Populi, considerar que ninguém usou espontaneamente o atributo “empreendedor” ou equivalente para caracterizar o brasileiro e, quando instados a avaliar o brasileiro sob a ótica de certos atributos “modernos” como “empreendedor”, “disciplinado” e “dinâmico”, os índices obtidos para a resposta “sim” foram, respectivamente, 47%, 38% e 54%. Em contrapartida, nesta caracterização dominaram atributos que nada têm com a modernidade e a cidadania, como “afetuoso/carinhoso”, “comunicativo”, “apaixonado”, “extrovertido/aberto”, “alegre”, “otimista”, “religioso”, “apegado à família” e “esperto”, todos com índices superiores a 80%. O atributo “alegre” bateu todos os demais, com 95% de “sim”. Por outro lado, quando apareceu “trabalhador” (72%), o trabalho vinha associado ao esforço, à luta pela sobrevivência mais que à realização e à produção. Em acréscimo, grassa uma desconfiança profunda em relação à aplicação da justiça que, segundo a maioria dos depoimentos, “vai de mal a pior” (44% dizem que a justiça e o cumprimento das leis está piorando, contra 25% que afirmam o contrário). A mesma desconfiança existe em relação às autoridades eleitas e aos representantes do povo, tanto nas funções executivas e legislativas como também nas atividades sindicais; os que ocupam esses cargos estão entre os menos confiáveis dos brasileiros. Familiares, líderes religiosos e amigos, nesta ordem decrescente, continuam sendo muito mais confiáveis do que os agentes típicos da vida política urbana e moderna.

Trata-se, na verdade, de um país historicamente dominado pelas “pessoas muito importantes”, que, ainda hoje, freqüentemente reinam em seus contextos relacionais — suas redes de parentes, compadres, amigos, “correligionários”, apaniguados, protegidos —, ou seja, todos os sistemas de vinculação pessoal e lealdades responsáveis pela distribuição de favores e poderes; são estas as características dos regimes de sociabilidade arcaicos onde todos têm “o rabo preso”, o que torna tão difícil, por exemplo, a abertura de certas CPIs no Congresso Nacional. Para piorar, estas caracte-

rísticas estão cada vez mais ligadas a certos valores “supermodernos”, como o êxito rápido, o enriquecimento fulminante, com pouco trabalho e muito consumo (cf. Lipovetski, 1994)⁵. É a partir desses contextos que estas “pessoas muito importantes” se associaram aos agentes (econômicos, políticos e culturais) internacionais — que funcionavam segundo outros valores e normas, os valores e normas da modernidade clássica: a autonomia individual, a livre iniciativa, a força de vontade e a perseverança, o tino e a competitividade, a submissão às regras impessoais, o êxito baseado no esforço e no trabalho, etc. Nesta associação, indispensável para o exercício do seu poder, as “pessoas muito importantes” se esforçaram por assumir e exibir os gostos e os modos estrangeiros da mais refinada civilização — distinguindo-se dos demais brasileiros pelo *verniz* europeu e/ou americano, *bancando os civilizados*. É uma estratégia necessária, tanto para reforçar suas alianças como para, internamente, exercer seu fascínio e domínio sobre a “plebe rude e ignara”, como, ainda, para disfarçar sua voracidade predatória com as aparências da moderação e do requinte civilizados. Assim, e sem qualquer sensação de incongruência, estes “pseudos” tiranizaram o resto da nação mediante a combinação de belos discursos civilizatórios “para inglês ver” e práticas de uma eficácia totalmente dissociada desses discursos.

Parte desses discursos civilizatórios destinou-se à ordenação jurídica do País. As escolas de Direito, como se sabe, nasceram logo após a Independência, para atender às necessidades das elites dirigentes, numa subordinação aos interesses da elite que não é novidade em nenhum lugar do mundo. Aqui, porém, seria importante ressaltar como uma cultura jurídica importada e o rebarbativo *discurso bacharelesco* — que esteve tão presente nas atividades políticas e sociais, como os famosos banquetes e “homenagens” — sempre estiveram associados à estratégia acima referida. De uma parte, como já tivemos a oportunidade de expor, o “legalismo” dos nossos juristas foi decisivo para a constituição da nacionalidade, ainda que na forma de uma “nação fictícia”, como afirmou José de Alencar. Vale aqui acrescentar como esta ficcionalidade vem a calhar para um discurso patrioteiro que dissimula a apropriação e uso do País pela elite dirigente. De outro lado, contudo, exatamente porque as palavras e os modos da modernidade não eram, de fato, para ser levados plenamente a sério, exatamente porque as idéias não eram para ser pensadas e usadas na prática, porque as leis, finalmente, não eram para ser efetivamente respeitadas, é que todo o esforço era feito, e continua muitas vezes sendo, no sentido de uma absoluta

formalidade, de um apreço minucioso e estetizante pelas formas. Enfim, embora seja sempre possível tirar vantagens de todo tipo desse *legalismo*, como quando a “estrita observância de uma lei” propicia a extorsão e o recolhimento de propinas por fiscais subitamente rigorosos — processo comuníssimo nas relações dos brasileiros com as “autoridades” —, o próprio “legalismo”, antes de ser um mero expediente a serviço da chantagem, foi um *dispositivo de subjetivação*: mediante leis, portarias, documentos, discursos vazados nas mais belas fôrmas, etc., as elites construíram uma identidade “civilizada” com a qual “se defendem”, seja na mais brasileira acepção do verbo “defender-se”, no mais rigoroso sentido winnicottiano do “falso *self*”. É por isso que as filigranas importam tanto; tanto mais quanto menos importam sentido e função prática.

Poderia parecer uma crença primitiva no poder das palavras escritas se tudo não viesse temperado pela suspeita permanente de que nada é para valer, de que sempre se pode dar um jeito e de que as leis propriamente ditas só cortam as asas dos que não estão próximos dos que as fazem e aplicam.

Mesmo para esses agentes, contudo, os grandes emissores destas “falas fora de lugar”, a dissociação não pode ser entendida apenas no plano de uma racionalidade estratégica. Mesmo para eles, acredito, as *impropriedades* geram algum tipo de “sofrimento” para o qual impõe-se como remédio uma certa modalidade de transgressão. Fazer da “norma infração e da infração norma”, como dizem Roberto Schwarz e Paulo Arantes, talvez seja mais do que um uso deliberado dos dispositivos impessoais da modernidade para alcançar objetivos particulares, e isso aliado ao desprezo tático, voluntarioso e arrogante das leis sempre que contrariarem as conveniências. Talvez a volubilidade caprichosa e delinqüencial das “pessoas muito importantes”, tão bem analisada por Schwarz em alguns personagens de Machado de Assis, seja mais do que uma exibição despudorada de um poder que, de fato, não reconhece nenhum limite e disso se vangloria. O que é, sem dúvida, uma parte, e parte decisiva da verdade. Contudo, penso que a desfaçatez na exibição de um *poder arbitrário* não seja apenas mais uma prova do seu alcance, um expediente do seu próprio exercício (como é o gesto de prodigalidade generosa que confirmaria e engrandeceria o poder, segundo Calligaris), mas uma forma de glosar a própria *impropriedade*, uma forma de, numa certa medida, resgatá-la, de conquistar um mínimo terreno de consistência para além da dissociação constitutiva.

A instrumentalização estratégica das *impropriedades* marcou, por exemplo, a trajetória de alguns políticos muito bem-sucedidos. Jânio Quadros,

com sua caspa, suas falas em português d'antanho, sua dicção amaneirada e sua erudição de almanaque, seus esgares, seu moralismo e seu nacionalismo histriônicos, suas bebedeiras mais ou menos públicas, suas idiossincrasias, manias, cacoetes, suas incongruências e autodiscrepâncias — tão bem registradas numa famosa fotografia do dia em que renunciou, em que aparece andando retorcidamente com os pés cruzados em direções opostas —, tirou imenso partido do que poderia parecer, à primeira vista, um defeito: sua aparência *incrível*. No plano político, é bom lembrar, e em absoluta consonância com a exploração de suas/nossas impropriedades, Jânio procurou encarnar uma espécie de “nacionalismo exótico”. Também a estratégia — populista⁶ — de Ademar de Barros, que por sinal era médico formado na Alemanha, na exploração eleitoral de nossas *impropriedades* era ainda mais descarada: de um lado os *slogans* oficiais da campanha, com as promessas de realizações e compromissos populares, de outro, o *slogan* que corria de boca em boca e “confidenciava publicamente”: “Rouba mas faz”. E o produto do roubo, a famosa “caixinha”, como todos sabiam, ficava sob a guarda do Dr. Rui que era, o que todos também sabiam, o cognome da amante dele. Provavelmente eram estas duplicidades marotamente assumidas (e que incluíam negações teatrais) o que garantiu para este político, durante um certo tempo, um eleitorado fiel. Mas será que isto é tudo? Será que esses senhores eram apenas hábeis manipuladores de imagens e que haviam descoberto que imagens indelévels e imaculadas podiam fazer menos sucesso no Brasil do que imagens de alguma forma suspeitas? Quando terá sido mais convincente, por exemplo, o ex-ministro Ricúpero: como o santinho do pau oco do Plano Real ou como o aprendiz de canalha na fatídica entrevista?

Há, efetivamente, episódios da vida nacional em que algo de transgressor parece ir além de uma mera e rasteira instrumentalização. O jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, o popular Chatô, é uma fonte rica para nossas considerações (Moraes, 1994). Há, por exemplo, o caso de uma recepção oficial a um diplomata americano em que o jornalista discursou no velho estilo bajulador das “boas-vindas”, recenseando as maravilhas do País ao alcance dos estrangeiros, entre as quais incluiu a disponibilidade das brasileiras para o serviço sexual dos gringos, prova da nossa extrema hospitalidade. Isso numa festa repleta de damas da nossa melhor sociedade. Relembremos, ainda, o fabuloso gesto de Assis Chateaubriand que, por ocasião do coroamento da rainha Elizabeth, mandou pendurar nas ruas de Londres provincianas faixas de pano brasileiras com dizeres

tais como “*Nossa Senhora Aparecida guarde a Rainha*”, “*Nosso Senhor do Bonfim guarde a Rainha*”; todas em português, é claro, para estarrecimento e perplexidade da comunidade internacional presente às cerimônias. Recordemo-nos também do episódio em que um dos maiores estadistas de todos os tempos — Winston Churchill — recebeu do mesmo Chateaubriand um punhal nordestino na ocasião em que era “armado comendador” de uma inexistente “Ordem do Jagunço”, inventada pelo jornalista. As fotos das faixas e a de Churchill segurando o punhal com um sorriso alvar eram, obviamente, publicadas pelos Diários Associados, o que dava a estas encaenações, literalmente “para inglês ver”, novos e inesperados sentidos.

Sugiro a hipótese de que esses três gestos de Assis Chateaubriand, além de colocarem a nu nossas *impropriedades* de uma forma hilariante, nos poderiam servir de indicativo de como ser, simultaneamente, o mais impróprio dos brasileiros e o mais descolado, capaz de *apropriar-se* das suas *impropriedades*, criando uma maneira completamente nova de relação consigo e com os ingleses, franceses e demais estrangeiros. Penso haver nesses gestos mais ou menos transgressores — e na carreira de Chateaubriand não faltaram transgressões mais graves —, na verdade, algo de *terapêutico*. Uma forma de reconquistar alguma consistência que não nega, antes expõe, o que há de absolutamente inconsistente na figura deste nordestino atarracado, portador de um sobrenome francês impronunciável por seus conterrâneos (sobrenome adotado pelo avô sertanejo em plena Paraíba), que estudou alemão desde menino, que se vestia como inglês, deixou-se fotografar nu entre os índios — com as fotos publicadas na maior revista da época — e era capaz tanto das maiores bajulações como de duras chantagens a serviço de causas nobres ou nem tanto, como, ainda, dessas extraordinárias irreverências. Isso de um lado.

De outro, trata-se de um País habitado por uma multidão de “meros indivíduos” extremamente marginalizados econômica, política e intelectualmente, e freqüentemente obcecados pela necessidade de se *diferenciar*, antes, dos escravos, dos trabalhadores manuais, hoje dos ainda mais desvalidos, miseráveis e ignorantes. Um povo cujas maiores alegrias foram proporcionadas pelos que passaram vertiginosamente da condição de “meros indivíduos” à de “pessoas muito importantes” (como o Rei Pelé, no esporte 100% brasileiro) ou à de “sujeitos soberanos” da tecnologia de ponta (como Ayrton Senna, na Fórmula 1), líderes absolutos na preferência popular na pesquisa Vox Populi⁷. (Nesta frase, o termo “vertiginosamente” merece ser sublinhado.) Daí a necessidade, também por parte dessa popu-

lação, de um uso igualmente ostentatório e compulsivo das imagens emblemáticas e das falas que os possam assemelhar, ora aos grandes de sua terra, ora aos metropolitanos modernos. Eis o momento da impropriedade. Nenhuma imitação, contudo, sustenta de forma estável e confiável estas identificações. Junto ao fascínio pelos modelos, corre, inevitavelmente, muito despeito e rancor, muita desconfiança, uma certa convicção de que as belas palavras, promessas e regras instituídas escondem mais do que revelam e estão mais a serviço de interesses particulares do que dos “grandes interesses da Nação”. Daí, talvez, a confiança que acabam depositando nos que fazem da impropriedade uma espécie de bandeira, em vez de tentar disfarçá-la. Daí, talvez, a suspeita generalizada de corrupção (o maior motivo de vergonha por ser brasileiro, segundo a pesquisa), aliada a uma certa simpatia por certos corruptos notórios. De fato, o exercício de um poder infinito e inescrupuloso tem algo de fascinante e já fez o sucesso de certos “vilões” de novela que esbanjam mais charme que os pobres “mocinhos”.

Para “meros indivíduos” submetidos a uma lei e a autoridades não confiáveis e potencialmente transgressoras, a transgressão pode muito bem significar uma *reafirmação de si tanto* no caminho de uma certa semelhança com os poderosos que se dão ao luxo da infração contumaz e ostensiva, como no caminho de uma certa autonomia. O mandato “transgrida” universaliza-se assumindo também aqui uma fisionomia *terapêutica*: transgrido, e o faço publicamente, para dar aos outros e a mim mesmo a prova de algum poder em torno do qual reconquisto uma mínima consistência diante da dissociação constitutiva. Transgrido e convido outros a transgredirem comigo! Podemos estabelecer, à margem da lei, à qual continuamos entretanto referidos e da qual continuamos esperando no futuro alguma solução, um território informal — mas também regulado — de interações pode ser um passo na direção de uma forma embrionária de resistência e cidadania, e não apenas um passo na direção da anomia. Passo, porém, que é logo abortado pelas contradições internas que abriga: seu valor depende da manutenção daquilo que ele poderia negar — a *impropriedade* como modo de ser. Impropriedade que, também neste caso, não é abolida, mas assumida como algo perturbador e, em última análise, “positivo”.

Para esclarecer o sentido desta “positividade”, seria interessante pensar, finalmente, como esta *reapropriação da impropriedade* pela via da transgressão pode ser incorporada como mais uma resposta ao “mandato de exotismo”, tão bem estudado por Octavio Souza (1994). Embora tenha uma origem funda em nosso processo colonizatório, o “mandato de exotismo”

se fortalece quando as táticas de identificação simples com os valores e falas da modernidade clássica — táticas mimetizantes — fracassam: surge aí a ingênua reivindicação de uma diferença radical e específica em relação ao “culto” e ao ocidental. Esta reivindicação, no entanto, se constitui e se expõe mediante procedimentos igualmente preparados “para inglês ver”. Aliás, o que mais ingleses e demais europeus gostam de ver além das nossas exóticas *impropriedades*? “O Brasil não é um país sério”, afirmou certa vez o general De Gaulle para ser repetido por todos que apontam a nossa suposta incapacidade de respeitar as leis e cumprir as promessas (cf. Kepp, 1996)⁸. Sintomaticamente, uma parcela ponderável dos depoimentos colhidos na pesquisa Vox Populi concorda com De Gaulle, ou seja, 59% dos pesquisados acham que o país não é mesmo muito sério e *os mesmos* 59% acham que esta é a opinião dos estrangeiros a nosso respeito, embora continuem achando o Brasil o melhor país do mundo para se viver; enfim, são brasileiros que se percebem e se classificam através dos olhos alheios, *reafirmando duplamente as nossas impropriedades*.

Para concluir

De certa forma, indiscutivelmente fazemos parte desta grande região e deste tempo, o Ocidente moderno, mas de uma forma peculiar que se tratou aqui de considerar. Tratou-se, enfim, de entender a *impropriedade* como modo de ser, como modo de ser em que uma dissociação entre as imagens para uso externo e as práticas “para valer”, entre o extremo formalismo e a informalidade, parece ser o eixo sobre o qual as subjetividades em grande medida se organizam.

Trabalhar teoricamente a questão das nossas *impropriedades* parece-me ser uma tarefa de extrema relevância e urgência para nós, profissionais psi. Contudo, muito antes de nós, os literatos e, muito particularmente, nossos humoristas vêm dando contribuições fundamentais para a delimitação e focalização deste fenômeno. Qualquer edição das *Comédias da vida privada*, baseada nos textos de Luís Fernando Veríssimo, põe-nos em contato com a *impropriedade* e, quase sempre com as tentativas de se *apropriar* das *impropriedades* mediante alguma transgressão cujo mestre é o famigerado Boca. No programa exibido no dia 23 de março de 1995, um chefe de família honesto mas falido deixa a família exultante com a possibilidade de, ele também, ser corrompido na Capital Federal. Discutem o preço da sua

consciência e fazem planos com o dinheiro que ele exigirá. “Cinco milhões, diz o personagem, me deixarão ofendido e darei uma entrevista coletiva pondo a boca no mundo; dez milhões, aceitarei; quinze, aceitarei e ainda darei umas sugestões.” Viaja para Brasília e retorna desolado: o amigo que o convidara para se envolver com um escândalo nacional era honesto e só lhe tinha oferecido um trabalho... honesto. O “escândalo nacional” eram as crianças carentes e famintas. A solução que parece se impor é o suicídio. Do qual o personagem se livra vendendo seu péssimo imóvel a um incauto e garantindo férias na Europa durante as quais, consumindo desbragadamente e exibindo aos estrangeiros uma riqueza que não tem — *reapropriando-se das suas impropriedades e novamente lançando-se nelas* —, viverá algum tempo *acima de suas posses!*

Como, de resto, o País.

Notas

1. Vale a pena considerar o quanto situações como essa não são a própria marca distintiva de uma parte significativa da vida intelectual brasileira, aquela parte que poderíamos chamar de “minoría estridente”: o que aqui pode passar como extraordinária ruptura cultural quase sempre não é mais do que a imitação requentada de estilos levemente ultrapassados nas metrópoles.
2. Trata-se do falecido deputado por São Paulo Roberto Cardoso Alves.
3. Consta que tanto na PUC/SP como na USP alguns professores de Direito tendem a não respeitar certas regras. Diz-se, por exemplo, que alguns titulares não comparecem para dar aulas, colocando em seu lugar advogados de seus escritórios que nem são contratados pelas universidades como professores. Como docentes destas duas proveniências costumam estar presentes e em posições de mando em cursos novos em outras instituições, estas e outras irregularidades tendem a se alastrar. O resultado é que as reitorias costumam ter as maiores dificuldades para enquadrar alguns cursos e docentes de Direito que se colocam à margem e acima das instituições.
4. Estes e outros dados que serão relatados ao longo do texto foram extraídos de uma pesquisa realizada pela Vox Populi em outubro de 1995 com 1.962 depoimentos em todo o Brasil. A pesquisa, encomendada pela Revista Veja, serviu, em parte, como material para a reportagem intitulada “O que é que o brasileiro pensa que é”, publicada em 10 de janeiro de 1996. No entanto, muitos dados e muitas possibilidades de análise foram desprezadas na

reportagem que insistiu numa certa visão otimista da nossa realidade social e política que nem sempre corresponde aos resultados da pesquisa.

5. Na modernidade clássica, trabalho e esforço eram pilares da ética; hoje, conforme nos mostra Lipovetski, estes valores foram substituídos por considerações de eficiência e, principalmente, de conveniência. Curiosamente, o que as elites brasileiras revelam, principalmente em figuras como PC Farias, é que a ética destes novos tempos consegue articular-se muito bem com éticas pré-modernas.
6. Talvez esteja faltando às muitas análises políticas do populismo brasileiro uma consideração das suas articulações com o caráter mais ou menos fictício da nacionalidade e com o mandato de exotismo.
7. Já quem insiste na sua condição de pobre, como o Lula, recebe míseros 35% de “sim, traz felicidade”, contra os 96% de Pelé e Senna.
8. A respeito deste artigo, há um bom comentário da psicanalista Miriam Chnaiderman (1996), em que as interpretações de Contardo Calligaris, Octavio Souza e as minhas próprias são avaliadas.

Abstract

This article attempts a psycho-social interpretation of modes of subjectivation in Brazil which might explain an apparent paradox: the exaggerated belief in the strength of formally impeccable juridical proceedings — designated here as “legalism” — and a reiterated abuse and disobedience of laws — which has earned the name of “law of transgression”. The interpretation is built around the notion of “impropriety”, referring to a constitutive dissociation of Brazilian subjectivities. In this context, “legalism” is one of the critical moments of the installation of impropriety, while transgressions, which exhibit moderately therapeutic virtues, are understood as awkward and insufficient ways of facing improprieties.

Résumé

Cet article propose une interprétation psychosociale des modes de subjectivation au Brésil qui puisse expliquer un paradoxe apparent: la croyance exagérée à la puissance de procédures juridiques formellement impeccables — ici désignée comme “légalisme” — et l’abus et la désobéissance des lois — ce qui a mérité le nom de “loi de transgression”. L’interprétation est construite autour de la notion “d’impropriété”, référée à une dissociation constitutive des subjectivités brésiliennes. Dans ce contexte, le légalisme sera un des moments

critiques de l'installation de l'impropriété, tandis que les transgressions, prônant des vertus modérablement thérapeutiques, seront comprises comme des formes insuffisantes de faire face à ces impropriétés.

Referências bibliográficas

- Arantes, P.E. (1992) *Sentimento de dialética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Calligaris, C. (1991) *Hello Brasil. Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Ed. Escuta.
- Chnaiderman, Miriam (1996) "Contra o jeitinho. A favor do gingado", in *Boletim de Novidades Pulsional*, n.º 85, maio 60-63.
- Faoro, R. (1993) *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Ed. Globo, 9.ª ed.
- Figueiredo, L.C. (1995) *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos*. São Paulo: Ed. Escuta/Educ.
- (1995) "Para inglês ver", in *Cadernos de Subjetividade*, 3(2), 355-364.
- Hollanda, S.B. (1993) *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 25.ª ed.
- Kepp, M. (1996) "Modos brasileiros de escapar do 'não'", in *Folha de S. Paulo*. Caderno MAIS!, 25/2 p. 3.
- Lipovetski, G. (1994) *O crepúsculo do dever. A ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa: Ed. D. Quixote.
- Moraes, F. (1994) *Chatô. O rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Morse, R.M. (1970) *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel.
- Schwarz, R. (1991) *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 2.ª ed.
- (1992) *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 4.ª ed.
- Souza, O. (1994) *Fantasia de Brasil. As identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Ed. Escuta.
- Winnicott, D. (1990) "Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro *self*", in *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 3.ª ed.

REPRESENTAÇÕES GEOGRÁFICAS DA IDENTIDADE NACIONAL: O CASO NORTE-AMERICANO

Lucia Lippi Oliveira

RESUMO. O presente artigo relaciona a imagem da conquista do Oeste com a construção da identidade nacional nos Estados Unidos. A conquista de novos espaços territoriais, ocorrida durante o século XIX, foi narrada sob a forma de uma versão mítica do processo histórico. Apresenta diferentes linhagens de autores que analisam e criticam o tema da fronteira; mostra como fronteira, Oeste ou natureza estão presentes na interpretação do significado da criação dos parques nacionais na América. Por fim, indica como o espaço geográfico reaparece hoje no momento em que a globalização e o desenraizamento estão questionando a relação natural entre nação e território.

Analisar identidade nacional correlacionada à questão das representações geográficas levou-me a estudar o tema da fronteira no universo cultural norte-americano e me anima a realizar no futuro sua comparação com o caso brasileiro¹. A amplitude do tema, a penetração e difusão da imagem do Oeste na cultura americana me obrigaram a demarcações mais precisas, e passei a pesquisar a narrativa de um importante historiador, Frederick Jackson Turner, sobre o significado da fronteira na história norte-americana. Seu ensaio com este título foi apresentado na reunião da American Historical Association que se realizou em Chicago em conjugação com a World's Columbian Exposition, comemorativa do quarto centenário da descoberta da América, em julho de 1893 (Oliveira, 1995).

Lucia Lippi Oliveira é pesquisadora do CPDoc/FGV.

Este texto foi escrito como parte da pesquisa comparativa, sobre o tema da fronteira, entre o Brasil e os Estados Unidos, para a qual recebi bolsa de pós-doutorado da Capes/Fulbright, que me permitiu permanecer na Universidade de Brown no ano acadêmico de 1993-1994.

Narrativas fundadoras, como esta de Turner, estabelecem liames entre passado, presente e futuro. Ao falar do passado, ela lança mão de fatos, eventos aceitos como conhecimento histórico. Ao mesmo tempo, este passado não é uma estória acabada, ele é relido e reinterpretado segundo as questões do tempo próprio do historiador que está narrando.

O final do século XIX corresponde a uma época em que a história se pretendeu “científica” e procurou desvincular-se da literatura, marcada pela subjetividade. A história queria valorizar a objetividade e, neste sentido, se desvincular da filosofia, já que esta envolveria julgamentos valorativos. A história desejava recuperar os “fatos tais como aconteceram”, e para tanto voltava-se para a pesquisa de fontes primárias e para o exame crítico dos testemunhos.

Este processo de luta pela separação, pela diferenciação, caracterizou a constituição dos espaços disciplinares e tornou-se a prova da modernidade a partir de meados do século XIX. Ratzel, no campo da geografia, Ranke, no campo da história, Comte, na sociologia, são alguns dos nomes que marcaram a luta pela demarcação dos campos disciplinares (Lepenies, 1988).

O texto de Turner, *The Significance of the Frontier in American History*, não tem sentido estável, universal, congelado. Ele envolve uma negociação entre o que está sendo dito e a sua recepção. Há regras, convenções, hierarquias da produção, assim como códigos de recepção a serem decifrados. A narrativa histórica fundadora da nacionalidade, como esta de Turner, está marcada por seu tempo e espaço: os Estados Unidos do final do século XIX. Nela Turner não se refere somente ao Oeste, mas a toda a história americana. A persistência desse grande modelo explicativo, apesar de toda a crítica a que já foi submetido, é por si só uma demonstração do seu poder como expressão do mito, dos sentimentos e dos valores de muitos americanos em relação à experiência nacional.

Pretender analisar o tema da fronteira na historiografia norte-americana e relacioná-lo com a construção da identidade nacional parece ser um assunto distante do cotidiano e da corrente principal da historiografia contemporânea nos Estados Unidos, ocupada com temas do multiculturalismo e estudos de gênero. Entretanto, a imensa bibliografia que continua sendo produzida (composta por livros, teses, artigos) sobre a fronteira e a versão de Turner parece mostrar a força e a persistência do tema.

Parte significativa das obras mais recentes sobre o assunto é produzida por historiadores ligados a universidades situadas em regiões do Oeste.

Editoras universitárias dessas regiões reeditam Turner e Ray Allen Billington, discípulo de Turner, considerados os pais fundadores da história regional, e publicam revistas diretamente vinculadas, como *The Western Historical Quarterly*, *Pacific Historical Quarterly*, *Mississippi Valley Historical Quarterly*.

A recuperação do tema da fronteira tem acontecido pelo lado de historiadores preocupados com questões ecológicas, ou melhor, ligados ao que se chama de história ambiental (Malone, 1989). Um dos autores que se têm destacado nesta vertente de reinterpretar história regional e história ambiental é Donald Worster. Ele procura definir oeste como região em oposição a oeste como fronteira. E esta região situada a oeste do Mississípi teria uma história marcada pela escassez de recursos naturais em oposição a outras regiões marcadas pela abundância (Worster, 1987). Por outro lado, Patricia Limerick (1987) sugere que fronteira seja tomada como processo, e oeste como lugar. Desta maneira, a história do Oeste ganharia outra feição, escapando da face mitológica que ganhou nas telas de Hollywood.

Por fim, o tema da fronteira tem sido analisado e reinterpretado por professores e intelectuais ligados à área de estudos americanos e/ou aos departamentos de inglês de diferentes universidades norte-americanas. Nesta linhagem pode-se citar Henry Nash Smith (*Virgin Land*, 1950), Leo Marx (*The Machine in the Garden*, 1964) e Richard Slotkin, com sua trilogia (*Regeneration Through Violence*, 1973, *The Fatal Environment*, 1985, e *Gunfighter Nation*, 1992). Henry Nash Smith e Richard Slotkin são autores que procuraram entender as relações entre cultura e sociedade e compõem um grupo no qual pode ser incluído Sacvan Bercovitch, com seu famoso texto *The American Jeremiad* (1978), assim como Alan Trachtenberg e seu *The Incorporation of America* (1994).

Parece que os autores dedicados ao estudo da literatura têm mais êxito ao descrever e analisar mitos nacionais, talvez por lidarem com o universo de romancistas e poetas. Este treinamento também os capacita a tratar a própria produção historiográfica, tão imbuída dos mitos nacionais.

Lidar com a fronteira é lidar com um tema-mito da história norte-americana. Nele estão imbricadas questões relativas à democracia *versus* aristocracia e à natureza ou barbárie *versus* civilização. Fronteira é um tipo particular de espaço simbólico, ideológico e material. Representa a primeira onda de modernidade a quebrar na terra intocada e é caracterizada como selvagem, primitiva, não-regulada. Como se encontra à margem do poder do Estado, ela cria sua própria lei e (des)ordem (Watts, 1992: 116-7).

Ideologicamente a fronteira passa a representar o local onde se encontra, onde se desenvolve o mais típico, o mais primitivo da identidade nacional, já que seus habitantes não tiveram ainda contatos com outros povos. Neste sentido, a fronteira e o Oeste possuem um poder mitológico fundamental.

Um exemplo de como fronteira, oeste ou natureza encontram-se imbricados com questões da democracia pode ser observado na versão de Roderick Nash (1970) sobre a criação dos parques nacionais nos Estados Unidos. Para este autor, esta foi uma invenção americana. O estabelecimento do Parque Nacional de Yellowstone em 1.º de março de 1872 foi a primeira experiência de preservação da natureza em larga escala para o interesse público. Quatro fatores tornaram possível esta invenção: o primeiro tem a ver com a experiência “única” dos Estados Unidos com a natureza em geral e com a *wilderness* em particular. Sem a existência de uma ideologia democrática, o segundo fator, a idéia de parque nacional seria inconcebível. A terceira força foi a existência de quantidades razoáveis de terras não utilizadas no momento em que os dois primeiros fatores se combinaram produzindo o desejo da sua proteção. Por fim, a afluência de riqueza permitiu o luxo de preservar a natureza como valor não-utilizável (p. 727).

Antes da invenção americana dos parques nacionais, a palavra parque era sinônimo de jardim e envolvia a idéia de controle, de domínio, de domesticação da natureza para usufruto do homem. Esta idéia apresenta-se sob a forma de pastoral e se opõe ao espaço natural selvagem que amedronta o homem “civilizado”. Os colonos, nos tempos iniciais da América, obviamente não tinham a preocupação de preservar a natureza. Esta deveria ser vencida, até por questão de sobrevivência, e representava o caos a ser cristianizado e civilizado.

A compreensão de que a América era diferente da matriz ou matrizes européias envolveu mais tarde a construção ideológica na qual a *wilderness* assumiu parte essencial da identidade americana.

Em meados do século XIX, desenvolve-se e espalha-se a crença de que a natureza se opõe à civilização e que a virtude e a dignidade estão do lado da natureza. O romantismo e as idéias do transcendentalismo norte-americano juntaram-se para produzir um movimento de defesa da natureza que estava se deteriorando rapidamente. Artistas e intelectuais se unem para representar a natureza, para realizar campanhas de defesa, de resistência contra a civilização que ameaçava o sublime isolamento e que fazia a América se tornar semelhante à Europa, o que era considerado altamente indesejável.

Ao mesmo tempo, a “civilização” (seja lá o que isto signifique) já chegara ao Ohio Valley, atravessara o Mississípi e atingia a Califórnia. Ia rápido e com voracidade, destruindo a natureza primitiva. Definir a riqueza e a personalidade da América como natureza que se opõe à cidade coloca problemas irreconciliáveis. A identificação entre a nação e a natureza acaba por se reificar em alguns acidentes geográficos: quedas do Niágara, o Mississípi, as pradarias, por exemplo. Paralelamente acontecia o esforço para ligar a natureza à Bíblia, já que a natureza não é obra do homem e sim de Deus. A cristianização da natureza se faz presente nos hinos evangélicos, assim como nos hinos patrióticos. Esta natureza, que representava a voz de Deus, e que garantia a diferença da América frente ao mundo europeu, é que estaria se perdendo à medida que avançava a civilização (Miller, 1955).

Henry David Thoreau, figura central do transcendentalismo, e Thomas Cole, intérprete mestre da paisagem americana, estão entre as principais figuras que participam deste processo que resulta no orgulho dos americanos em serem pioneiros e na crença de que foi a *wilderness* que tornou possível o seu pioneirismo. Thomas Cole pintou cinco telas gigantes intituladas *The Course of Empire*. A primeira mostra o estágio rude, bárbaro do homem; a segunda simboliza uma cena da concepção pastoral com a qual a América se identifica. Na terceira aparece uma civilização, e só no topo da montanha a natureza ainda persiste; na quarta os bárbaros dominam a cidade com tumulto, fogo e pilhagem. Na quinta, todos os seres humanos foram extintos, os templos estão em ruínas, mas a montanha permanece fixa, serena, frente ao panorama de total destruição (Miller, 1955: 250). Estas telas foram expostas em vários locais em meados do século XIX e fizeram a consagração do pintor como intérprete máximo do espaço e da paisagem americanos.

Uma questão importante a ser notada é que a apreciação da paisagem, da natureza, da *wilderness*, aumenta na medida em que se percebe a ameaça do seu fim iminente. O processo de destruição rápida também produz a apreciação e a luta pela preservação. A idéia de criação de parques nacionais, lançada em 1832 e tornada realidade quarenta anos depois, é preservar áreas não para jardim, mas como natureza selvagem. Naturezas selvagens, assim como jardins, tinham uma longa história, mas eram sempre áreas reservadas para a caça ou outro divertimento de uso privado do rei e/ou da aristocracia. Segundo Roderick Nash, o que marca a questão dos parques nacionais nos Estados Unidos é que eles foram criados como pertencentes ao domínio público. A prática de áreas comuns, é preciso lembrar, existia antes como forma de reação ao monopólio feudal e ao sistema de *enclosure* europeu.

A idéia de propriedade e uso comuns se fez presente na América, por exemplo, na criação do Boston Common, em 1634.

A existência da *wilderness* nos Estados Unidos e a época da sua colonização, foram fatores importantes, assim como o padrão de ocupação do território, de leste para oeste. Foi este padrão, segundo Nash, que permitiu que a parte onde a civilização já estava estabelecida desenvolvesse o entusiasmo pela *wilderness* e encontrasse áreas não desenvolvidas para preservar. O autor expressa com perfeição a relação entre democracia e natureza.

Fronteira, Oeste, *wilderness* significaram a possibilidade de democracia e a realização do “homem comum” longe e livre dos constrangimentos do espaço europeu. No final do século XIX, já estava configurada a crença de ser o Oeste, dos Apalaches ao Pacífico, o mais rico presente jamais distribuído ao homem civilizado. Deste presente derivaria tudo o que a América tem de distinto em sua história: instituições democráticas, unidade nacional, vigorosa independência e individualismo. Mas este presente, como diz Trachtenberg (1994), teve que ser desembrulhado à força.

É surpreendente a pouca atenção dedicada a questões de espaço, embora tópicos como localização e deslocamento de grupos estejam presentes e sejam relacionados a identidades. Lida-se com sociedades, nações, culturas, como se elas ocupassem naturalmente espaços. Torna-se senso comum a associação, por exemplo, da cultura (a cultura americana) com o povo (os americanos) e com o lugar (os Estados Unidos da América) [Gupta & Ferguson, 1992]. A associação entre lugar e povo é tão forte que se desconhece o papel central desempenhado pelo nacionalismo tornando natural a ligação entre lugares e povos.

Vamos explorar como esta relação, hoje natural, entre povo e espaço se constituiu na América e como o espaço se tornou um lugar, os Estados Unidos da América.

“Os Estados Unidos da América foram um experimento geopolítico”, diz Meinig (1993, p. 461). A confederação inicial foi uma aliança incerta, e o país era uma vasta área a ser colonizada, o que envolvia a formação de novos estados a serem incorporados à União. Durante o século XIX uma questão geopolítica foi fundamental: como manter e/ou restabelecer o equilíbrio entre o Norte e o Sul, ou seja, entre estados escravistas e não-escravistas. Cada nova incorporação de espaço (seja território ou república independente) à União implicou complicado e acalorado debate no Congresso e envolveu questões de legislação eleitoral, já que alterava o número e a

distribuição regional de cadeiras no Congresso e no Colégio Eleitoral, afetando o equilíbrio anterior.

Do ponto de vista ideológico, a expansão territorial americana foi sempre interpretada como autopreservação. Esta expansão foi feita de diferentes modos e envolveu tanto interesses governamentais quanto privados.

Durante todo o século XIX, os Estados Unidos tiveram problemas de fronteira com a França, a Espanha e a Inglaterra. Parte da Louisiana era considerada fundamental à segurança e prosperidade norte-americanas. Neste caso aconteceu o exemplo mais notável de expansão sem conquista, com a compra deste imenso território da França pelo governo Jefferson. Napoleão supunha que o acesso a este território fortaleceria o poder dos Estados Unidos, poder este capaz de humilhar a tradicional rival, a Inglaterra.

A incorporação desse espaço territorial (1803) envolveu questões constitucionais e políticas relevantes, tais como: necessidade ou não de emenda constitucional para ratificar o tratado; necessidade ou não de obter o consentimento dos habitantes. Teriam os habitantes do novo território imediatamente os mesmos direitos dos cidadãos americanos, mesmo com língua, costumes e cultura diferentes? Estas questões foram sendo resolvidas legalmente ao mesmo tempo em que acontecia uma rápida imigração de americanos para o novo território da Louisiana e a proibição de “ampliar a legalidade territorial” da escravidão.

Situação diferente acontece em parte da Flórida (objeto de litígio entre a França e a Espanha), para onde colonos americanos se mudam, onde ocupam o território, proclamam a República e depois pedem a incorporação à União.

A expansão do século XIX está sempre envolvendo a manutenção do equilíbrio da federação, e o controle sobre a admissão de novos estados foi central. Questões relativas a transporte e comunicações foram também fundamentais na medida em que o país era um teste histórico à tese de que a República só seria viável para pequenos territórios e populações reduzidas. Meinig (1993) distingue as seguintes formas de expansão:

1. Compra de novos territórios, gerando documento que legitima a aquisição. Segundo este autor, os tratados com os indígenas estão nesta categoria, além da aquisição da Louisiana (1803) e do Alasca (1867);
2. Áreas em litígio entre as potências mundiais, que são acrescentadas por compromissos diplomáticos resultantes de acordos de reivindicações;
3. Conquista militar e anexação. Algumas ações tiveram êxito, como o caso da guerra com o México, que resultou na incorporação do Novo

México, Califórnia e a parte leste da Flórida. Outras ações falharam, como foi o caso da invasão do alto Canadá;

4. Protetorado militar e eventual anexação. Principalmente após a presença militar no México, quando existiu a alternativa de impor protetorado sobre outras partes do México; parte oeste da Flórida; Havaí e Cuba.

5. Pirataria: leste e oeste da Flórida;

6. Anexação por solicitação do Estado ou da população: Havaí;

7. Colonização e secessão. A idéia de que colonos americanos se tornam a população majoritária, se separam, tornam-se independentes e pedem o ingresso na federação americana é a versão oficial da expansão territorial dos Estados Unidos. O grande exemplo desta categoria é o caso do Texas, fonte histórica da versão oficial.

Ainda segundo Meinig, os casos concretos muitas vezes envolveram múltiplos tipos, mas podem ser agrupados em duas categorias: compra, ou alguma forma de ação violenta como invasão militar, pirataria, revolta (Divine, 1992).

A imagem jeffersoniana de uma república democrática embasada na cidadania dos *yeomen farmers* é muito forte e foi em nome deste ideal que se justificou a contínua necessidade de novas terras a serem ocupadas, garantindo o contínuo progresso da nação. A identificação entre o território da América do Norte e os Estados Unidos corresponderia a uma lei da natureza que se expressou na idéia de “destino manifesto”. Esta expressão, cunhada por John O’ Sullivan em 1845, oferece uma inestimável legitimação ao mito do império. Produz uma reconciliação entre democracia e império e justifica a ocupação dos territórios de população não-anglófona (índios e mexicanos). Estes novos espaços seriam ocupados para que o desenvolvimento livre, o governo livre, enfim, a livre empresa pudessem continuar.

A demanda é por terra, já que esta seria o pré-requisito para o governo republicano e para uma economia e uma sociedade baseadas na aquisição individual, na mobilidade geográfica e social e numa estrutura de classe fluida, pouco definida. Estes pressupostos são fundamentais para a política norte-americana.

Enquanto o território nacional se expandia como fruto da ação das lideranças políticas, do governo, construía-se o conceito de fronteira como um processo espontâneo que se iniciara com os pioneiros.

As qualidades épicas da aventura dos pioneiros conferem uma aura de santidade ao processo de expansão territorial e obscurecem a dinâmica da construção de uma nação continental no que esta envolveu de política e ação

governamental. Os pioneiros, como exemplares do “homem comum”, eram a razão, o motivo pelo qual o governo conquistava terras — para obter uma nação melhor e um mundo melhor baseados na liberdade individual, no comércio livre e na coexistência pacífica. Os recursos das novas terras permitiam aos Estados Unidos melhorar suas instituições democráticas e mostrar ao mundo a superioridade do seu modo de vida.

As novas terras, obtidas segundo os diferentes meios acima mencionados, envolveram um processo de ocupação em que se combinaram políticas dos poderes públicos, fatores econômicos e geográficos. A ação do governo federal foi relevante, ainda que limitada pela doutrina do *laissez-faire*, da qual todos partilhavam, e pela ação dos colonos e dos grandes criadores.

Um exemplo de ação governamental pode ser visto na existência de expedições que antecederiam e abriam um território à colonização. A expedição de Lewis e Clark (1804-1806) ao território da Louisiana é marco memorável no reconhecimento da bacia do Mississípi, chegando até o Pacífico. Franceses, ingleses e norte-americanos produziram grande quantidade de mapas, até porque isto era fundamental no estabelecimento de fronteiras e nas disputas por territórios. Igualmente relevantes dentro do território norte-americano, os mapas ajudaram a resolver os confrontos e as disputas entre os colonos. As linhas retas que marcam o mapa territorial dos estados americanos são importante indício da ação do governo da União. Mapas topográficos foram fundamentais à Revolução Americana, ajudando o “teatro da guerra”, e, depois da Independência, as antigas colônias mereceram atenção quanto ao território.

A busca de caminhos até o Pacífico, o mapeamento das trilhas, foi questão fundamental durante a primeira metade do século XIX, permitindo o trabalho de uma longa lista de engenheiros militares, pesquisadores e geólogos. A rede de estradas de ferro, em seguida, também demandou novos conhecimentos de topografia, geologia e levantamento de recursos naturais de cada novo território a ser alcançado. Isto facilitaria as possíveis rotas de estradas de ferro do Mississípi até o Pacífico. Diversas agências estaduais de mapeamento precisaram ser coordenadas, até que em 1879 foi criado o U.S. Geological Survey, visando coordenar estes trabalhos (*Dictionary of American History*, v. VII, p. 74).

A expansão territorial e a atuação de agências governamentais na construção do Estado nacional são pouco enfatizadas na bibliografia histórica norte-americana. Um dos livros que tratam do tema da expansão territorial é o de Thomas Hietala sobre o destino manifesto (1985). Este autor se

surpreende com a pouca atenção dispensada à expansão territorial da era jacksoniana, já que os Estados Unidos duplicaram seus domínios em três anos, de 1845 a 1848 (p. 260). A junção de excepcionalismo e império forneceu aos expansionistas poderoso argumento para recusar qualquer direito de outra nação ou povo sobre partes do continente norte-americano. Se o rival era forte, nos diz Hietala, ameaçava a segurança da América e precisava ser removido; se o rival fosse fraco, era a prova da sua inferioridade, o que justificava qualquer ação contra ele. Os expansionistas em geral viam a incorporação dos povos não-brancos ao país como indesejável. O México enfraquecido, as tribos indígenas divididas, o declínio da França e da Espanha como potências colonizadoras, o isolamento geográfico em relação à Europa foram fatores que favoreceram a construção de uma nação continental.

As preocupações quanto à escravidão e o racismo bloquearam a caminhada dos Estados Unidos para o sul, não ocorrendo a anexação das terras mais densamente povoadas do México. O desejo de manter a paz com a Inglaterra impediu a expansão mais para o norte.

A ideologia jeffersoniana, em seu aspecto de agrarismo romântico, foi componente significativo do destino manifesto. De Jefferson a Jackson, as fazendas fizeram nascer tanto cidadãos republicanos quanto milho, algodão e trigo. Campos cultivados produzem cidadãos virtuosos, sintetizam a união entre república e progresso.

O idealismo da expansão para o oeste embutido no conceito de destino manifesto ajudou a reconciliar a ação norte-americana no mundo com uma auto-imagem altamente favorável. O estabelecimento de instituições republicanas, acoplado à existência de oportunidades econômicas advindas da imensa quantidade de terras disponíveis, colocaria a história americana fora do padrão europeu. A América teria conseguido afastar o conflito de classes que a modernidade criou na Europa, teria conseguido escapar da decadência que ameaça as repúblicas. Os americanos, movendo-se para o oeste e dominando a natureza, tornam-se um império da liberdade e da regeneração da virtude. Podem deixar a história para trás e construir seu destino no reino da natureza (Ross, 1984).

A relação entre a história da nação e a identidade nacional tem sido reconhecida. Feitos memoráveis, guerras, pais fundadores, governantes são incorporados a um panteão de glórias cívicas a serem comemoradas². A relação entre a geografia e a identidade nacional, igualmente relevante, tem sido menos lembrada. A geografia apresenta-se sob a forma de conhecimento do mundo natural e, portanto, distante dos objetivos políticos dos povos e seus governantes.

A literatura que trata deste tema (Kirby, 1991; Watts, 1992; Harvey, 1990; Gregory, 1994; Soja, 1989; Gupta e Ferguson, 1992) questionando os conceitos de espaço, cultura, identidade, move-se dentro do campo da pós-modernidade, da pós-nacionalidade. Assim como se fala de *imagined nation*, agora também se fala de *imagined places*.

Diversos fatores estão trazendo a questão do espaço à ordem do dia. As rupturas em nações pós-coloniais, o desmantelamento de Estados nacionais com diferentes culturas autônomas, algumas em territórios não-contíguos, por um lado, e, por outro, a hipermobilidade, o deslocamento, a falta de moradia presentes no capitalismo avançado apresentam desafios à identidade nacional anteriormente baseada no espaço territorial. As leis de mercado estimulam o fluxo de capital sem barreiras, enquanto os serviços (nacionais) de imigração tomam conta do fluxo de pessoas.

Redes sofisticadas de comunicação e informação, indústria cultural, de diversão, de lazer espalham-se pelo mundo ao mesmo tempo em que se desenvolvem novas formas de diferenças culturais. Todos esses fatores parecem indicar que se perderam as raízes territoriais, que está havendo uma “desterritorialização da identidade”. Pergunta-se sobre o sentido de se falar em “terra natal” no final do século XX. O mundo da diáspora, composto de refugiados, imigrantes, pessoas sem lugar, sem Estado, parece ser o quadro deste final de século. Entretanto, isto não está acontecendo da mesma maneira e ao mesmo tempo em todos os lugares. Estes sinais permitem apenas que se tome consciência da importância do espaço como elemento fundamental da construção de identidades nacionais. Esta tendência contemporânea permite apenas que se possa ver mais claramente como “comunidades imaginadas” se relacionaram com “lugares imaginados”.

O processo de globalização deveria permitir novas oportunidades para forjar identidades transnacionais. Entretanto, isto necessariamente não acontece, seja pelo fortalecimento do localismo, seja pela permanência da identidade nacional, não tão enfraquecida como supõem e/ou desejam os analistas da pós-modernidade.

Notas

1. Estudo recém-publicado de Janaína Amado (1995) também aborda comparativamente o Brasil e os Estados Unidos analisando as relações entre historiografia, história e mitologia no tocante à conquista do Oeste.

2. Sobre comemorações e construção da memória nacional nos Estados Unidos, ver resenha de Lucia Lippi Oliveira (1994).

Abstract

This article relates the image of the conquest of the West to the construction of national identity in the United States. The conquest of new territories during the nineteenth century was narrated as a mythical version of the historic process. It presents different lineages of authors who analyse and criticise the theme of the frontier and shows how the frontier, the west or nature are present in the interpretation of the meaning of the creation of national parks in America. Finally, it indicates how geographical space reappears today, at a moment when globalization and uprooting are questioning the natural relationship between nation and territory.

Résumé

L'article établit un rapport entre l'image de la conquête de l'ouest et la construction de l'identité nationale aux Etats-Unis. Le récit de la conquête des nouveaux espaces territoriaux au XIXe siècle propose une version mythique du processus historique. L'article présente aussi les différentes traditions intellectuelles qui ont fait la critique du sujet "frontière", tout en montrant comment la frontière, l'ouest ou la nature sont présents dans l'interprétation du signifié de la création des parcs nationaux en Amérique. À la fin, l'article indique comment l'espace géographique réapparaît aujourd'hui, au moment où la globalisation et le déracinement mettent en cause le rapport naturel entre la nation et le territoire.

Referências bibliográficas

- Amado, Janaína (1995) "Construindo mitos; a conquista do oeste no Brasil e nos EUA", in Sidney Valadares Pimentel e Janaína Amado (orgs.). *Passando dos limites*. Goiânia: UFG.
- Divine, Robert A. et al. (1992) *América, passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica.
- Gregory, Derek (1994) *Geographical Imaginations*. Cambridge, MA/ Oxford, UK: Blackwell.
- Gupta, Akhil & Ferguson, James. (1992) "Beyond Culture: Space, Identity and the Politics of Difference". *Cultural Anthropology* 7:6 , p. 6-23.
- Harvey, David (1990) "Between Space and Time". *Annals of the Association of American Geographers* 80(3) p. 418-34.

- Hietala, Thomas R. (1989) *Manifest Design: Anxious Aggrandizement in Late Jacksonian America*. Cornell University Press.
- Kirby, Andrew (1991) "The Great Desert of the American Mind: concepts of space and time and their historiographic implications", in Brown, Jo Anne & Van Keuren, David (eds.), *The State of Social Knowledge*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Lacapra, Dominick (1983) *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Languages*. Ithaca, New York.
- Lepenes, Wolf. (1988) *Between Literature and Science: The Rise of Sociology*. Cambridge University Press.
- Limerick, Patricia (1987) *The Legacy of Conquest: The Unbroken Past of the American West*. New York: Norton.
- Malone, Michael P. (1989) "Beyond the Last Frontier: Toward a New Approach to Western American History". *Western Historical Quarterly* n.º 20 (4), p. 409-27.
- Meining, D. W. (1993) *The Shaping of America*. Vol. 2. *Continental America, 1800-1867*. Yale University Press.
- Miller, Perry (1955) "The Romantic Dilemma of American Nationalism and the Concept of Nature". *Harvard Theological Review*, n.º 48, p. 239-53.
- Nash, Roderick (1970) "The American Invention of National Parks". *American Quarterly* n.º 22 (Fall), p. 726-35.
- Oliveira, Lucia Lippi (1994) "América hoje: comemorando o quê?". *Estudos Históricos*, Vol. 7, n.º 14, p. 291-304.
- _____ (1995) "Turner e a fronteira" (mimeo).
- Ross, Dorothy (1984) "Historical Consciousness in Nineteenth-Century America". *American Historical Review*, n.º 89, out. p. 909-22.
- Soja, Edward. (1989) *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. London: Verso Press.
- Tenorio, Mauricio (s/d) *Frontier in the making: la escritura de la Historia en los Estados Unidos*, mimeo.
- Trachtenberg, Alan (1994) *The Incorporation of America: Culture and Society in the Gilded Age*. 12 ed., Harper Collins.
- Turner, Frederick Jackson. (1993) *History, Frontier, and Section*. (Introduction by Martin Ridge.) Albuquerque: University of New México Press.
- Watts, Michael. (1992) "Space for Everything (a commentary)". *Cultural Anthropology*, Vol. 7, n.º 1, fev. p. 115-29.
- Worster, Donald (1987) "New West, True West: Interpreting the Regions's History". *Western Historical Quarterly*, 18: 2, p. 141-56.

FRAGMENTAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E RECOMBINAÇÃO DE ESPECIALIDADES EM TORNO DA SOCIOLOGIA

Mattei Dogan

RESUMO. A idéia principal deste artigo é a de que o progresso científico ocorre, em grande medida, em razão da recombinação de especialidades derivadas da fragmentação de disciplinas. As ciências sociais são geneticamente programadas para produzirem híbridos. Assim ganha existência uma variada e complexa rede de campos híbridos, com o resultado de tornar irreconhecível o velho mapa das ciências sociais.

Introdução

A literatura sobre interdisciplinaridade compõe-se especialmente de conclamações, recomendações e observações gerais, e não de investigações em termos da história ou da sociologia da ciência. Com poucas exceções, tal literatura padece de um erro de perspectiva ao recomendar a mistura de disciplinas inteiras. Agindo assim, ela desconsidera um fenômeno essencial na história da ciência, nomeadamente o da especialização através de um processo de fragmentação das disciplinas formais.

O conceito de interdisciplinaridade

O termo interdisciplinaridade foi usado pela primeira vez em 1937 pelo sociólogo Louis Wirtz. Anteriormente, a Academia de Ciências dos Estados

Mattei Dogan é diretor do Centre National de Recherche Scientifique (CNRS) e professor de Ciência Política da Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

Este artigo foi publicado originalmente no *International Social Science Journal*. Tradução para o português de Eurico G. C. Santos.

Revista *Sociedade e Estado*, volume XI, n.º 1, Jan./Jun. 1996

Unidos já havia falado sobre cruzamento de disciplinas, e o Instituto de Relações Humanas da Universidade de Yale já defendera a demolição dos muros disciplinares (Sills, 1986:18).

É surpreendente notar que Thomas Kuhn, em um livro que por todos os demais títulos tem importância fundamental para a sociologia da ciência, não enfrenta o problema da interdisciplinaridade, muito embora debata a questão da especialização. Tampouco no clássico estudo de Robert Merton sobre a sociologia da ciência pode-se encontrar algo sobre interdisciplinaridade; entretanto, Merton havia-se preocupado com o problema já em 1963, quando escreveu em *The Mosaic of the Behavioural Sciences* que “Os interstícios entre especialidades vão-se preenchendo gradativamente com as novas especialidades interdisciplinares” (Merton, 1963: 253). É digno de nota que a palavra por ele utilizada é “especialidade” e não “disciplina”.

Na monumental obra publicada pela Unesco com o título de *Main Trends of Research in the Social and Human Sciences* (1970), o problema da recombinação de especialidades é apenas levemente aventado. O capítulo escrito por Jean Piaget na obra mencionada, que lida com “Problemas gerais de pesquisa interdisciplinar e de mecanismos comuns”, refere-se a temas de grande importância, mas o tema prometido pelo título só surge efetivamente nas duas últimas páginas. Ainda assim, essas têm o mérito de sugerirem a expressão “recombinações genéticas” para a designação de “novos ramos do conhecimento” (Piaget, 1970: 524).

No excelente capítulo sobre “Sociologia da ciência”, de autoria de Harriet Zuckerman, no *Handbook of Sociology*, publicado sob a direção de Neil J. Smelser, não há qualquer referência à interdisciplinaridade.

Outros autores referem-se ao tema ao mesmo tempo em que assinalam a dificuldade de esclarecê-lo. Edgar Morin, por exemplo, escreve: “Tenho usado os termos ‘interdisciplinaridade’, ‘multi- ou polidisciplinaridade’ ou ainda ‘transdisciplinaridade’, sem defini-los. Se não os defini é porque eles são polissêmicos e vagos. Por exemplo, interdisciplinaridade pode significar simplesmente que diferentes disciplinas sentam-se juntas à mesma mesa, à mesma Assembléia, assim como diferentes países fazem-no nas Nações Unidas, sem serem capazes de fazer outra coisa além de reafirmarem seus próprios direitos nacionais e sua própria soberania contra os assédios de um país vizinho” (Morin, 1990: 28). É bem verdade que Morin, logo em seguida, acrescenta que “interdisciplinaridade também pode significar intercâmbio e cooperação”, e oferece disso alguns poucos exemplos, particularmente com referência ao estruturalismo (o intercâmbio entre o lingüista Jakobson e o antropólogo Lévi-Strauss).

Nos dias de hoje, a ninguém mais é dado possuir um conhecimento exaustivo de mais de uma disciplina. É irrealista e utópico pretender dominar duas ou mais disciplinas na sua totalidade. Na medida em que a interdisciplinaridade implica a habilidade de ser familiar a, e de combinar duas ou mais disciplinas em suas totalidades, tem-se que o conceito de interdisciplinaridade revela-se ilusório.

Por ser tão difícil para um pesquisador isolado ser multidisciplinar, a solução de trabalho de equipe tem sido advogada por alguns metodólogos. Essa é a proposta de Pierre de Bie na publicação da Unesco mencionada anteriormente. O trabalho de equipe vem a ser produtivo nos laboratórios de *big science*, mas no que tange às ciências sociais revela-se de difícil realização na prática. Os únicos exemplos de trabalhos de equipe bem-sucedidos referem-se à produção e à coleta de dados, e muito mais raramente à sua interpretação ou síntese — com exceção da arqueologia.

Os principais programas de instituições nacionais e internacionais consistem geralmente na promoção e coordenação de pesquisas que são identificadas como prioritárias. As publicações resultantes trazem normalmente os nomes de uma, duas ou três pessoas, raramente mais.

A história das ciências sociais é rica em projetos interdisciplinares malsucedidos. Vejamos o exemplo da pesquisa empreendida em Finistère, na França, no início dos anos 60. Era um projeto ambicioso, que absorvia parte substancial dos recursos financeiros disponíveis para ciências sociais na França, à época, e que envolvia sociólogos, demógrafos, geneticistas, etnólogos, psicólogos, linguístas e historiadores. Os iniciadores da pesquisa em Plozevet queriam-na “coletiva e total”. A pesquisa interdisciplinar não produziu qualquer resultado digno de nota. Aprendeu-se com a iniciativa uma lição, e a experiência jamais foi repetida na França.

Na publicação da OCDE sobre interdisciplinaridade afirma-se que “os primeiros experimentos examinados em três países (Alemanha, França e Reino Unido) produziram uma impressão geral de fracasso” (OCDE, 1972: 27). O capítulo intitulado “O arquipélago interdisciplinar” termina com a admissão de que se obtém não mais do que um “aglomerado de elementos” (idem: 71). Fala-se da interdisciplinaridade como de um conceito “epistemologicamente ingênuo” (idem: 71). O *approach* é ilusório porque advoga o fatiamento da realidade. Algumas pesquisas procedem à maneira de uma colcha de retalhos com *approaches* filológicos, antropológicos, históricos, etnológicos, psicológicos e sociológicos. Essa alternância de *approaches* permite às disciplinas encontrarem seus melhores resultados em certos

paralelismos, mas não numa síntese. Essa foi a maneira como o historiador das religiões Mircea Eliade procedeu: em sua procura pelos deuses, ele lida com oito disciplinas — etnologia, filologia, lingüística, antropologia, psicologia, história, sociologia e filosofia —, as quais não convergem. O autor faz alguns paralelos eruditos entre as várias disciplinas, mas não as combina.

Em verdade, pesquisar utilizando-se de muitas disciplinas envolve uma combinação de segmentos de disciplinas, especialidades, e não disciplinas inteiras. Por essa razão, eu prefiro o conceito de hibridação, que designa a recombinação de fragmentos de ciências.

Hoje em dia, a especialização no limite da ciência é raramente monodisciplinar. Um pesquisador em oncologia, por exemplo, deve possuir um MSc em física, um BSc em biofísica, trabalhar com imunologistas num centro de pesquisas médicas, ensinar bioquímica numa faculdade de ciências, e publicar em revistas científicas ou médicas (Certaines, 1976: 117). Nas ciências sociais, como nas ciências naturais, o progresso científico normalmente ocorre nas interfaces, nos interstícios das disciplinas. As inovações mais originais e frutíferas são produzidas através da recombinação de especialidades, que se torna possível nos cruzamentos de diversas disciplinas que não são necessariamente muito próximas. O ponto de contato frutífero é estabelecido entre especialidades, entre setores, e não ao longo de toda a fronteira entre as disciplinas. François Kourilsky põe o dedo no problema: “sejamos claros sobre o que a interdisciplinaridade é, e também sobre o que ela não é. Para avançar, a pesquisa precisa tornar-se altamente especializada e estender as fronteiras do conhecimento a pontos específicos, através de áreas de preocupação muito restritas” (Kourilsky, 1990: 16).

Uma grande biblioteca especializada, por exemplo, em bioquímica, cobre não mais do que aquelas pequenas partes da química e da biologia que se sobrepõem. O que, então, pesquisadores fazem numa tal biblioteca? Concentram-se em pontos específicos, representando menos de um milésimo da documentação sobre o tema. Procuram informações precisas num campo altamente especializado. Ao mesmo tempo, centenas de outros pesquisadores estão fazendo a mesma coisa, cada qual em sua especialidade. A pesquisa é conduzida simultaneamente em centenas de pontos. Mas estes pontos não estão necessariamente dispersos — eles formam parte de uma configuração de saberes, conceitos, métodos, intuições, hipóteses e idéias. Às vezes acontece, como atesta a história da ciência, que alguns desses pontos encontram-se e produzem faíscas. Em tais momentos mal observados ou fortuitos, acontece a descoberta, seja ela programada ou inesperada.

Esses pontos podem localizar-se em campos diferentes, às vezes distantes uns dos outros. Pode-se então falar de uma descoberta interdisciplinar; mas desde que se trate realmente de especialidades, e não de disciplinas inteiras que se encontram, o conceito de interdisciplinaridade deveria ser substituído pelos termos mais apropriados de transespecialidade ou poliespecialidade.

Existem paradigmas nas ciências sociais?

Se é verdade que as disciplinas fragmentam-se e que a maioria das principais descobertas são feitas nas fronteiras das disciplinas, como isso pode ser reconciliado com o conceito de paradigma disciplinar? Teoricamente, os dois são incompatíveis: uma ciência dominada por um paradigma deveria ser suficientemente coerente para evitar abrir-se, fragmentar-se em especialidades e permitir àquelas especialidades recombinarem-se para além das fronteiras disciplinares. Conseqüentemente, precisamos começar por examinar a validade do conceito de paradigma em geral, e então considerar sua aplicabilidade às ciências sociais.

É digno de nota que em *Reflexions on My Critics*, Thomas Kuhn tenha proposto que o termo “revolução científica”, que ele próprio admitiu ser um “exagero retórico”, seja substituído por “matriz disciplinar”. Ademais, o conceito de revolução científica tem sido desafiado por muitos cientistas, como por exemplo Imre Lakatos, sob a alegação de que a revolução copernicana estendeu-se por um século e meio, e a revolução newtoniana por uma geração inteira. Não houve avalanche, mas sim um longo debate. A descoberta, por Pasteur, dos micróbios, foi realmente uma revolução científica, que destruiu o conceito de geração espontânea, mas poderia ela ser chamada de um paradigma?

Entretanto, admitindo-se que para algumas ciências naturais o conceito de paradigma é relevante, deve-se enfatizar que paradigmas freqüentemente emergem no ponto de encontro de especialidades disciplinares. Tome-se, por exemplo, a biologia molecular: ela é uma síntese de muitas especialidades. “A biologia molecular não surgiu do casamento ideal e espontâneo da física e da biologia, mas do complicado entrecruzamento de idéias e pesquisas extremamente diversas” (Thuiller, 1975: 14). A biologia molecular absorveu apenas segmentos, e não a totalidade da fisiologia celular, da genética, da bioquímica, da virologia e da microbiologia. “A maior parte de cada um desses campos não é objeto da biologia molecular” (Jacob, 1975:

55). A mesma observação procede quando se fala a respeito de placas tectônicas continentais, oceanografia, biogeologia, geoquímica, ou de qualquer outra especialidade no amplo espectro da ciência.

Mas é o conceito de “paradigma” relevante também para as ciências sociais? Thomas Kuhn (1970) admitiu explicitamente que, no caso destas ciências, devido às constantes desavenças entre elas, seria um exagero falar de um paradigma. Ele explica, em seu prefácio a *The Structure of Scientific Revolutions* (p. viii), que foi durante uma estadia com um grupo em que predominavam representantes das ciências sociais, no Centro Palo Alto para Estudos Avançados, na Califórnia, que lhe ocorreu a formulação do conceito de paradigma, justamente com o propósito de marcar a diferença essencial entre as ciências naturais e as ciências sociais. Ainda hoje, o termo paradigma é usado comumente nas ciências sociais. O uso ou abuso deste termo útil é particularmente freqüente em sociologia e economia, talvez como o resultado de uma desafortunada tendência mimética.

Existem nas ciências sociais exemplos de abalos paradigmáticos comparáveis àqueles criados por Copérnico, Newton, Darwin ou Einstein? Podem as teorias de Keynes, Chomsky ou Parsons ser descritas como paradigmáticas? Nas ciências sociais, o progresso ocorre através de revoluções paradigmáticas, ou através de processos cumulativos? Existem realmente paradigmas nas ciências sociais?

Dentro de uma disciplina formal, muitas grandes teorias podem coabitar, mas existe um paradigma apenas quando uma teoria comprovável domina, sozinha, todas as outras teorias e é aceita pela comunidade científica como um todo. Nas ciências sociais, porém, tem-se, na melhor das hipóteses, uma confrontação entre diversas teorias não comprováveis. Na maior parte das vezes, não há nem mesmo uma confrontação, mas sim uma cuidadosa recusa recíproca, uma desatenção de todos os lados, o que é relativamente fácil, devido ao tamanho das comunidades científicas, divididas em escolas. Isso é verdadeiro para todos os países, grandes ou pequenos.

Essa despreocupação mútua é uma velha prática na sociologia. Na virada do século, os grandes sociólogos não se comunicavam, ou comunicavam-se muito pouco. Nos escritos de Weber não há referência ao seu contemporâneo Durkheim. É bem verdade que Weber estava informado sobre a revista de Durkheim, *l'Année Sociologique*. Por seu turno, Durkheim, que sabia ler alemão, faz apenas uma leve referência a Weber, e isso a despeito de terem ambos trabalhado diversos temas semelhantes, como a religião. Durkheim apenas menciona Simmel e Tönnies.

Duramente criticado por Pareto, “Durkheim nunca aludiu à obra de Pareto... O julgamento de Pareto acerca do livro de Durkheim sobre o suicídio foi desfavorável”. “Lamentavelmente”, ele escreveu, “falta rigor ao seu argumento” (Valade, 1990: 207).

Weber parece não ter sabido da teoria de Pareto sobre a circulação das elites, e Pareto, por seu turno, nada diz a respeito da teoria weberiana da liderança política. Weber e Croce encontraram-se apenas uma vez, brevemente. Não houve correspondência entre Weber e Freud. Ernest Bloch e Georg Lukacs encontraram-se regularmente com Weber em Heidelberg, mas suas obras não mostram sinal da influência de Weber. Tampouco houve qualquer comunicação entre Weber e Spengler. O único dos contemporâneos de Weber que se referiu a ele foi Karl Jaspers, mas ele era um filósofo (cf. Mommsen e Osterhammel, 1987). Como observou Raymond Aron, cada um dos três grandes fundadores da Sociologia seguiu um caminho solitário.

Mais perto de casa, poderiam ser citados muitos exemplos de sociólogos coexistindo sem influenciar uns aos outros, como Angus Campbell e Paul Lazarsfeld, os quais dedicaram grande parte de suas vidas ao estudo do mesmo comportamento político. A mesma observação pode ser feita com referência a outras disciplinas.

Não é má idéia contrapor teorias, mas é necessário que haja debate. Não existem paradigmas nas ciências sociais porque, no interior de cada disciplina, não há comunicação suficiente.

Para que haja um paradigma é necessária ainda uma outra condição: as teorias devem referir-se a aspectos essenciais da realidade social. Contudo, quanto mais ambiciosa é uma teoria, menos ela pode ser diretamente testada pelos dados disponíveis. Nas ciências sociais, não existem descobertas fundamentais, como existem, às vezes, nas ciências naturais. Em vez disso, teorias não verificáveis são construídas, em parte porque a própria realidade social muda. Ademais, e mais importante, os erros cometidos pelos gigantes das ciências naturais são insignificantes em comparação com os erros básicos cometidos por figuras eminentes nas ciências sociais e econômicas (Andreski, 1975: 30).

Consideremos, por exemplo, o malthusianismo. Trata-se de uma teoria ou um paradigma? O malthusianismo é uma das principais teorias na história das ciências sociais. Ele influenciou muitos cientistas, e especialmente Charles Darwin, que o considerava uma das suas principais fontes de inspiração. Um grande número de sociólogos, demógrafos e economistas tomaram-no como ponto de partida, seja para concordar ou para discordar.

Mas, tendo mudado as condições demográficas no Ocidente, suas projeções foram invalidadas e Malthus tornou-se um falso profeta. Entretanto, considerando-se hoje o fosso entre desenvolvimento e crescimento populacional na África, Ásia ou América Latina, ele poderia ser saudado como um grande visionário. É necessário tão-somente concordar com uma comparação assíncrona entre a Inglaterra do seu tempo e o Terceiro Mundo para admitir a validade assíncrona da sua teoria. Deveríamos ir mais adiante e falar de um paradigma malthusiano? De minha parte, não sinto que isso seja útil, mas em qualquer caso, se existe um paradigma, ele é um amálgama de segmentos de economia, demografia, sociologia e história — em outras palavras, um paradigma composto.

Parece-me mais apropriado, e mais elegante falar, nas ciências sociais, de teoria fundamental ou de avanço significativo, em vez de paradigma, termo que está cheio de implicações teóricas que não existem nas ciências não-experimentais.

Existe ao menos progresso cumulativo nas ciências sociais? Tal progresso claramente existe, visto que cada disciplina tem sua herança de conceitos, métodos, teorias e práticas. O profissional ou o amador facilmente reconhece isso. Há progresso cumulativo mesmo no campo teórico. Se uma teoria torna-se ultrapassada, algo dela, não obstante, permanece, ao incorporar-se a novas teorias — aprende-se muito cometendo-se erros. Não se repete um erro que tenha sido denunciado. Recentemente, o progresso nas ciências sociais tem sido garantido através de uma longa série de descobertas empíricas setoriais. Por exemplo, a correlação estabelecida por D. Lerner entre grau de urbanização, alfabetização e comunicação é um fato comprovado que permanece. Nesses setores especializados — sejam eles híbridos ou monodisciplinares — não há necessidade de teorias ambiciosas, bastando que elas sejam do tipo que Merton denominou “teorias de médio alcance”.

Vejamos um exemplo concreto de um processo cumulativo. Uma das grandes descobertas da ciência política é a influência de técnicas eleitorais nos sistemas político-partidários. Uma bibliografia sobre esse tema, mesmo seletiva, poderia facilmente conter duzentos ou trezentos títulos em inglês, para não mencionar as observações muito variadas derivadas da experiência direta de políticos em numerosos países. Desde Condorcet, John Stuart Mill, Bachofen, Hare e Hondt até Hermens, Downs, Duverger e Lijphart, a teoria tem-se baseado nas contribuições e nos melhoramentos sucessivos realizados por um grande número de especialistas. Outros exemplos de processos cumulativos encontram-se no livro que publiquei, em parceria com Robert

Pahre, sobre *Creative Marginality: Innovation at the Intersections of Social Sciences* (1991).

Hoje em dia reconhece-se que “nenhum paradigma procura mais ordenar, ou ainda menos unificar, o campo das ciências sociais” (*Annales*, 1989: 1322). Como sugere Mark Blang, o termo paradigma deveria ser excluído da literatura, a menos que venha sempre entre aspas (Blang, 1976: 1149).

Tendo assim esclarecido as aparentes contradições teóricas entre hibridação de especialidades e paradigma disciplinar, observemos agora mais de perto o processo pelo qual disciplinas fragmentam-se em especialidades.

Disciplinas fragmentadas, especialidades reestruturadas

É necessário traçar uma distinção entre especialização no interior de uma disciplina formal e especialização na interseção de especialidades monodisciplinares. Esta última, a chamada hibridação, pode ocorrer somente após o pleno desenvolvimento da primeira.

Na história da ciência pode-se observar um processo duplo: por um lado, uma fragmentação das disciplinas formais e, por outro, uma recombinação das especialidades resultantes da fragmentação. O novo campo híbrido pode tornar-se completamente independente, como a psicologia social — conforme claramente demonstram os livros de Jean Stoetzel e Serge Moscovici —, ou pode continuar declarando uma dupla vinculação, como a geografia política. Neste último caso, pode-se não estar seguro quanto a classificar uma obra na categoria de geografia ou de ciência política. Como deveríamos classificar o livro de F. Greenstein e M. Lerner, *A Source Book for the Study of Personality and Politics* — como psicologia ou ciência política? E o estudo de David Apter, “Pour l’État, contre l’État”, como ciência política ou como sociologia? O critério poderia ser o da predominância de um componente sobre o outro, ou a afiliação formal do autor. A antropologia política é um ramo da antropologia mas é também um subcampo da ciência política. Onde termina a sociologia histórica e onde começa a história social? Pode-se sentir ainda mais insegurança com uma recombinação tríplice, como no livro de George Balandier sobre “Antropologia política” (1969), no qual a sociologia é muito presente. Como as proporções relativas nem sempre são óbvias, permanece em alguma medida arbitrária a definição acerca da afiliação principal, especialmente porque o grau de parentesco

entre disciplinas varia de modo significativo: sociologia e psicologia social são consangüíneas, enquanto a geologia e a geografia social estão bem mais distantes, a despeito das aparências.

Se cada uma das doze principais ciências sociais fosse cruzada com todas as outras, obteríamos, em tese, uma malha com 144 quadrados. Alguns quadrados permaneceriam vazios, mas mais de três quartos deles seriam preenchidos por especialidades híbridas dotadas de alguma autonomia.

Por sua vez, essas especialidades híbridas ramificam-se, dando origem, em uma segunda geração, a um número ainda maior de híbridos. Um inventário completo de todas as combinações existentes não pode ser obtido cruzando-se as disciplinas duas a duas, mesmo na segunda geração, já que muitos campos híbridos, aliás situados entre os mais dinâmicos, têm origens múltiplas. Isso é válido para as ciências da cognição, para a pesquisa ambiental e para o planejamento urbano.

Ademais, campos híbridos como a pré-história ou a proto-história, que se enraizam parcialmente nas ciências naturais, não aparecem na malha de 144 quadrados, a qual limita-se a recombinações de segmentos das ciências sociais. A configuração dos campos híbridos está em constante modificação. Psicologia social, sociologia política, ecologia humana e economia política já foram há muito reconhecidas, enquanto a psiquiatria social ainda deve lutar por aceitação. Alguns especialistas nas ciências da cognição anunciam que a boa e velha psicologia em breve não mais existirá como disciplina independente. A psicologia “deveria, em última análise, dissolver-se em uma neuropsiquiatria plenamente desenvolvida, a qual deveria mostrar, de maneira análoga àquela pela qual a química suplantou a alquimia, o caráter ilusório e pré-científico das categorias da psicologia” (Proust, 1991: 15). Qual ramo da lingüística está no caminho certo: a lingüística estrutural ou a gramática generativa? Os estruturalistas criticam o historicismo da gramática comparativa e os generativistas rejeitam os pressupostos dos estruturalistas.

Estudos sociométricos mostram que muitos especialistas estão mais em contato com colegas oficialmente pertencentes a outras disciplinas do que com colegas do seu próprio ramo. O “colégio invisível” descrito por Robert Merton, Diana Crane e outros sociólogos da ciência é uma instituição eminentemente interdisciplinar, porque assegura a comunicação não apenas de uma universidade para outra e entre as fronteiras nacionais, mas também, e acima de tudo, entre especialidades administrativamente vinculadas a disciplinas diferentes. As malhas da influência transdisciplinar são tão

significativas que estão obscurecendo a velha classificação das ciências sociais.

Sete disciplinas unem as ciências sociais e as naturais: antropologia, geografia, psicologia, demografia, lingüística, arqueologia e ciências da cognição. Em virtude desse fato, cada uma dessas sete disciplinas está cindida, e a coabitação das duas metades sob um mesmo teto disciplinar cria às vezes um problema. Observando-se um certo número de disciplinas, devemos tentar mostrar, em cada caso, o processo de especialização, sua fragmentação e a recombinação dos fragmentos por hibridação.

História

A história é indubitavelmente a disciplina mais heterogênea, dispersa no tempo e no espaço. E, por força das circunstâncias, é também a disciplina mais aberta. Mais cedo ou mais tarde, tudo cai na rede do historiador.

A controvérsia acerca do papel e dos limites da história, que remonta a Durkheim, Simiand e Seignobos, não parece haver terminado. Três gerações mais tarde, a história foi excluída das ciências sociais pela autoridade de uma instituição internacional, a Unesco. Agora a história encontra-se entre as assim chamadas ciências nomotéticas, compreendidas no primeiro volume publicado pela Unesco sobre *Main Trends in the Social and Human Sciences*. Os historiadores não parecem ter reagido mui vigorosamente a essa afronta. Na verdade, alguns historiadores chegaram a um acordo com tal reclassificação. Assim, para Pierre Chaunu, “o progresso da história nos últimos cinquenta anos é o resultado de uma série de casamentos: com a economia, com a demografia, mesmo com a geografia... com a etnologia, a sociologia e a psicanálise. Depois que tudo já está dito e feito, a ‘nova história’ vê a si mesma como uma espécie de ciência auxiliar das outras ciências sociais” (Chaunu, 1979: 5). E aqui encontramos o termo “auxiliar”, que foi outrora uma expressão de uso doloroso, utilizada por um grande historiador. Essa, porém, não é a opinião da Escola dos *Annales* (*Annales*, 1989: 1323), resolutamente comprometida com a interdisciplinaridade: “A história progredirá apenas no contexto da interdisciplinaridade, e uma de suas tarefas é justamente renovar as bases da interdisciplinaridade” (Le Goff, 1991: 4).

Desde que se estabeleça que o foco esteja no longo prazo e no *approach* comparativo, há concordância entre Durkheim e Braudel. Com uma distân-

cia de sessenta anos, usando palavras diferentes, eles dizem coisas muito semelhantes: “A história pode ser uma ciência apenas na medida em que ela faz comparações, e não pode haver explicação sem comparação... Uma vez tendo começado a comparar, a história torna-se indistinta da sociologia” (Durkheim, no primeiro número do *l'Année Sociologique*). Braudel, por seu turno, também busca acomodações: “No que concerne ao longo prazo, o ponto não é simplesmente que história e sociologia ligam-se uma à outra e dão-se apoio recíproco, mas sim que elas fundem-se em uma coisa só” (Braudel, 1960: 93). Mas aqui falamos apenas de uma parte da história, aquela que compara tendo como referência o longo prazo, já que outros campos da história têm nada ou muito pouco em comum com a sociologia. De maneira semelhante, não são muitos os sociólogos que necessitam recorrer à história para os propósitos do problema que os está ocupando. Durkheim e Braudel teriam sido mais explícitos se, em vez de considerarem suas disciplinas como totalidades, se tivessem referido a elas como partes em um condomínio que hoje em dia chama-se história social ou sociologia histórica. Uma vez que se aceite que a história e a sociologia justapõem-se apenas em certas áreas sabidamente importantes mas delimitadas, a longa disputa territorial entre história e sociologia torna-se coisa do passado.

Como todas as ciências sociais formais, a história precisa referir-se às suas próprias “províncias” (que foi a palavra usada no “Manifesto” publicado nos *Annales*, 1988: 293). Mas isto não é senão um setor da história posto face a face com um setor de outra disciplina. Intercâmbios com a economia geraram assim a história econômica, a qual interessa apenas a alguns historiadores e a alguns economistas, os quais, contudo, são em número suficientemente grande para fornecer material para diversas revistas importantes.

Cada atividade humana tem seu historiador, o qual, para desempenhar bem a sua função, tem de caçar em terras alheias. Na história da urbanização, por exemplo, onde ele encontra-se com geógrafos, demógrafos, economistas e sociólogos, o historiador pode hastear sua própria bandeira. Contudo, a história urbana não é um campo independente, ao passo que a história econômica é solidamente estabelecida.

A história, por sua vez, ocasionalmente recebe auxílio de outras disciplinas, às vezes de forma inesperada. Um exemplo aleatório é a contribuição da biologia, ou mais especificamente de uma especialidade da biologia, a hematologia, para um setor particular da história, nomeadamente o estudo das origens dos povos anteriores à escrita. O sangue é um registro histórico, uma vez que as características do sangue de uma pessoa sobrevivem à sua

morte no sangue de seus descendentes. Como foi observado por Jean Bernard, “a geografia da hemoglobina E e a geografia dos monumentos da arte Khmer são virtualmente passíveis de justaposição... Os limites do velho Império Khmer foram definidos pela arqueologia. Agora, eles podem ser definidos pela hematologia” (Bernard, 1983: 49). A hematologia tem sido útil nos estudos sobre a imigração dos Vikings e dos Ainu, bem como na elucidação de certos mistérios dos altiplanos andinos.

Numerosos estudiosos de diversas disciplinas têm indagado acerca das causas da queda do Império Romano. Uma das mais importantes não era sequer conhecida até 1924 e foi demonstrada apenas em 1965 através da análise química de ossos — trata-se do sistemático envenenamento dos membros da classe governante romana ao longo de diversas gerações (Gilfillan, 1965). Os especialistas em saturnismo, dessa maneira, envenenaram a teoria de Pareto sobre a circulação das elites. Ademais, muitas teorias, tanto nas ciências sociais como nas ciências naturais, morrem subitamente como conseqüência de um ataque interdisciplinar. Eu escolhi deliberadamente estes dois exemplos do recurso às ciências naturais pela história — no interior das ciências sociais, os exemplos são demasiado frequentes.

Geografia

Os prospectos das grandes universidades listam cerca de vinte ramos da geografia. Suas subdivisões implicam relações com todas as disciplinas, da antropologia à zoologia. Essas divisões têm assumido tanta importância que a velha divisão entre geografia humana e geologia tem sido ensombrecida.

A fragmentação é tão extensa que se pode bem perguntar, com Roger Brunet: “A geografia tem sua própria especificidade? Qual é a sua real contribuição? Possui ela seu próprio campo ou trata-se apenas de relíquia de uma velha divisão do trabalho, agora superada? Pode-se dizer que o geógrafo tem uma identidade? Em que ela consiste?” (Brunet, 1982: 402).

A geografia está cercada por numerosos campos híbridos. Junto à demografia encontramos a geografia populacional — a explosão populacional do Terceiro Mundo tem atribuído considerável importância a esse campo, tornado visível pelas publicações do Banco Mundial. Um setor da ciência política, as relações internacionais, está diretamente ligado à geografia populacional. A geografia econômica é mais importante para os geógrafos do que para os economistas, visto que para estes a dimensão espacial não é essencial.

Os “fatores geográficos” atraíram intensamente a atenção dos sociólogos até a publicação, em 1924, de *Civilization and Climate*, do sociólogo Ellsworth Huntington — livro severamente criticado por Pitirin Sorokin. A partir de então, e por mais de três décadas, a sociologia (ao menos nos Estados Unidos) rompeu todos os compromissos com a geografia. Apenas recentemente, no contexto da pesquisa ambiental e ecológica, os sociólogos têm novamente mostrado interesse por “fatores geográficos”, em especial o clima.

A mais frutífera colaboração entre geografia e sociologia tem ocorrido no campo do planejamento urbano.

No campo da cartografia, que é a técnica básica dos geógrafos, “os meteorologistas, geólogos, geofísicos, geoquímicos, ecologistas e outros cientistas têm sido os principais inovadores e interessados” (Jones, 1979: 103). A fotografia por satélite, que pode cobrir áreas de até 100 km de diâmetro, tem revigorado o interesse por certos aspectos das velhas geografias humana e urbana.

Ciência política

A especialização nas ciências políticas é demonstrada pela variedade de revistas às quais os cientistas políticos têm acesso para fins de documentação e de publicação. De acordo com uma pesquisa recente (cf. Brunk, 1989), realizada nas principais bibliotecas norte-americanas, há cerca de quinhentas revistas acadêmicas de interesse dos cientistas políticos, 80% das quais em inglês. Destas, apenas um décimo pode ser considerado “generalista”, sendo o resto especializado (administração pública, política comparada, instituições políticas) ou primordialmente relacionado a outras disciplinas formais, ou ainda devotado a alguma região particular do mundo, como a América Latina ou a Ásia. Estas são eminentemente interdisciplinares. Conseqüentemente, a maior parte das ciências políticas mantém-se informada através de revistas especializadas que não se sobrepõem significativamente no interior da disciplina-mãe, e que mesmo apontam para campos ligados a outras disciplinas.

Em seu prefácio ao *Handbook of Political Science*, Greenstein e Polby (1975), editores dessa importante obra, confessam seu embaraço perante o caráter “amorfo” da disciplina. Eles reconhecem a extensa fragmentação, que reflete a diversidade das ciências políticas.

O cientista político norte-americano William Andrews expressa sua preocupação quanto ao fato de que “não há qualquer lógica especial que justifique sua existência em separado, ou seja, a ciência política não tem qualquer metodologia distintiva. Ela não tem um tema claramente definido que não possa ser enquadrado dentro de uma ou mais de suas disciplinas-irmãs. Suas diversas partes poderiam ter sobrevivido simplesmente como história política, sociologia política, geografia política, filosofia política e psicologia política — que são subcampos em outras disciplinas. Cada uma das demais disciplinas científico-sociais clama um pedaço da ciência política” (Andrews, 1988: 2).

Um grande número de autores norte-americanos e europeus ficam contentes ao verem a ciência política “importando” maciçamente das outras ciências sociais. Seu vigor atual resultaria desse processo de imitação. Mas está-se consciente da sua dispersão teórica e metodológica e da sua falta de um núcleo aglutinador.

A ciência política sofreu a influência benéfica de muitos sociólogos (Parsons, Lazarsfeld, Adorno, Dahrendorf) e de muitos economistas (Downs, Arrows, Galbraith, Schumpeter, Morgenthau, Myrdal), sem que se esqueça dos filósofos (Popper, Friedrich, Habermas).

Em alguns pontos a ciência política e a história social não podem ser dissociadas, estando ambas, freqüentemente, ligadas à economia. O estrutural-funcionalismo, que por muitas décadas dominou a análise comparativa internacional, encontrou inspiração na teoria do antropólogo Malinowski. Este mostrou que uma instituição cultural, transferida para outra cultura, pode assumir um novo significado e desempenhar uma função completamente diferente em um outro contexto. A teoria dos jogos, que tem sido adaptada ao estudo dos conflitos internacionais, foi formulada pelo matemático John von Neumann e pelo economista Oskar Morgenstern. O economista Herbert Simon tomou emprestado dos psicólogos o conceito de racionalidade limitada, daí retirando uma teoria que hoje goza de grande sucesso na ciência política norte-americana. Os cientistas políticos tomaram de empréstimo não apenas teorias mas também métodos. Como atesta Benson, a maior parte da literatura matemática nas ciências políticas é obra de *outsiders*, gente que não se identifica como pesquisadores em ciência política (Benson, 1967: 108).

Para tornar visível a influência das várias disciplinas na ciência política, Jean Laponce recenseou, para cada dez anos em um período de cinquenta anos (de 1935 a 1986), o número de referências na *American Political*

Science Review sobre revistas representando outras disciplinas. No começo do período, o direito era a única disciplina ligada à ciência política. Nos anos 50, havia mais referências a revistas de sociologia do que a revistas jurídicas, e começavam a surgir referências a revistas de história e de filosofia. Nos anos 70, revistas jurídicas eram citadas mais raramente, assim como as revistas de história e de filosofia; as referências à sociologia tornam-se mais freqüentes, e surgem as primeiras menções a revistas de economia, psicologia e matemática. Nos anos 80, economia e sociologia tornam-se mais importantes, assim como a psicologia e a matemática (Laponce, 1980, 1988). Essas tendências fizeram Laponce concluir que “durante a última geração aqueles cientistas políticos que publicaram em uma das mais importantes revistas do ramo, considerados por seus pares como estando entre os mais criativos e avançados, agora aparecem freqüentemente como tendo tido suas atenções desviadas da direção correta” (Laponce, p. 5). Em outro estudo, Laponce analisou fluxos de importação-exportação entre sete disciplinas, usando a mesma técnica de recenseamento de notas de rodapé em doze revistas, inclusive seis britânicas. Os intercâmbios mais intensos na ciência política ocorreram em 1975 com a sociologia e em 1981 com a economia (Laponce, 1983: 550).

Muitos dos mais renomados cientistas políticos trabalham sobre fenômenos ou problemas híbridos: clientelismo político (em associação com a antropologia e a psicologia social), socialização (sociologia e antropologia social), nacionalismo (inseparável da história e da sociologia), desenvolvimento (ligado a todas as ciências sociais) e muitos outros.

Não é recente a abertura da ciência política. Hoje não podemos senão confirmar o que foi escrito ontem: “A ciência política é uma inveterada tomadora de empréstimos. A bem dizer, ela é a mais eclética entre as ciências sociais. A história do seu crescimento e do seu desenvolvimento é a história da seleção de habilidades e de idéias das outras ciências sociais” (Sarouf, 1965: 22). O título do livro de Gabriel Almond, publicado um quarto de século mais tarde (1990), é, por assim dizer, um diagnóstico: *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*. Este livro enfatiza as cisões teóricas, ideológicas e metodológicas na disciplina.

Sociologia

Em um período de quatro décadas, a sociologia inicialmente experimentou uma expansão marcadamente monodisciplinar, para então viver uma

dispersão para além de suas fronteiras. Nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, a sociologia foi adotada como disciplina acadêmica oficial em apenas alguns países, particularmente nos Estados Unidos e no Canadá. Na Europa, ela teve de recomeçar praticamente do nada, especialmente na Alemanha e na Itália. De 1955 em diante, seu desenvolvimento foi espetacular em muitos países, especialmente na Escandinávia.

Na França, em 1950, o número de acadêmicos que poderiam declarar a condição de sociólogos profissionais era sem dúvida inferior a duas dúzias: duas cátedras em universidades, alguns poucos títulos de mestre e um pequeno número de pesquisadores no CNRS. Outros acadêmicos, sem serem primeiramente sociólogos (historiadores, psicólogos, geógrafos, filósofos), contribuíram para o renascimento da sociologia. Quatro décadas mais tarde, o “Quem é Quem” na *Sociologie Française et Francophone* continha 1.500 nomes, incluindo cerca de 1.300 franceses, com 1.100 sociólogos genuínos e duzentos de ramos afins, quinhentos dos quais viviam em Paris — a maior concentração de sociólogos em todo o mundo.

Nos Estados Unidos, o número de sociólogos registrados na Associação Sociológica Americana dobrou nos anos 50 e dobrou novamente nos anos 70.

Paradoxalmente, foi na época em que era ainda modesta que a sociologia mostrou inclinações imperialistas. Seria fácil alinhar um grande número de citações que demonstrassem tal afirmação — mas apenas uma será suficiente. Em 1962, em um tempo em que a sociologia ainda não era uma disciplina independente em Oxford e em Cambridge, e o era muito mal em Londres, W. G. Runciman procurava definir a sociologia como o estudo sistemático do comportamento humano coletivo, e as disciplinas de economia, demografia, criminologia e política deveriam ser consideradas como ramos da sociologia (Runciman, 1962: 1).

De 1970 em diante, o crescimento começou a ocorrer junto com um processo de fragmentação, com o resultado de ser a sociologia, hoje, nas democracias desenvolvidas, uma disciplina heterogênea e centrífuga. Dependendo da maneira como ela é definida, pode-se falar de 35 a quarenta sociologias setoriais, indo em todas as direções: para a história, a economia, a política, o direito, a vida social, a indústria e a religião. Não há atividade social que não tenha seu sociólogo oficial, como a sociologia da educação, da família, da criminalidade, das comunicações, do lazer, da terceira idade, da medicina, das organizações — a lista é longa.

Como assinala Neil Smelser na introdução ao seu *Manual de sociologia*, a “possibilidade de a sociologia ser expressão de um campo identificável

tende a diminuir: é como se, em geral, o compromisso com a disciplina tendesse a diminuir, e assim grupos menores tendem a buscar interação e identidade em suborganizações situadas dentro ou fora da Associação Sociológica Americana (Smelser, 1988: 13).

Isso é válido, por exemplo, para a sociologia urbana. Há, hoje em dia, mais especialistas e pesquisadores no campo do planejamento urbano do que no da sociologia tradicional. É verdade que entre tais especialistas encontram-se representantes da sociologia urbana, mas eles são minoria em uma massa de planejadores de cidades que provêm de um amplo espectro de disciplinas: geografia, economia, arquitetura, etc., disciplinas que podem muito bem ter cortado o cordão umbilical que ainda ligava aquela minoria à disciplina-mãe. Mas a subdisciplina mais densamente povoada nos Estados Unidos hoje é a sociologia da medicina, na qual a maior parte do trabalho de pesquisa está fracassando em razão da falta de horizontes teóricos.

Na medida em que o problema investigado diz respeito à totalidade da sociedade, a “especialização cruzada” (*cross-specialization*) torna-se inevitável — tão inevitável que freqüentemente é necessário reunir uma variedade de especialistas. Aqui está uma descrição do conteúdo de um livro que, em sua época, teve algum sucesso: “Cada colaborador é um articulador de diversas disciplinas: Boulding abrange economia, matemática e sociologia; Coleman reúne matemática e sociologia; Etzioni, sociologia organizacional e relações internacionais; Kardiner, psiquiatria e antropologia; Levy, teoria social e sinologia; Pool, sociologia e ciência política; Rapoport, biologia, matemática, filosofia, psicologia e sociologia; e Tiryakian, sociologia e filosofia. Eles foram escolhidos em virtude da sua familiaridade com os problemas inerentes à construção de pontes entre disciplinas, de forma a construir-se uma imagem da sociedade total” (Klausner, 1967: XV). Substitua a idéia de “disciplina” pela de “poliespecialidade” e adicione uma dose generosa de história — tem-se assim uma idéia mais clara acerca do real conteúdo do livro mencionado.

Na medida em que amadurece e espalha antenas em todas as direções, a sociologia torna-se consciente da sua excessiva fragmentação e dispersão, e experimenta a necessidade de retornar a seu centro — não sendo porém bem-sucedida, até o momento. Este processo é assim descrito por Ralph Turner: “A sociologia passou de uma fase de ênfase na teoria, com poucas bases empíricas testáveis, para outra de empiricismo antiteoricista, e daí para uma outra fase, na qual a pesquisa é vista primordialmente em função de sua relevância para a grande teoria” (Turner, 1991: 63). Mas em nenhum

momento a sociologia deu mostras de pretender retirar-se para o interior de suas fronteiras oficiais.

Economia

Há duas maneiras de se considerar a economia. De acordo com alguns, ela fornece evidências de grande consistência, seus postulados são frutíferos e seu campo é claramente delimitado. Para outros, contudo, a economia está fundamentalmente dividida entre econométristas e teóricos, os quais ignoram-se reciprocamente. É claro que os dois pontos de vista não são assim extremados, como sugere a descrição, pois entre os dois extremos há posições mais qualificadas. Estas reconhecem a identidade distintiva da economia e suas fundações teóricas e metodológicas, e ainda enfatizam seu caráter aberto e seu intercâmbio com outras ciências sociais. Deve-se também reconhecer que, na medida em que se trata da hibridação de especialidades, a economia (assim como a linguística) tende menos à interação do que outras ciências sociais.

Sendo o primeiro ponto de vista (o da econometria) bem conhecido, podemos explorar mais frutiferamente o segundo. Para Michel Beaud, as divisões na economia são tão profundas que os economistas não são capazes de entrar em acordo “nem sobre o assunto no qual eles estão trabalhando, nem sobre os métodos, nem sobre os instrumentos teóricos, e nem sobre as finalidades da pesquisa” (Beaud, 1991: 157). Ele conclui que “a economia não existe, assim como não existe a economia política. Em vez disso, há uma ampla variedade de discursos tendenciosos (...) o conhecimento obtido dessa forma aloca-se num universo profundamente heterogêneo, estruturado por duas galáxias — uma predominantemente axiomática, a outra dedicada ao esforço de entendimento da realidade”. Beaud considera que a economia “sofre pelo fato de que seus principais avanços, a saber, conceitualização, teorização, construção de modelos, matematização, significam que ela tornou-se excessivamente separada das outras ciências sociais”.

Para Jacques Lesourne, referindo-se ao Congresso Econométrico Mundial e à Associação Econômica Européia, em 1990, a economia foi “balcanizada, dividida em uma multidão de disciplinas, cada qual organizando-se em torno de uma ou duas revistas”. A mesma observação pode ser feita acerca dos congressos mundiais de sociologia, demografia, psicologia ou história.

O monetarista George Stigler discordou da afirmação de que seis econométristas (Tinbergen, Samuelson, Malinvaude seus antecessores Moore, Frisch e Fisher) fossem autores de “contribuições excepcionais” — e isso porque, segundo ele, “a econometria não tem um núcleo ou uma metodologia unificada”, e “ainda não teve um impacto significativo sobre a economia” (Deutsch *et alii*, 1986: 342). Mas, nesse ínterim, três daqueles seis econométristas ganharam o Prêmio Nobel — assim como o próprio Stigler.

Três listas de grandes contribuições à economia foram compostas em 1982 em um simpósio em Berlim. A primeira, preparada por W. Krelle, continha trinta nomes; a segunda, da autoria de Y. Tinbergen, continha 36 nomes; e a terceira, reunida por B. Fritsch e G. Kirchgässner, apresentava 44 nomes. As duas primeiras listas apresentavam apenas dois nomes em comum (incluindo Klein, vencedor do Prêmio Nobel, e o próprio Krelle), e a primeira e a terceira apresentavam apenas nove nomes em comum. As duas últimas listas não apresentavam sequer um nome em comum (Deutsch *et alii*, 1986: 350). Essas visões tão diferentes sobre nomes destacados não depõem muito a favor da coerência da economia. Essa é também a opinião do economista Kenneth Boulding, que se refere à economia como “estando desorientada”, comparando-a com a história do cego e do elefante. O ganhador do Prêmio Nobel Wasily Leontieff não foi mais indulgente: “Ano após ano, os teóricos da economia produzem modelos matemáticos sem se tornarem com isso mais capazes de entender a estrutura e o funcionamento do sistema econômico real” (citado em Deutsch *et alii*, 1986: 350). A economia está portanto dividida, mas não há dúvida de que o está num grau inferior ao das outras ciências sociais. Ela tem mantido alguma coerência, mas para tanto paga um alto preço: a considerável redução do seu campo.

As conseqüências do confinamento monodisciplinar

O que acontece se uma disciplina tem tendência a fechar-se sobre si mesma, se ela não é suficientemente aberta, se suas especialidades não se hibridam, se ela não progride “em simbiose com outras ciências sociais”? Em tais casos, os territórios limítrofes não permanecem estéreis. O caso da economia é um bom exemplo.

A economia tem mantido uma atitude algo condescendente em relação à ciência política, especialmente nos Estados Unidos e no Canadá. Isso tem

resultado no desenvolvimento (em conjunto com a ciência política e também em competição com ela) de uma nova corporação, com um grande número de membros extremamente ativos nos Estados Unidos, Reino Unido e Escandinávia: a corporação da economia política. A economia política é atualmente uma das principais províncias da ciência política norte-americana, com grandes resultados e revistas de renome. É um dos setores mais populares entre doutorandos de ciência política. Economistas famosos, entre os quais diversos ganhadores do Prêmio Nobel, deixaram a economia — Arrow, Downs, Herbert Simon, Hirschman —, no sentido de que eles são mais conhecidos e citados com mais frequência em ciência política do que em economia.

Em muitos países, grande número de economistas enclausuraram-se em uma torre de marfim, e como resultado áreas inteiras escaparam ao seu exame. Sua contribuição ao problema do desenvolvimento do Terceiro Mundo, por exemplo, é bastante modesta se comparada à obra de sociólogos, cientistas políticos, demógrafos e estatísticos. Isto é particularmente verdadeiro nos Estados Unidos, na América Latina e na Índia.

Alguns economistas ecléticos denunciam o reducionismo defendido por outros economistas, particularmente no que tange à pesquisa sobre o desenvolvimento: “o desenvolvimento é reduzido ao desenvolvimento econômico, é reduzido ao crescimento; este, por sua vez, é reduzido ao investimento, ou, em outras palavras, à acumulação” (Sachs, 1991: 2). “Foram necessárias muitas décadas para que o índice de renda *per capita* fosse destronado da condição de indicador composto de desenvolvimento” (idem: 3). E Sachs cita Myrdal, que fora contrário aos economistas favoráveis aos modelos unidisciplinares.

Por causa do seu isolamento teórico, a economia abandonou também a história econômica — campo no qual não apenas historiadores, mas também antigos economistas conquistaram renome.

Em um determinado momento, a economia encontrou uma encruzilhada no caminho: ela poderia ter escolhido a expansão intelectual e o cruzamento com outras disciplinas, ao custo da heterogeneidade e da diversificação, e com o risco da dispersão (um risco que a sociologia assumiu); em vez disso, escolheu permanecer imaculadamente pura, sincera para consigo mesma, privando-se, desta forma, do conhecimento de vastos territórios. Ainda hoje muitos economistas consideram que a opção pela pureza, pelo rigor metodológico e pelo hermetismo terminológico foi correta.

Torna-se portanto claro que a auto-suficiência, para usar uma palavra

familiar aos economistas, conduz, mais cedo ou mais tarde, a um encolhimento de fronteiras. Mas isso não significa necessariamente empobrecimento, visto que as terras abandonadas pelos economistas logo foram cultivadas por outros. Aquelas terras abandonadas agora têm suas próprias bandeiras: administração, economia política, ciência do desenvolvimento, estudos comparativos de países do Terceiro Mundo e história econômica e social. A posição da economia na atual constelação das ciências sociais poderia ser mais invejável caso ela não se houvesse voltado para dentro de si mesma.

A situação é particularmente surpreendente porque poucos clássicos da sociologia falharam na tentativa de estabelecer um lugar central em suas teorias para a relação entre economia e sociedade: de Marx e Weber até Schumpeter, Polanyi, Parsons e Smelser (cf. Martinelli e Smelser, 1990), sem esquecer Pareto.

Um verdadeiro exército de economistas norte-americanos famosos tem dado prioridade ao estudo de fenômenos políticos. Entre eles estão Downs, Buchanan, Tullock, Musgrave, Arrow, Lindblom, Black, Bamoul, Davis, Rothenberg, Harsanyi, McKean, Olson (cf. Mitchell, 1969: 103). Mas eles mantiveram, não obstante, um pé na economia.

Hibridação em alta

A pesquisa monodisciplinar desempenha papel essencial no progresso científico. Seria ridículo não reconhecer isso. Mas tal reconhecimento não é incompatível com a crença no caráter frutífero da hibridação, crença que poderia ser formulada concisamente sob a forma de um teorema: nas ciências sociais há questões fundamentais e temas de menor importância; quanto mais importante é um problema, mais complexas são as causas; e quando as causas são muitas, maior é a necessidade de um *approach* interdisciplinar.

Excetuando-se algumas circunstâncias, não é possível indagar sobre os principais problemas da civilização a partir de um quadro estritamente monodisciplinar. Apenas posicionando-se no cruzamento de muitos ramos do conhecimento poderia alguém tentar explicar, por exemplo, o colapso da democracia na República de Weimar, a implosão da União Soviética, a proliferação de cidades gigantescas no Terceiro Mundo, o declínio do Reino Unido nos últimos cinquenta anos, o fenomenal crescimento econômico do Japão, a queda do Império Romano, a ausência de um partido socialista nos Estados Unidos ou o modo como uma criança aprende a falar.

Sempre que se levanta uma questão da magnitude das anteriores, o pesquisador encontra-se na interseção de numerosas disciplinas e especialidades. No índice de uma biblioteca, um livro pode vir a ser registrado em diversas seções ao mesmo tempo, mas o livro real só poderá estar em uma prateleira. Onde deveriam os bibliotecônomos classificar o livro de Karl Wittfogel sobre o despotismo oriental, ou *The American Dilemma*, de Gunnar Myrdal, ou *Homo Aequalis*, de Louis Dumont, ou *Ecological Imperialism: the Biological Expansion of Europe 900-1900*, de Andrew Crosby, ou *The Tropics and Economic Development*, de Alfred Kamark, ou ainda *Capitalism, Socialism and Democracy*, de Joseph Schumpeter? Sob as rubricas de economia, história, sociologia, ciência política, geografia ou agronomia? Nessas grandes obras reúnem-se numerosas subdisciplinas, ou melhor, numerosas especialidades. O índice analítico do livro de Paul Bairoch, *De Jericho à Mexico, villes et économie dans l'histoire*, ou do livro de Barrington Moore, *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, deve apresentar de quinze a vinte especialidades. Muitos grandes livros, do passado e do presente, poderiam ser mencionados nesse contexto. Na introdução ao seu livro *The Modern World System*, Immanuel Wallerstein demole sem hesitar diversos muros disciplinares, sob o argumento de que, no estudo dos sistemas sociais, as divisões tradicionais das ciências sociais perdem qualquer significação.

No índice cumulativo dos sete volumes do *Handbook of Political Science*, publicado sob a direção de F. I. Greenstein e de N. W. Polsby (1975), estão listados mais de 3.500 autores. Entre aqueles que são citados ao menos doze vezes, pelo menos seis podem ser considerados estudiosos que trabalham em campos híbridos. Não é necessário dizer que o grau de hibridismo varia muito.

Entre as mais de cem inovações importantes listadas por Karl Deutsch e seus colegas no livro *Advances in the Social Sciences*, cerca de dois terços situam-se na interseção de várias disciplinas e especialidades. Quanto mais alto se sobe na escada das inovações, maior é a chance de que as fronteiras entre as disciplinas venham a desaparecer.

De acordo com um amplo espectro de pesquisa bibliográfica, nos últimos quarenta anos as inovações teóricas e metodológicas mais importantes, com poucas exceções, foram produzidas em uma dúzia de países, particularmente nos Estados Unidos e em cinco países europeus (contando-se a Escandinávia como um único país). Esta afirmação, com exceção da história, da antropologia e da geografia, é particularmente válida para as ciências sociais. Com

relação a estas, há centros de criatividade e periferias que consomem e propagam mais do que criam. Obviamente, as proporções são diferentes no caso das ciências naturais e da tecnologia (cf. Sarton, 1927). Nos dias de hoje, o Japão e a Rússia devem ser levados em consideração. A situação seria ainda mais diferente se estivéssemos considerando a cultura em geral, visto que então a China, a Índia e muitos outros países teriam que ser levados em conta. Algumas organizações internacionais, como a Unesco, estão sendo prejudicadas na sua intenção de serem internacionalmente representativas em virtude dessa concentração da criatividade científica em alguns poucos países privilegiados. O que é digno de atenção para nós é o fato de que, naqueles centros, as poliespecialidades são mais frequentes do que na periferia.

Conclusão

A idéia principal deste artigo é a de que o progresso científico ocorre, em grande medida, em razão da recombinação de especialidades derivadas da fragmentação das disciplinas. As ciências sociais são geneticamente programadas para produzirem híbridos. Assim ganha existência uma variada e complexa rede de campos híbridos, com o resultado de tornar irreconhecível o velho mapa das ciências sociais. O lugar da maioria daqueles que se especializam nesses campos híbridos não é no centro da disciplina, o qual tende a tornar-se área de preservação de generalistas monodisciplinares. Os especialistas híbridos situam-se na periferia da disciplina, em contato com outros estudiosos, que também são violadores de fronteiras. O intercâmbio ocorre apenas entre certos setores. O psicólogo social que estuda a motivação não está interessado na maneira pela qual trabalha a administração central, e portanto não estará em contato com o sociólogo das organizações.

Essa reconstituição é claramente presente nas pesquisas atuais, mas ela não precisa ser introduzida na educação universitária, na qual a monodisciplinaridade ainda desempenha papel muito útil na transmissão do conhecimento, na medida em que o conhecimento genérico deve necessariamente preceder o conhecimento especializado.

Abstract

The main idea in this article is that scientific progress occurs largely through the recombination of specialities deriving from the fragmentation

of disciplines. The social sciences are genetically programmed to produce hybrids. A varied and complex network of hybrid fields thus comes into being, with the result that the old world map of the social sciences is becoming barely recognizable.

Résumé

L'idée centrale de l'article est que le progrès scientifique est dû, en large mesure, aux regroupements des spécialités dérivées de la fragmentation des disciplines. Les sciences sociales sont génétiquement programmées pour produire des hybrides. De là, advient une variée et complexe trame de champs hybrides qui rendent à peine reconnaissable la vieille carte des sciences sociales.

Referências bibliográficas

- Almond, G. A. (1990) *A Discipline Divided. Schools and Sects in Political Science*. Newbury Park, Calif.: Sage.
- Andreski, S. (1975) *Les sciences sociales: sorcellerie des temps modernes*. Paris: PUF.
- Andrews, W. G. (ed.) (1988) "O impacto do contexto político sobre a ciência política". Congresso Mundial de Ciência Política, Washington (não publicado).
- Annales, Les. (1989) "Tentons l'expérience". *Annales*, Vol. 44, n.º 6, novembro-dezembro.
- Balandier, G. (1969) *Anthropologie Politique*. Paris: PUF.
- Beaud, M. (1991) "Economie, théorie, histoire: essai de clarification". *Revue économique*, n.º 2.
- Benson, O. (1967) "The Mathematical Approach to Political Science", in Charlesworth, J. C. (ed.), *Contemporary Political Analysis*.
- Berelson, B. (ed.) (1963) *The Behavioral Sciences Today*. New York: Basic Books.
- Bernard, J. (1983) *Le sang et l'histoire*. Paris: Buchet-Chastel.
- Blang, M. (1976) "Khun versus Lakatos on Paradigms versus Research Programs in the History of Economics", in Latsis, J., *Methods and Appraisal in Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 149-70.
- Braudel, F. (1960) "Histoire et sociologie", in Gurvitch, G., *op. cit.*, p. 82-93.
- Brunet, R. (1982) "La géographie", in Godelier, M. (ed.), *Les sciences de l'homme et la société*. Paris: La Documentation Française.
- Brunk, G. G. (1989) "Social Science Journals: A Review of Research Sources

- and Publishing Opportunities for Political Scientists”, in *Political Science*, set., p. 617-27.
- Certaines, J. D. (ed.) (1976) “La biophysique en France: critique de la notion de discipline scientifique”, in Lemaine et al., op. cit., p. 99-122.
- Chaunu, P. (1979) *Le courrier du NRS*. n.º 3, julho, p. 5.
- Deutsch, K. W., Markovits, A. e Platt, J. (1986) *Advances in the Social Sciences 1900-1980, What, Who, Where, How?* Cambridge: University Press of America.
- Dogan, M., e Pahre, R. (1990) *Creative Marginality: Innovation at the Intersections of Social Sciences*. Boulder, Col.: Westview Press.
- Easton, D. e Shelling, C. F. (1991) *Divided Knowledge, Across Disciplines, Across Cultures*. Newbury Park, Calif.: Sage.
- Eliade, M. (1977) “Religions”, in *International Social Science Journal*, Vol. XXIX, n.º 4, p. 615-27 (Número especial sobre “Facetas da interdisciplinaridade”).
- Frieden, J. A. e Lake, D. A. (eds.) (1991) *International Political Economy*. New York: Saint-Martin Press.
- Giddens, A. (1987) “Weber and Durkheim: Coincidence and Divergence”, in Mommsen and Osterhammel, op. cit.
- Gilfillan, S. C. (1965) “Roman Culture and Oxygenic Lead Poisoning”. *Mankind Quarterly*, Vol. 5, n.º 3, p. 3-20.
- Greenstein, F. J., e Polsoy, N. W. (eds.) (1975) *Handbook of Political Science*, vol. VIII, *Cumulative Index*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- Gurvitch, G. (ed.) (1960) *Traité de sociologie*, 2 vol. Paris: PUF.
- Izard, M. (1988) “Présentation de l'Anthropologie politique aujourd'hui”, in *Revue Française de Science Politique*, vol. 38, n.º 5, outubro.
- Jacob, F. (1975) “Biologie moléculaire: la prochaine étape”, in *La recherche en biologie moléculaire*, op. cit. p. 57-62.
- Jones, E. (1979) “Geography. New Perspectives on an Old Science”, in Rokkan, S. (ed.), *A Quarter of a Century of International Social Science*. Delhi: Concept Company, p. 95-110.
- Klausner, S. Z. (ed.) (1967) *The Study of Total Societies*. Garden City, N. Y.: Anchor Books.
- Kourilsky, F. (1990) “Introduction”, in *Actes du colloque Carrefour des sciences*. Paris: CNRS, p. 13-17.
- Kuhn, T. (1970) *The Structure of Scientific Revolutions*. University of Chicago Press, 2.ª ed.
- Laponce, J. (1983) “Political Science and Geography”, in *International Social Science Journal*, p. 449-58.
- Laponce, J. (1988) “Political Science and Interdisciplinarity”. Report of the World Congress on Political Science, Washington.

- Laponce, J. (1989) "Political Science: An Import-Export Analysis of Journals and Footnotes", in *Political Studies*, p. 401-19.
- Le Goff, J. (1991) "Discours lors de la réception de la médaille d'or du CNRS".
- Lemaine, G., MacLeod, R., Mulkay, M., e Weigast, P. (eds.) (1976) *Perspectives on the Emergence of Scientific Disciplines*. The Hague: Mouton.
- Lesourme, J. (1990) "Une science balkanisée", in *Le Monde*, 16 de outubro.
- Lipset, S. M. (1969) *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University Press.
- Martinelli, A., e Smelser, N. Y. (1990) "Economic Sociology, Historical Threads and Analytic Issues", *Current Sociology*, Vol. 38, n.º 2, outono, p. 247-72.
- Mitchell, M. W. (1969) "The Shape of Political Theory to Come: From Political Sociology to Political Economy", in Lipset, S. M. (ed.), *op. cit.* p. 101-36.
- Mikesell, M. W. (1969) "The Borderlands of Geography as a Social Science", in Sherif, M., *Interdisciplinary Relationships in the Social Sciences*. Chicago: Aldine, p. 227-48.
- Mommsen, W. J. e Osterhammel, J. (1987) *Max Weber and his Contemporaries*. London: Allen & Unwin.
- Morin, E. (1990) "De l'interdisciplinarité", in CNRS, *Actes du colloque Carrefour des sciences*. Paris: CNRS, p. 21-39.
- OECD (Organization for Economic Co-operation and Development). (1972) *Interdisciplinarity, Problems of Teaching and Research in Universities*. Paris: OECD.
- Proust, J. (1991) "L'interdisciplinarité dans les sciences cognitives". Relatório para a Unesco.
- Runciman, W. G. (1962) *Social Science and Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sachs, I. (1991) "Le développement: un concept transdisciplinaire par excellence". Relatório para a Unesco.
- Sarouf, F. J. (1965) *Political Science, an Informal Overview*. Columbus, Ohio: Merrill.
- Sarton, G. (1927) *Introduction to the History of Science*. New York: Williams & Wilkins.
- Sills, D. L. (1986) "A note on the Origin of Interdisciplinarity". ITEM, Social Science Research Council, março.
- Smelser, N. (ed.) (1988) *Handbook of Sociology*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Stoetzel, J. (1963) *La Psychologie sociale*. Paris: Flammarion.
- Thuillier, P. (1975) "Comment est née la biologie moléculaire," in *La recherche en biologie moléculaire, op. cit.* p.13-36.

- Turner, H. (1991) "The Many Faces of American Sociology. A Discipline in Search of Identity", in Easton, D. e Schelling, C., *op. cit.* p. 59-85.
- Valadi, B. (1990) *Pareto: la naissance d'une autre sociologie*. Paris: PUF.
- Various. (1975) *La recherche en biologie particulaire*. Paris: Seuil.
- Wallerstein, I. (1976) *The Modern World System.*, Vol. I, p. 11. New York: Academic Press.

**DOSSIÊ: MEIO AMBIENTE
E GLOBALIZAÇÃO**

GLOBALIZAÇÃO, MEIO AMBIENTE E NOVOS ATORES SOCIAIS

Vilma Figueiredo

Os artigos integrantes deste conjunto que ora se publica na revista *Sociedade e Estado* foram originalmente produzidos como comunicações para a mesa-redonda realizada em 4 de maio de 1996, sob minha coordenação, na III Reunião Especial da SBPC em Florianópolis. A mesma mesa-redonda repetiu-se em 14 de maio, a convite do Núcleo de Política Científica e Tecnológica da UnB, em Brasília. Ao todo, reúnem-se as colaborações de Ilse Scherer-Warren, Caetano Ernesto Pereira de Araújo, Flávia Lessa de Barros e Maristela Bernardo.

Minha intenção, ao propor a mesa-redonda, foi aproveitar a oportunidade de um encontro da SBPC para colocar em debate aspectos envolvidos na questão ambiental, que podem ser explicitados e elucidados pelos instrumentos teórico-metodológicos da sociologia. A meu ver, isso se fazia necessário neste momento de politização crescente da relação do homem com o meio ambiente e de proliferação de versões, das mais catastróficas às mais otimistas, sobre os destinos do homem e seu planeta. Não custava muito tentar colaborar para o aumento da racionalidade sociológica na análise de alguns dos múltiplos aspectos que envolvem o tema do meio ambiente.

Com *Globalização, meio ambiente e novos atores sociais* pretendeu-se, antes de mais nada, sublinhar a dimensão científico-tecnológica da globalização. Tentou-se destacar o fato de que a revolução científica e tecnológica produz a redefinição do trabalho como delineador dos principais agentes sociais, ao mesmo tempo em que desloca a clássica oposição capital/trabalho

Vilma Figueiredo é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Revista *Sociedade e Estado*, volume XI, n.º 1, Jan./Jun. 1996

do eixo central das transformações sociais. É também a revolução científico-tecnológica que, através das novas tecnologias e técnicas de informação e comunicação, cria a possibilidade do *tempo real no espaço virtual* e *encolhe* o nosso mundo. São os tempos, então, de distintas bases produtivas, de novos atores sociopolíticos e de diferentes eixos de transformações sociais.

É neste quadro que o ambientalismo se constitui como força política, tanto no que diz respeito à constituição de um corpo específico de valores como na definição e agregação de atores com ele envolvidos. Apresentando-se, ainda, como um campo em constituição, o ambientalismo fornece possibilidades 1) de críticas e de reajustes para os modelos prevaletentes de desenvolvimento científico-tecnológico, 2) de agregações transnacionais, interclassistas e suprapartidárias, e 3) de reinstitucionalização de interesses em ordens menos burocratizadas e mais globais.

Desse modo, o ambientalismo é uma das principais forças que, no momento, podem contribuir para uma vida mais igualitária e agradável no planeta. É importante sublinhar porém que, como qualquer força que atua nas sociedades, o ambientalismo está sujeito a resistências e oposições que o desafiam, diversificam e redefinem. Sob o manto do ambientalismo já se abrigam, hoje, diferentes tendências e propostas, nem todas positivas e nem todas fadadas ao sucesso.

Finalmente, é sempre bom lembrar que o novo, em termos de sociedades, surge, sempre, das entranhas daquilo que já existe. Inclusive os atores sociais. E é assim que se transformam e sobrevivem as sociedades.

AMBIENTALISMO, GLOBALIZAÇÃO E NOVOS ATORES SOCIAIS

Flávia Lessa de Barros

A problemática ambiental está estreitamente relacionada à globalização em suas várias dimensões. Se, por um lado, é acentuada por este processo, por outro suscita uma série de elementos que concorrem para o seu fortalecimento.

O ambientalismo é um movimento sócio-histórico-cultural-político amplo, portador de uma “racionalidade alternativa” a algumas das racionalidades construídas no decorrer da modernidade que informam o movimento de racionalização mais profundo em que se embasa o processo civilizatório (Viola & Leis, 1989; Elias, 1990; Leff, 1994). Tal racionalidade alternativa, em vias de elaboração e aperfeiçoamento, contrapõe-se — e busca superá-los — aos efeitos irracionais que se manifestam com a preponderância progressiva do tipo de relação sociedade/natureza configurado com a expansão da sociedade urbano-industrial, em concomitância com o desenvolvimento do capitalismo e, de certo modo, reproduzido sob o socialismo (Castoriadis & Cohn-Bendit, 1981).

As principais causas dos processos de desequilíbrio e degradação ambiental são atribuídas às formas predominantes de ocupação do ambiente e de utilização dos recursos naturais como matéria-prima e fonte de energia (Odum, 1975; Boyden, 1976). Assim, uma perspectiva interpretativa fundamental é aquela que enfatiza o poder estruturante da economia ao longo do avanço da modernidade e estabelece, em especial, as relações entre o ambientalismo e a dinâmica atual do capitalismo. Um desdobramento dessa perspectiva trata das correspondências entre a desterritorialização dos pro-

Flávia Lessa de Barros é doutoranda do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

cessos econômicos — um dos mecanismos resultantes do movimento de reprodução do capitalismo — e a desterritorialização dos impactos ambientais negativos. A observação de tais correspondências constitui uma das condições básicas para a compreensão da transnacionalização do ambientalismo e da necessidade de formulação de políticas ambientais globais e nacionais integradas.

Ainda nesta direção, ressalta-se a recorrência ao conhecimento científico — e seus progressos — como essencial para a própria definição da problemática ambiental, suas origens, resultados e para a apresentação de prognósticos e soluções através de políticas. Ademais, também se enfatiza a influência de novos postulados científicos tanto na validação/legitimação das críticas que respaldaram o surgimento do ambientalismo como na criação e difusão de novos valores que motivam novas formas de sociabilidade e uma nova ética (Morin, 1980; Capra, 1982; Branwell, 1989; Cobb & Daly, 1989; Gonçalves, 1989; Acot, 1990; McCormick, 1992; Snow, 1993; IUCN, 1993).

A reinterpretção das estruturas e dos gradientes de funcionamento da natureza como uma totalidade complexa, dinâmica e integrada apresentou, como um dos resultados, a compreensão da cadeia organizacional da vida em escala global, convertendo todos os ecossistemas do planeta em um ecossistema maior, a biosfera. De acordo com esta “eco-lógica holística”, fenômenos desencadeados em determinadas localidades podem se expandir, devido à fluidez dos fenômenos físico-bióticos, impactando negativamente diferentes regiões — quaisquer que sejam suas fronteiras político-administrativas — e até mesmo a biosfera, conforme a natureza e a possibilidade de diferentes combinações com outros fenômenos. Como vários dos problemas ambientais transpõem limites político-administrativos e reproduzem ou podem reproduzir conseqüências no ambiente global, a definição de soluções pressupõe negociações multilaterais e a instituição de políticas globais (Porter & Brown 1981; Alencar, 1995).

Dada a nova versão científica da idéia de natureza, que define um novo sentido de espacialidade, reforça-se a atenção sobre os processos de degradação e desequilíbrio ambiental impulsionados pela dispersão dos processos econômicos promovidos pela expansão do capitalismo, através da subordinação progressiva das economias nacionais a um único sistema econômico de mercado e do conseqüente estreitamento da interdependência entre os países em termos de recursos naturais (French, 1993; Harvey, 1993; Jimenez, 1994).

Embora a globalização implique o privilegiamento do mercado financeiro mundial como principal fonte de acumulação, a expansão do setor de serviços, a produção de bens culturais e não-materiais, o estímulo ao desenvolvimento de tecnologias “leves” e “limpas”, a desindustrialização e desurbanização de pólos tradicionais, preservam formas predatórias típicas de outros momentos. Sobretudo ao incorporar “novos mercados” — relocando indústrias “sujas” e “pesadas”, propagando técnicas agrícolas inadequadas, promovendo reassentamentos forçados de populações nativas e a deterioração de seus territórios, superexplorando recursos naturais e força de trabalho baratos, expandindo o turismo de grande escala através de paisagens exóticas, comercializando espécies de vida selvagem, exportando lixo tóxico, realizando testes nucleares, etc.

Dada a coexistência de diferentes cenários, a globalização não só prescinde de homogeneização das condições socioeconômicas, mas também acentua e cria novas disparidades entre países e regiões. Além do mais, há que se relativizar a imunidade da “sociedade pós-industrial” — tipo de sociedade pretensamente dominante sob o fluxo da globalização — no que diz respeito à depleção do meio ambiente, posto que também pode gerar novas perversidades, ainda pouco ponderadas.

A percepção ampliada da ação (des)estruturante dos processos econômicos sobre o meio ambiente levou à promoção de ideais de conservação e proteção, centrais para o embasamento do sistema ideacional em relação ao qual se constata a emergência do ambientalismo. O ambientalismo apresenta-se como portador de valores e interesses que se sobrepõem às diferenças de sexo, etnia, religião, classe ou nacionalidade. Logo, distingue-se de outros movimentos sociais pelo fato de se sobrepor à necessidade de alinhamento a identidades específicas.

Como todos os habitantes do planeta têm igualmente direito à vida, inclusive as gerações futuras — daí a noção de solidariedade sincrônica e diacrônica —, o meio ambiente é convertido em “patrimônio da humanidade”. O ambientalismo inaugura, portanto, uma nova era dos direitos. Depois das liberdades individuais, dos direitos políticos e dos direitos sociais, com o ambientalismo surgem os “direitos de terceira geração”, o direito relativo à natureza, onde os sujeitos não são indivíduos, categorias ou grupos sociais, mas a humanidade (Bobbio, 1992). O ambientalismo também se destaca entre os demais movimentos socioculturais como aquele que oferece, no contexto atual — de progressiva heterogeneização/complexificação da sociedade contemporânea, com diversas situações de fragmentação e desinte-

gração que podem tender à ruptura — o maior potencial para uma perspectiva universalizante, sobrepondo novos vínculos de identificação às assimetrias e particularismos exacerbados pela globalização (Santos, 1995).

Por outro lado, um aspecto determinante na história do ambientalismo refere-se ao fato de a sua expansão, através de vários setores e da adesão de diferentes atores aos seus princípios, ter sido caracterizada pela ascensão de perspectivas que visavam superar a relação de antagonismo ou de exclusão que se estabeleceu inicialmente entre ecologia e economia. Apesar do maior reconhecimento das diversas situações de insustentabilidade, tal fato deixou de implicar a rejeição do ideal do desenvolvimento, como pretendiam perspectivas românticas e fundamentalistas.

A expansão do ambientalismo teve como poderoso veículo a organização e a mobilização da sociedade civil (Viola & Leis, 1989). Com certeza, a presença cada vez maior de setores governamentais e do capital privado no debate foi proporcional ao aumento da pressão da sociedade civil, da opinião pública e da comunidade científica internacional. Todavia, este fato também deve ser interpretado como resultado da necessidade de garantia das condições materiais de reprodução do sistema econômico. Foi a convergência entre demandas sociais e as do próprio sistema político-econômico mundial que favoreceu a elaboração de novas estratégias. Ecologia e economia deixaram de ser questões excludentes, sendo fundidas na noção de ecodesenvolvimento, sobretudo sob o argumento de que grande parte dos países ainda se encontra em “estágios atrasados”.

O espaço conquistado pelo ambientalismo é também um espaço permitido, liberado por algumas das transformações nos padrões de produção e consumo tradicionais que vêm redefinindo o regime de acumulação capitalista. Embora tenha sido originalmente impulsionado por forças sociais distintas, a difusão do ambientalismo coincidiu com a transição no interior do capitalismo para um novo regime de acumulação e com a nova divisão internacional do trabalho e, em certa medida, sua lógica coincide com a desta. Trata-se da integração dos constrangimentos ecológicos na lógica capitalista (Dupuy, 1989).

Como se sabe, a evolução das noções de conservacionismo e protecionismo natural para a de ecodesenvolvimento e, posteriormente, para a de “desenvolvimento sustentável”, através da qual procura-se explicitar a necessidade de novas estratégias ecologicamente viáveis, correspondeu ao deslocamento do ambientalismo de uma posição periférica, e muitas vezes negativa, para outra mais positiva, no centro da arena internacional das

chamadas políticas de desenvolvimento. Dado que a questão ambiental demanda novos parâmetros para a economia em escala planetária, incidindo diretamente sobre o modelo de desenvolvimento global, torna-se uma questão ampla, profunda e extremamente complexa. Desta forma, várias definições da problemática ambiental não se restringem a fatores meramente técnicos e econômicos, mas abarcam a totalidade da realidade em suas múltiplas dimensões — econômica, científico-tecnológica, política, ideológica, social e cultural — intrinsecamente relacionadas (Sachs, 1986; Leff, 1994).

A problemática ambiental também compreende uma alta diversidade de agentes sociais, na medida em que mobiliza a sociedade civil, o mercado, o Estado e o sistema político internacional. Entre os vários agentes envolvidos, incluem-se populações locais, potencial ou concretamente atingidas tanto pelos problemas de degradação ambiental como pelas iniciativas de intervenção contra estes; movimentos sociais ambientalistas e outros que também se engajam na questão ambiental, estabelecendo paralelos entre esta e seus temas mais específicos; organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas e outras que também se vinculam ao ambientalismo; comunidades científicas; partidos políticos e parlamentos; Estados, com seus governos e burocracias em vários níveis; organismos internacionais e supranacionais; agências multilaterais de financiamento; representantes do capital privado, desde pequenas empresas até grandes corporações.

A identificação desta diversidade implica a necessidade de explicitação da não-neutralidade deste processo, de como se desenrola ao longo de um intenso jogo de interesses de diversas naturezas, deflagrando forças de diferentes diretrizes político-ideológicas que se articulam em maior ou menor grau, integrando os níveis local, nacional e global, e apresentando pesos diferentes face às negociações.

Compreendo a emergência, a difusão e a consolidação do ambientalismo como etapas de um fenômeno que se desenrola mediante um processo de “transfertilização”, através do qual segmentos sociais com afiliações ideológicas distintas, apesar de incompatibilidades existentes entre si, apropriam-se dos mesmos temas e questões (Frankel, 1987). Em decorrência, destaco a articulação e rearticulação de diversas forças sociais, políticas e econômicas representantes de diferentes conjuntos de interesses que, influenciando-se mutuamente, disputam o poder sobre o estabelecimento de proposições e mecanismos que visam prevenir e/ou remediar os fenômenos de degradação ambiental e suas conseqüências. Assim, marcado por tais

articulações e disputas, o *locus* conquistado pelo ambientalismo é resultante da institucionalização de vários dos seus preceitos e corresponde à conformação de um campo específico de ações que, em última instância, são canalizadas sob a forma de ações políticas.

A institucionalização da perspectiva ambiental, assentada na proclamação do “desenvolvimento sustentável” como uma solução a ser compartilhada pelos diferentes segmentos sociais, atesta o sucesso do ambientalismo no alcance de um patamar mais elevado de consenso. Sucesso relativo, pois as novas retóricas dos agentes que produzem ou reproduzem o ideal do desenvolvimento sustentável enfrentam a permanência de retóricas desenvolvimentistas tradicionais. Ademais, seu reconhecimento como estratégia mundial também resultou na extensão dos conflitos para o interior do próprio ambientalismo, tornando mais evidentes as ambigüidades e manipulações da sua perspectiva universalizante. As divergências concentraram-se em torno do significado de sustentabilidade e das condições objetivas da sua realização (Ribeiro, 1991). É na transição do plano retórico-discursivo ao plano prático-operacional que a principal força do ambientalismo, a pluralidade da sua base social, se traduz em debilidade. Esta pluralidade dificulta ações concretas integradas que contribuam para mudanças nas formas de organização da sociedade em escala global e alimenta uma tensão constante entre particularismos e as pretensões universalizantes do ambientalismo.

A institucionalização da perspectiva ambiental ocorre de modo a reprimir o ambientalismo naqueles itens considerados mais revolucionários, sobretudo os postulados por vertentes socialistas, pós-materialistas e neo-anarquistas, enfraquecendo-o enquanto fonte inspiradora de um modelo alternativo radical de sociedade (Bookchin, 1978). Todavia, embora o ambientalismo possa ter sido parcialmente distanciado de suas forças mais inovadoras, são preservados e instrumentalizados os seus traços universalistas-finalistas. Nesse sentido, tendo a considerar a ocorrência de uma conversão do “holismo filosófico ambientalista” em um “sistemismo técnico de política internacional”, o que representaria mais um indicador de como sistemas de dominação podem adaptar-se a e contribuir para as novas exigências de processos de racionalização (Habermas, 1975).

Alguns aspectos do ambientalismo são incorporados a serviço da tentativa de regulação da “nova ordem mundial emergente”. Destaco, entre outros, o sentido de consciência, que transcende a consciência de classe marxista e a consciência individual weberiana; a noção de solidariedade, que visa a garantir “necessidades comuns”, presentes e futuras; a idéia de

que se pode construir uma visão de mundo futuro capaz de reivindicar “concordância racional universal” e formar uma “nova comunidade ética” e a proposta de um novo contrato social, um “contrato natural” (Serres, 1990), através dos quais os pactos sociais deverão ser estabelecidos conforme condicionalidades dadas pela natureza reconceitualizada.

Considerando-se a variação das proposições, a mobilização em torno da questão ambiental poderia constituir, em tese, tanto um fator de mudança, apresentando a possibilidade de diferentes graus de emancipação social, como um fator de controle e manutenção, de estabilidade da ordem social em curso, ou, ainda, redundar em mecanismos que favoreçam tendências retrógradas e autoritárias.

Agentes-núcleos e campo polinucleado de poder

Embora a ascensão do ambientalismo se tenha realizado de forma ampla e difusa, com a inserção de uma diversidade de segmentos sociais, em diferentes regiões, sua consolidação vem ocorrendo através de um processo de definição e centralização de poderes, onde determinados agentes tornam-se cada vez mais estratégicos. Na medida em que o ambientalismo deixou de ser associado apenas a um modelo marginal, alternativo e radical, de organização social, passando a integrar uma nova face da racionalidade econômica, o poder no interior do campo que evoluiu a partir da problemática ambiental é centralizado através de “agentes-núcleos”.

Desse modo, pode-se falar da conformação de um “campo polinucleado de poder”, onde os principais agentes traduzem-se em núcleos que atuam como matrizes geradoras e difusoras de ideários; lógicas; modelos de intervenção; regras e normas que orientam a criação de novos direitos e deveres; sistemáticas de financiamento; princípios, critérios e recomendações básicas para a formulação de políticas ambientais globais, nacionais e locais.

Assumem estes papéis aquelas instituições que pressupõem — cada qual a seu modo — a capacidade de multiplicação e de sobreposição de seus raios de ação em relação às fronteiras político-administrativas tradicionais estabelecidas e procuram adaptar-se aos novos contextos condicionados pela globalização. Trata-se pois da Organização das Nações Unidas (ONU); de grandes agências financeiras multilaterais, como o BIRD, e de determinadas ONGs ambientalistas e outras que não se definem estritamente enquanto tal,

mas que incorporam a questão ambiental. São estes os agentes que apresentam as maiores iniciativas em termos de negociações globais, interagindo através de relações de oposição e complementaridade, que se combinam alternada ou simultaneamente, face à diversidade de temáticas internas à questão ambiental.

Não se trata, com tal visão, de reproduzir determinismos que descartam a importância dos Estados nacionais para o sistema de política ambiental internacional-global e o sucesso de seus resultados, mas de relativizar seus papéis. É claro que os Estados são os sujeitos responsáveis pela instituição das políticas ambientais nacionais e que estas são elaboradas de acordo com as especificidades burocráticas e ecológicas de cada país. O Estado-nação é o grande e indiscutível gestor do território nacional, algo que anda *pari passu* com soberania. Mas devem ser atendidos princípios de integração e ordenação central mínimos para que a eficácia das políticas ambientais seja garantida em escala planetária.

São relativas a liberdade e a autonomia dos Estados, sobretudo as dos representantes de “países em desenvolvimento”. Suas atividades intervencionistas são cada vez mais reguladas por outros atores. Não só a instituição, mas também a própria formulação de suas respectivas políticas ambientais respondem a pressões e influências e encontram-se suscetíveis às recomendações daqueles definidos como agentes-núcleos sobre, por exemplo, a necessidade de adoção de referenciais comuns, diretrizes de ordem mais geral e global.

Considero, portanto, que é o encontro entre os agentes-núcleos que propicia concretamente a estruturação do campo de poder em que se consolida o ambientalismo em sua escala global, condicionando suas formas de difusão internamente ao sistema mundial. Trata-se, na verdade, de uma sucessão de encontros marcada por confrontos e alinhamentos em torno da orientação dos consensos sobre as condições e o próprio significado do desenvolvimento, do ambientalismo e da sustentabilidade. Neste processo, os agentes podem, ao mesmo tempo, concorrer entre si e reconhecer-se como matrizes provedoras de referenciais, estilos, diretrizes, disciplinas e ordens, que devem ser comuns, compartilhadas e integradas.

Apesar do grau instável de tensão que atravessa o campo de forças sociais no qual se consolidou, o ambientalismo proporcionou a criação de importantes mecanismos de padronização — o que é diferente de homogeneização — do desenvolvimento em escala global, seja através de esferas públicas, seja através de esferas privadas. Nesse sentido, o processo de centralização

e estruturação de um poder polinucleado que emerge a partir do contexto da problemática ambiental também pode ser compreendido como um processo de estruturação do poder de influência e disciplina sobre várias formas de poder — econômico, político, ideológico, jurídico, científico, tecnológico — que devem agora considerar ou incorporar o paradigma ambiental para redefinir o modelo de desenvolvimento e sua agenda.

Assiste-se à configuração de um sistema de “ideopanoramas” (Appadurai, 1994) que, produzidos por agentes-núcleos, difundem-se com poder regulador e precisam ser considerados pelos demais agentes do campo político do ambientalismo e do desenvolvimento. Trata-se, portanto, da dinâmica de poder relativa à definição de políticas ambientais que incidem sobre as regulações globais de desenvolvimento, a partir de agentes-núcleos, que podem incorporar formulações que advenham, eventualmente, de movimentos locais ou nacionais, mas que só passam a ter influência no cenário global uma vez que circulam nos circuitos de poder mundial onde o peso dos agentes-núcleos é fundamental.

ONGs: agentes e posições estratégicas

Priorizo aqui as ONGs como aqueles agentes que, de certo modo, podem ser realmente considerados como “novos atores” emergentes, adquirindo visibilidade cada vez maior neste cenário. Em especial, destacam-se as grandes ONGs que atuam intensivamente no campo da política ambiental, através de um esquema de coalizões e redes, que são identificadas como responsáveis, em grande parte, pela “ecologização” dos demais agentes engajados no campo.

Tem atraído atenção sempre maior o fato de determinadas ONGs estarem ampliando seus espaços de atuação e participação, tanto paralela como internamente a organismos internacionais oficiais, passando a compartilhar seus aparatos e poderes burocráticos, ressaltando-se, nesta direção, a relação ONU-ONGs (Coate, Forsythe & Weiss, 1994; *The Commission on Global Governance*, 1995). Há vários indícios que permitem estender tal observação em relação a outros espaços ocupados junto a outros setores e agentes como governos nacionais, corporações, blocos econômicos e instituições de financiamento. Uma das questões que envolvem as ONGs e que, para mim, permanece como central refere-se a até onde e como os espaços conquistados e/ou concedidos a estas alteram as estruturas e o comportamento de seus representantes.

As ONGs têm-se tornado base de legitimação cada vez mais importante entre os agentes que atuam no campo das políticas ambientais. Embora as organizações com perfil científico sejam preservadas como as entidades com as quais os demais agentes estratégicos mantêm relações preferenciais, as não-governamentais “não-científicas” e “não-profissionais” também vêm participando no processo de formulação das políticas no interior do campo.

Desde a última década, as ONGs se alastraram globalmente — são algumas dezenas de ONGs com milhares de associados e dezenas de milhares de ONGs com alguns poucos membros. Objeto de uma série de trabalhos recentes, que geralmente iniciam pelo questionamento da própria denominação negativa “não-governamental”, as ONGs também são diferenciadas por seus temas, suas origens e bases sociais, tendências político-ideológicas, natureza de atividades, relação com a investigação científica e/ou militância, amplitude e formas de atuação e comunicação, volume e fontes de recursos, estratégias de planejamento e execução de projetos (Fernandes e Piquet, 1991; Landim, 1993; Silva, 1993; Grzybowski, 1995). Tais diferenciações têm gerado uma série de polêmicas, e mesmo confusões, em torno de terminologias de classificação das ONGs. Apesar das diferenças, algumas das características comuns, identificadas entre ONGs que integram correntes mais progressistas, seriam o discurso em prol do desenvolvimento humano e social e a promoção de valores como solidariedade, ética, justiça e democracia.

As ONGs se autodefinem, e são reconhecidas por um número cada vez maior de segmentos sociais, como um dos mais importantes canais de legitimação da participação da sociedade civil, como portadoras de novas formas e estruturas de “participação e representação coletiva”. Em parte, pode-se compreender o poder de penetração das ONGs em função dos espaços deixados pela dissolução da trama de solidariedade preexistente, com o refluxo da era democracia/trabalho de massas, e dos cenários de “poliarquia” configurados em diversas sociedades na contemporaneidade (O’Donnell, 1993; Borón, 1995).

Organizações privadas “sem fins lucrativos”, voltadas para a produção de bens e serviços públicos, as ONGs são geralmente marcadas por uma atuação dinâmica e flexível, e pela capacidade de ramificação e capilaridade através do estabelecimento de vínculos horizontais e verticais que se orientam por uma superposição de lealdades num esquema de redes que propiciam a integração dos níveis local, regional, nacional, internacional e transnacional. As novas formas de atuação das ONGs têm sido identificadas

como alternativas de promoção de uma nova dimensão da cidadania, que redundaria na possibilidade do desenvolvimento de novas formas de governabilidade, não criadas por constituições nem localizadas em estruturas formais de governos, cuja legitimidade se apresenta em fluxo (Rosenau, 1992). Trata-se de uma cidadania que é, inclusive, transnacional, que integra um “espaço público transnacional”, face à “nova ordem global emergente”, a qual compreende macroprocessos, macroestruturas, macroinstituições e, portanto, a necessidade de governabilidade em grande escala. Para os precursores desta concepção, a nova dimensão da cidadania propiciaria não só uma reação ao acirramento das tensões entre estruturas e sujeito, entre sociedade e indivíduo, mas também novos canais de cooperação, coesão e integração.

Dentro desta perspectiva, o ambientalismo é compreendido como portador da primeira grande questão que permite pensar este espaço público transnacional, e, ao mesmo tempo, as ONGs ambientalistas, dada a atualidade e a abrangência dos temas com os quais estão envolvidas e suas estratégias de atuação, são identificadas como canal privilegiado para a construção da “cidadania transnacional” e o enfrentamento da relação mercado internacional globalizado/comunidade global fragmentada (Leis, 1995; Fernandes, 1995; Wapner, 1995). As ONGs ambientalistas são consideradas como atores sociais transnacionais por natureza. Mesmo as organizações locais, inseridas nas redes, são transnacionalizadas ou transnacionalizáveis.

Entre os aspectos vinculados às formas de organização, ação e comunicação das grandes ONGs ambientalistas destaco justamente aqueles que, para mim, são centrais, na definição de sua “grandeza” e poder para além das estruturas institucionais, administrativas e burocráticas. Trata-se da capacidade de geração da informação, de ingerência sobre a sua circulação, e de atração, concentração e distribuição de recursos financeiros. Nesse sentido, considero que as grandes ONGs ambientalistas espelham os fluxos de novas formas de hierarquia na distribuição e redistribuição de poder, já explicitadas nas iniciativas desenvolvimentistas em escala mais geral, global.

Apesar das propostas de maior horizontalidade e de mecanismos de comunicação e decisão mais democratizados, reproduzem-se hierarquias que relativizam a idéia inicial de descentralização do poder. Interpreto tal descentralização como “recentralização”, um movimento que se desdobra em novas formas de centralização, onde as “redes” constituem um “sistema multicêntrico”. Por esta via, o sistema de ONGs estabelecido por meio de

redes também constitui um campo polinucleado de poder que está inserido, como subsistema, naquele campo maior que define o sistema de política ambiental global.

O estabelecimento polarizado de condicionalidades é mais evidente no que diz respeito às relações “Norte–Sul” travadas entre as ONGs, mas também é possível detectá-lo num plano anterior, entre organizações nacionais e locais, inclusive nas sociedades de capitalismo avançado, distinguindo-se uma estrutura de poder no campo da política ambiental que é, ao mesmo tempo, pluralista e elitista. Em contrapartida, observa-se nestes contextos a formação de coalizões entre as organizações locais, de ação direta e baseadas na noção emergente de “justiça ambiental”, que se mobilizam no intuito de alterar a distribuição do poder no interior dos sistemas, influenciando ou deslocando, parcialmente, a posição das organizações que ocupam o centro da rede ou o topo da hierarquia, representando a “elite” (Rushefsky, 1995; Colnic, Ingram & Mann, 1995).

Embora os recursos financeiros não sejam condição suficiente, são um fator essencial. O acesso, a posse, o controle de distribuição e o monitoramento dos investimentos financeiros através das várias ações que delineiam o desenrolar das políticas ambientais revelam grande parte das posições e dos papéis desempenhados no sistema, os graus de autonomia, as concorrências, relações de dependência e de cooperação.

No que se refere às grandes ONGs ambientalistas que não restringem suas práticas apenas a projetos conservacionistas e assumem mais concretamente os desafios subjacentes à idéia do desenvolvimento sustentável, é evidente um certo consenso sobre o fato de que aquelas que dispõem de maior volume de recursos apresentam maior capacidade de ações autônomas, de atuar diretamente junto às comunidades locais no desenvolvimento de projetos que contemplem suas necessidades, sem que para isso dependam essencialmente de pressões sobre políticas governamentais, *lobbies*, persuasão de parlamentares ou empresários. Nesse sentido, suas estratégias de atuação junto às populações locais envolvem, geralmente, a intermediação de “ONGs nativas”, contrapartes e parcerias, criação de escritórios de representação e repasse de recursos.

Outro aspecto relevante — e bastante polêmico — na interação ONGs/populações locais relaciona-se à possibilidade da gestação de certas distorções no processo. Em princípio, as ONGs são interpretadas como resultado da maturação dos movimentos sociais ou pelos vínculos de compromisso estabelecidos com estes e, assim, encarnam o drama do desenvol-

vimento sustentável, ou seja, de como transformar as populações locais nos sujeitos de seus ambientes. Contudo, a transitoriedade das relações condicionada pelo tempo de vigência dos projetos, a própria fluidez dos mecanismos de participação e representação proporcionados e a burocratização das organizações são fatores que, juntamente com outros, podem interagir de modo que as comunidades e seus movimentos corram o risco de tornarem-se objetos, álibis na obtenção de recursos e na manutenção de posições das ONGs na rede dos sistemas de cooperação. Por esta via, ressalta-se que as disputas e os acordos entre as ONGs são deflagrados não apenas em torno de recursos, mas também em função das próprias populações-alvo.

Em se tratando de distorções, outra questão encontra-se ligada à idéia de que, de acordo com as condições e circunstâncias configuradas no campo da política ambiental, esta pode tornar-se um novo meio de diferenciação ou exclusão social. Entre as “populações carentes de desenvolvimento”, são potencialmente privilegiadas aquelas localizadas em áreas consideradas ambientalmente relevantes, áreas-alvo de programas e projetos de conservação/proteção ambiental (Kemf, 1993).

Considerações finais

A luta das ONGs ambientalistas pelo que é “ecológica e socialmente correto” insere-se numa ordem social global permeada por novas feições e geometrias de poder, onde as aproximações muitas vezes não são definidas *a priori*, mas segundo temáticas. Assiste-se ao fim da rigidez de alianças, sucedendo uma multiplicidade de alianças táticas possíveis, predominando a competição econômica e não a confrontação político-ideológica (Lafer, 1993).

Acredito que a dinâmica desta ordem reflète-se nas práticas de grandes ONGs ambientalistas que, constituindo um campo de poder em si mesmo, ou representando e/ou substituindo movimentos sociais, multiplicam suas ações por diferentes vieses. Além de influenciarem a opinião pública, de uma forma mais geral e difusa, mas bastante persuasiva, ora estabelecem relações diretas com empresas privadas e corporações multinacionais, ora buscam influir sobre estas através de fóruns governamentais internacionais promovidos com o GATT, o Nafta, a União Européia; atuam alternada ou simultaneamente junto aos Estados, parlamentos e setores da sociedade civil ou, ainda, buscam atingir indiretamente cada um destes através do outro.

Apesar de várias organizações ambientalistas continuarem atuando em prol de um novo sistema ético-valorativo, a dimensão econômica da política é um canal cada vez mais privilegiado para as pretendidas mudanças de comportamento. Para os grupos ambientalistas transnacionais, o domínio do econômico aparece como forma de governabilidade que deve ser manipulada para alterar as práticas coletivas (Wapner, 1995). Por esta via, os interlocutores mais estratégicos são as grandes corporações, blocos econômicos ou agências multilaterais de financiamento, engajados na promoção de diversas iniciativas desenvolvimentistas em escala mundial.

Como procurei indicar, as perspectivas do ambientalismo, seus rumos, limites e possibilidades são fundamentalmente engendrados a partir da interação entre os agentes que assumiram seus princípios e da capacidade desses agentes diferenciados em traduzir tais princípios em estratégias efetivas de confrontação do paradigma tradicional, exclusionista e predatório. Se o desenvolvimento sustentável será capaz de reorientar as forças sociais que determinam as estruturas e as dinâmicas existentes ainda é uma questão em aberto e sujeita a muitas especulações.

Uma primeira dificuldade, face à vasta literatura vinculada ao tema, é o fato de um grande número de autores encontrar-se comprometido com os pressupostos do ativismo ambientalista. No caso das ciências sociais em particular, isto se manifesta de um modo aparentemente mais sofisticado, sendo que muitas das tentativas de análise estão permeadas por esforços de validação teórico-filosófica dos princípios ambientais, de maneira que as respectivas conclusões tendem a assumir um caráter mais programático, em detrimento de um questionamento crítico distanciado. Além do mais, outra dificuldade refere-se ao estilo ensaístico e impressionista que frequentemente perpassa os textos. Várias questões recobertas pelo conjunto desses trabalhos necessitam ser aprofundadas, diferenciadas ou criticadas. Daí a importância da pesquisa sistemática, para que, sem diminuir o esforço ativista, possamos, ao mesmo tempo, também garantir base sólida para o fortalecimento de mais uma especialização no campo da sociologia, a “sociologia ambiental”.

Referências bibliográficas

- Acot, Pascal (1990) *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campos.
Alencar, Gisela Santos (1995). *Mudança ambiental global e a formação do*

- regime para proteção da biodiversidade*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Relações Internacionais, UnB.
- Appadurai, Arjun (1994) “Disjunção e diferença na economia cultural global”, in Featherstone, Mike (org.) *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Bobbio, Norberto (1992) *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Bookchin, Stephen. (1978) *Por una sociedad ecologica*. Barcelona: Gustavo Gill.
- Boyden, S. (1976) “Human Ecology”, in *A Planning Meeting on MAB Project 11.*, Unesco - MAB. Amsterdam, p. 1-52.
- Bramwell, Anna (1990) *Ecology in the 20th Century*. Yale University Press.
- Borón, Atílio (1995) “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”, in Sader, E. (org.) *Pós-neoliberalismo — As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Capra, Fritjof (1982) *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix.
- Castoriadis, Cornelius & Cohn-Bendit (1981) *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense.
- Coate, W., Forsythe, D. & Weiss, T. (1994) *The United Nations and Changing World Politics*. Boulder: Westview Press.
- Cobb, John B. & Daly, Herman (1989) *For the Common Good: Redirecting the Economy Toward Community, the Environment and a Sustainable Future*. Boston: Beacon Press.
- Colnic, D., Ingran, H. C. & Mann, D. (1995) “Interest groups and environmental policy”, in Lester, James (ed.). *Environmental politics and policy*. Duke University Press.
- Crosby, Alfred W. (1993) *O imperialismo ecológico*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Dupuy, Jean-Pierre (1980) *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Elias, Norbert (1990) *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fernandes, Rubem César. (1995) “Elos de uma cidadania planetária”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 28 p.15-34.
- Fernandes, R.C. & Piquet, Leandro (1991) *ONGs anos 90: A opinião dos dirigentes brasileiros*. Mimeo.
- Frankel, Boris (1987) *Los utopistas postindustriales*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- French Hillary (1993) “Reconciling trade and environment”, in Brown, Lester (org.). *State of the World*. New York: Norton and Company.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto (1989) *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.
- Grzybowski, Cândido (1995) “Cidadania, autonomia e parceria”, in *ABONG-*

- Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. Parcerias e fundos públicos.* Jornal da ABONG n.º 11. São Paulo, agosto.
- Habermas, Jürgen (1975) *Técnica e ciência como ideologia. Os Pensadores, XLVIII.* Ed. Abril Cultural.
- Harvey, David (1993) *A condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola.
- International Union for Conservation of Nature. (1993) *Biological Diversity Conservation and the Law. Legal Mechanisms for Conserving Species and Ecosystems.* Suíça: IUCN Publications Services Unit.
- Jimenez, Martha Lúcia Olivar (1994) “O estabelecimento de uma política comum de proteção de meio ambiente e sua necessidade num mercado comum”, *Associação Brasileira de Estudos da Integração*, Vol. VII. Brasília: Senado Federal/ Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Kenf, Elizabeth (1993) (ed.) *The law of the Mother: Protecting Indigenous Peoples in Protected Areas.* San Francisco: Sierra Club.
- Lafer, Celso. (1993). *Política externa brasileira: três momentos.* Konrad Adenauer Papers, n.º 4.
- Landim, Leilah Assunção (1993) *A invenção das ONGs. Do serviço invisível à profissão sem nome.* Tese de Doutorado, Museu Nacional. Rio de Janeiro.
- Leff, Enrique (1994) “Sociologia y ambiente: formación socioeconómica, racionalidad ambiental y transformaciones del conocimiento”, in Leff, E. (comp.) *Ciencias sociais y formación ambiental.* Barcelona: Gedisa Editorial.
- Leis, Hector Ricardo (1995) “Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial”, in *Meio ambiente, desenvolvimento e democracia*; São Paulo: Cortez.
- (1995) “Globalização e democracia: necessidade e oportunidade de um espaço político transnacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 28.
- McCormick, John. (1992). *Rumo ao paraíso.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Morin, Edgar (1980) *O método I. A natureza da natureza.* Lisboa: Publicações Europa-América.
- O'Donnell, Guillermo (1993) *Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais.* Novos Estudos Cebrap, n.º 36, julho, p. 123-145.
- Odum, Eugene Pleasants (1975) *Ecologia.* São Paulo: Pioneira.
- ONU / The Commission on Global Governance. (1995) *Our Global Neighbourhood.* New York: Oxford University Press.
- Porter, Gareth & Brown, Janet (1991). *Global Environmental Politics.* San Francisco: Westview Press.
- Ribeiro, Gustavo Lins. (1991) “Ambientalismo e desenvolvimento sustentado”, in *Revista de Antropologia*, n.º 34. São Paulo: Ed. USP, p. 59-01.
- Rosenau, James (1992) “Citizenship in a Changing Order”, in Rosenau, J. (ed.).

Governance without Government: Order and Change in World Politics.
Cambridge University Press.

Rushefsky, Mark E. (1995) "Elites and Environmental Policy", in Lester, James (ed.). *Environmental Politics and Policy*. Duke University Press.

Sachs, Ignacy. (1986). *Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.

Serres, Michel (1990) *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

Snow, Donald. (1992) *Inside the Environmental Movement*. Washington D.C.: Island Press.

Santos, Boaventura Souza (1995) *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora.

Viola, Eduardo (1994) "A globalização e a política ambiental no Brasil na década de 90". ANPOCS - G.T. *Ecologia e Sociedade*. Caxambu, 23-27 de novembro.

Viola, Eduardo & Leis, Hector (1989) "Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo". ANPOCS – G.T. *Ecologia e Sociedade*. Caxambu, 23-27 de outubro.

Wapner, Paul (1995) "Politics beyond the State", in: *World Politics*, Vol. 47, n.º 3. Johns Hopkins University Press, abril.

Rigoberta, em nome de sua comunidade, como seu “elegido”, ao trajeto do movimento político. Por vinte e dois anos realiza suas idas e vindas às burocracias estatais para obter a legalização de suas terras. Nos momentos políticos em que a comunidade consegue se estabilizar, constituem-se como pequenas parcelas familiares e são obrigados a pagar por cada árvore derrubada para fazer lenha. A comunidade, apesar dessa parcelização que foi legalmente imposta continua a trabalhar parte da terra em conjunto, mas dispersam suas casas. Em outros momentos o governo volta a exigir a saída dos indígenas através de demarcações e da força. Vicente Menchú é levado a assinar papéis que lhe retiram os direitos pois lhe dizem que o que estava escrito era o reconhecimento permanente do direito comunitário às terras. De fato, o texto falava em direito ao uso das terras por dois anos improrrogáveis.

A comunidade paga advogados que os enganam. Vicente Menchú se aproxima dos sindicatos operários como estratégia de obtenção de apoio. Passa a se organizar com outros camponeses e com os operários.

A trajetória política de Rigoberta Menchú se inicia com a defesa da comunidade indígena diante do Exército que quer obrigar a retirada. Rigoberta lidera a estratégia de esconder-se. A comunidade utiliza armadilhas e armas caseiras que são “segredos” da comunidade indígena. Atraem um soldado numa armadilha e lhe ensinam como um soldado indígena não pode estar matando seus irmãos. Soltam-no. Ele é morto pelos companheiros que o consideraram traidor porque saiu vivo depois de ser preso por “guerrilheiros comunistas”. Logo depois Rigoberta passa a apoiar informalmente a organização para a defesa de outras comunidades. Inicia dirigindo-se às aldeias onde tem amigas. Em 1979, Rigoberta Menchú se liga formalmente ao Comité de Unidad Campesina (CUC) que vinha se organizando há tempo mas com sua existência pública reconhecida somente em 1978.

O processo de incorporação de Rigoberta ao CUC é o da passagem de uma defesa da cultura indígena das terras e do “direito a ser” para a defesa de uma causa revolucionária que requer e supõe a identificação entre indígenas e ladinos pobres e entre indígenas e “campe-sinos” e a definição como inimigos não de todos os “ladinos”, mas apenas dos ladinos ricos, especialmente dos “terratenientes”. O governo, pensado antes como “o governo dos ladinos” e o “país dos ladinos” passa a ser percebido como abarcando também os espaços comunitários indígenas. O governo já não é mais o poder que é um “outro” e que é o “inimigo”. Passa a ser um poder que pode ser modificado. “Ladinos” passam a ser companheiros de luta de Rigoberta. Guatemala pode vir a ser o estado-nação encompassador das culturas indígenas.

O CUC coloca como questão primordial o acesso à terra para os camponeses. A questão indígena é subsumida à questão camponesa no discurso. A questão indígena passa a ser uma questão de desigual aces-

NOVOS ATORES E PRÁTICAS POLÍTICAS AMBIENTALISTAS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Ilse Scherer Warren

Os processos de globalização econômica e tecnológica trazem consigo a transnacionalização da política e criam condições para a transnacionalização ou desterritorialização da cultura. Trazem para o cenário político novos atores, novas formas de se fazer política e de se produzirem valores culturais.

Por um lado, os avanços no campo da eletrônica têm facilitado a intercomunicação e a troca de informações entre atores trazendo para o cenário político práticas sob a forma de redes de movimentos, que se caracterizam pela rapidez e abrangência espacial de suas manifestações.

Por outro, problemas ambientais relevantes, como a finitude dos recursos naturais, a sustentabilidade dos ecossistemas, os desastres e acidentes ambientais e outros caracterizam-se não por se restringirem a espaços locais ou regionais, mas por assumirem significações e implicações transnacionais, planetárias.

Desta forma, as negociações e a busca de soluções políticas para estes problemas não dizem respeito apenas aos limites político-administrativos locais ou nacionais. Requerem definições, negociações e encaminhamento de soluções multilaterais, através de instituições políticas em nível global.

É neste contexto de globalização das questões ambientais, da transnacionalização das respectivas negociações políticas e dos avanços tecnológicos para a intercomunicação entre diversos atores da sociedade civil que os movimentos ecologistas vão proliferar e assumir papel relevante na criação

Ilse Scherer Warren é professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora do CNPq.

de políticas públicas. Pode-se observar pelo quadro abaixo como as redes transnacionais ambientalistas tiveram um crescimento proporcionalmente significativo se comparados a outros movimentos.

Organizações Transnacionais de Movimentos Sociais

ÁREA TEMÁTICA	Percentual de organizações		
	1983 N=319	1988 N=478	1993 N=599
DIREITOS HUMANOS	23%	25%	26%
MEIO AMBIENTE	8	10	15
DIREITOS DAS MULHERES	6	7	9
PAZ	7	10	9
ORDEM MUNDIAL/TEMAS MÚLTIPLOS	9	6	8
DESENVOLVIMENTO/ AUTODETERMINAÇÃO/ ETNIA	10	8	5

Fonte: *Yearbook of International Organizations*.

Contudo, deve-se chamar a atenção para o fato de que, nos anos recentes, devido às possibilidades de comunicação ampla e rápida (por exemplo, via Internet) e de troca de experiências entre as organizações e movimentos, verifica-se a conexão de temas/pautas e pleitos entre os vários movimentos.

Observa-se, muitas vezes, por exemplo, a busca de articulação de lutas pela democratização da sociedade, pela ampliação da participação na esfera pública, pela defesa de direitos civis (de cidadania), direitos humanos, sociais e de terceira geração (direitos de gênero, étnicos, ecológicos, etc.), com as lutas em torno das questões de meio ambiente e qualidade de vida,

de defesa da diversidade cultural, da integração sociocultural, da seguridade e paz, e assim por diante.

Os novos atores

As correntes político-ideológicas do ambientalismo/ecologismo e a tipificação dos principais atores ecologistas já foram objeto de análise de vários autores (ver, por exemplo, Viola e Leis, 1991; Viola, 1994; Leis, 1996; Martinez-Alier, 1995; McCormick, 1992; Porter & Brown, 1991; Dalton, 1995). Aqui, pretende-se buscar apenas as possibilidades de atuação dos atores representantes da sociedade civil, de suas organizações em vários níveis, do local ao global, de suas formas de articulação e respectiva formação de redes político-ecologistas. Estes atores, e seus espaços de representação e atuação, podem ser classificados nas seguintes categorias abrangentes: ONGs — organizações não-governamentais; OIGs — organizações intergovernamentais; MECs — movimentos ecologistas transnacionais.

ONGs: As organizações não-governamentais são entidades com alguma institucionalidade, são organismos privados com fins públicos, sem fins lucrativos e com alguma participação voluntária (maiores detalhes em Scherer-Warrern, 1995a). Atuando em relação aos problemas socioambientais, há ONGs internacionais, como o Greenpeace, por exemplo; há nacionais, como a Fundação Mata Atlântica; e locais, como o Cecca (Centro de Estudos Cultura e Cidadania), em Florianópolis. Independentemente da escala em que atuam (local ou global), as ONGs ambientalistas tendem a fazer articulações políticas e programáticas translocais e transnacionais.

OIGs: As organizações intergovernamentais são criadas através de acordos formais entre os Estados-nação, mas não são simples proponentes de interesses estatais, estando abertas para a participação de atores organizados da sociedade civil. De fato, os movimentos sociais transnacionais têm um forte potencial de interferência nestas organizações, enquanto centros de informações, provedores de dados técnicos para a gestão de políticas multilaterais e para a formação de opinião pública em relação a essas políticas (Smith & Pagnucco, 1995). As Nações Unidas atuam em vários níveis: assembléia dos estados membros, associações regionais e agências tematicamente especializadas

(maiores detalhes em Porter & Brown, 1991: 46-56). No caso do meio ambiente, a UNCED é a organizadora das conferências internacionais, como a Rio-92, e mediadora entre ações governamentais e a sociedade civil.

MECs: Movimentos ecologistas comunitários se formam quando atores diversos (organizações de base, associações de bairro, ONGs locais e outros cidadãos) se articulam em torno de um problema socioambiental local. Todavia, este movimento local (tipo *grassroots*) pode ter repercussões transnacionais e se tornar o símbolo de uma forma de luta ecologista. Isto ocorreu com o movimento “Chipko”, na Índia, que passou a ser considerado uma resposta civilizatória face à ameaça de sobrevivência de culturas tradicionais nativas (ver Shiva, 1987). O Movimento dos Seringueiros na Amazônia foi mais uma expressão dessa forma de resistência ativa pela não-violência. Também são significativas as organizações comunitárias urbanas, que atuam para uma melhor gestão do meio ambiente local. Em Florianópolis, por exemplo, em decorrência dos problemas das enchentes no final de 1995, formou-se o Comitê Interbairros contra as Cheias na Bacia do Itacorubi, buscando soluções para o problema.

MENs: Movimentos ecologistas nacionais referem-se às articulações entre ONGs, movimentos ecologistas e cidadãos, quando estas se dão numa escala nacional, como, por exemplo, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais que se organizou para participar da Eco-92, mas que teve continuidade após este evento. Participaram, naquela ocasião, 809 entidades (cf. Relatório do Fórum, 1992), entre ONGs e organizações de base, ambientalistas e populares, permitindo conectar as demandas ambientalistas com aquela por justiça social (Herculano, 1994; Scherrer-Warren, 1996).

METs: Quando falamos em movimentos ecologistas transnacionais, estamos nos referindo, principalmente, às redes transnacionais que se mobilizam enquanto força de pressão quando há alguma tragédia ou problemas ambientais que requerem ações imediatas, ou por ocasião das mobilizações em torno das Conferências Internacionais. Em relação à primeira situação, a mobilização das ONGs, através da Internet, por ocasião dos testes nucleares programados pela França, foi exemplar. Quanto à segunda, podemos retornar novamente à Eco-92, com

o acontecimento na Praia do Flamengo do Fórum Global de ONGs que, conforme Libâneo (1993: 84), “roubou a cena do encontro realizado pela ONU (e), mais do que isso, mostrou que o movimento ecológico mudou, amadureceu, deixou de ser propriedade de alguns grupos sociais minoritários ou alternativos, para se transformar num grande tema de debate mundial entre indivíduos, grupos, raças, etnias, nações”.

Campos de transmissão do novo fazer público

Destaco aqui três campos de transmissão da nova forma de fazer política dos atores ambientalistas, que me parecem relevantes: o uso da informação; o agir no campo simbólico; e as articulações sob a forma de redes.

O uso da informação

As novas tecnologias para a geração de informações e comunicações (como os bancos de dados informatizados, a Internet, o fax, etc.) trouxeram modificações profundas nas relações de espaço e tempo significativas para os atores dos movimentos sociais. A nova arena política passa a ser uma comunidade virtual transnacional. Através dela, a informação se difunde em tempo real e interações comunicativas sem fronteiras se realizam. Por exemplo, com o massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás-PA, rapidamente cerca de oitenta ONGs internacionais ambientalistas e dos direitos humanos se articularam e enviaram carta conjunta ao presidente Fernando Henrique Cardoso, pedindo o fim da impunidade.

Estamos hoje frente a um novo potencial de interação e auto-organização da sociedade civil. Segundo Porter (1992: 157), a revolução nas tecnologias de comunicação está criando agora uma comunidade global de organizações sem fins lucrativos, da mesma forma que anteriormente criou um mercado global. Este é apenas o prenúncio de uma comunidade global de ativistas ambientalistas.

O agir no campo simbólico

Os novos movimentos em geral, e entre estes os ecologistas em especial, concebem que as transformações na sociedade passam por um repensar e uma reeducação no campo da cultura. Neste sentido, as ações no campo simbólico são particularmente expressivas.

Neste campo, há um conjunto de novos códigos lingüísticos que vão sendo criados de acordo com a idéia de uma comunidade idealizada, de uma utopia do que seria um mundo ecologicamente melhor, para a realização de uma cidadania planetária. Vai-se desenvolvendo assim uma ética ecológica com as respectivas representações simbólicas e códigos lingüísticos, que distinguem o socialmente aceitável do não-aceitável. É esta ética em construção que estabelece os parâmetros para os pleitos e as pressões das ONGs e movimentos sociais transnacionais na esfera pública. É neste campo simbólico que tem início também a construção das conexões entre as lutas ecológicas, as lutas democráticas e as lutas pela justiça social.

Articulações em redes

Neste cenário de globalização nos campos da informação, da cultura e da ação política, a interação entre os novos atores da sociedade civil tende a realizar-se de forma descentralizada, assumindo a metáfora de rede: de informação, de comunicação e de formato organizacional.

A formação de redes interorganizacionais (entre ONGs ambientalistas, por exemplo) ou redes de movimento (entre ONGs, organizações de base e outros atores políticos) tem por característica a não-centralidade organizacional e a não-hierarquização do poder. As redes, sejam de informação, de intercâmbio temático, ou para pressão nos campos simbólicos e políticos, caracterizam-se por seus novos formatos organizativos, onde as relações sociais são mais horizontalizadas, complementares e, portanto, mais abertas ao pluralismo e à diversidade cultural. São precursores de uma nova utopia de democracia, de sociedade ecologicamente equilibrada e socialmente justa (para maiores desdobramentos, ver Scherer-Warren, 1994 e 1995b; Fisher, 1993).

A globalização dos conflitos

De acordo com Passy (1995), a globalização dos conflitos ocorre, por um lado, como decorrência das oportunidades políticas criadas para os movimentos sociais, pelos organismos de poder supranacional, como as Nações Unidas; por outro, devido ao atual poder de difusão dos meios de comunicação. A necessidade de construir consensos mínimos ao nível das agendas políticas multilaterais, ou de expressar simbolicamente os proble-

mas ecológicos localizados em agendas de alcance transnacional, também concorre para a globalização dos conflitos.

Os conflitos se globalizam, assim, através das redes de informações, das redes interorganizacionais e das redes de movimentos, de tal forma que o *local*, os *problemas particulares* se universalizam, e o *universal*, a *ética ecológica planetária* se particulariza, se expressa simbolicamente em problemas ao nível local. Por exemplo, Chico Mendes é transformado num símbolo universal da resistência para a conservação das florestas, de um lado, e a ética ecologista da ação ativa não violenta é incorporada pelo Movimentos dos Seringueiros, de outro.

O papel dos novos atores nas políticas ambientalistas

Um dos principais potenciais das ONGs ambientalistas é o seu empenho em conectar conhecimento (a ciência) com valores morais (a ética ecológica) e prática política (*policymaking*). Esta conectividade, porém, não é simples, nem realizada de forma homogênea, uma vez que valores pressupõem crenças e utopias.

Segundo Ianni (1995: 23), as utopias que florescem no âmbito da sociedade global são variadas. “Podem ser cibernéticas, sistêmicas, eletrônicas, pragmáticas, prosaicas ou tecnocráticas. Também podem ser românticas, nostálgicas, desencantadas, niilistas ou iluministas.” Queremos aqui mencionar apenas três tendências de utopias de transformação em relação ao meio ambiente:

Há uma utopia *cientificista* ambientalista que aposta primordialmente no avanço da ciência e da tecnologia para a conquista do reequilíbrio ecossistêmico. Esta utopia não considera o papel dos atores sociais.

Há uma utopia *fundamentalista* que aposta na restauração do meio ambiente por meio de medidas de sacralização da natureza e das tradições culturais. Considera, neste caso, apenas a relevância dos atores em seu habitat ou em sua comunidade.

Há uma utopia *ecologista* de transformação, que busca articular conhecimento e subjetividade, ou ciência, ética e práticas político-culturais. Portanto, considera os atores sociais historicamente, o que significa percebê-los, no momento atual, em suas múltiplas interações, das locais às globais. Muitas ONGs estão sendo espaços importantes para o desenvolvimento desta utopia.

Gostaria de exemplificar, a partir de algumas práticas bastante expressivas, as múltiplas oportunidades que surgem para os atores ambientalistas da sociedade civil de atuarem nas políticas públicas:

- *Nas parcerias com o poder público*: em conselhos e câmaras, nos níveis locais, nacionais e intercontinentais, como por exemplo com os órgãos das Nações Unidas, e em órgãos estatais. Uma rede importante, neste terreno, é a EEB (European Environmental Bureau), que congrega 120 ONGs ambientalistas de âmbito nacional, com 20 milhões de cidadãos associados, e tem acesso direto à Comissão da Comunidade Européia (Porter & Brown, 1991: 57).

- *Nas pressões institucionais*: junto a parlamentares e governos, para a modificação de legislação sobre meio ambiente; nas conferências internacionais, para a priorização de agendas, etc. Um exemplo de pressão deu-se por ocasião da assinatura do Protocolo da Antártida, que definiu a região como “reserva natural, terra da paz, terra da ciência”, tão próxima da proposta de “parque mundial” mostrando a influência de atores ambientalistas transnacionais, como o Greenpeace (Villa, 1992: 147).

- *Na formação da opinião pública*: organizando eventos públicos, protestando contra problemas de agressão ao meio ambiente e difundindo a ética ecológica. Pesquisa realizada por Dalton (1995: 315), com 69 grupos ambientalistas de grande porte na Europa ocidental, constatou que o método de ação política mais freqüente ainda é o contato direto com o público através da mídia (86%), seguido pela mobilização direta da opinião pública (72%), aparecendo a pressão institucional e as parcerias governamentais apenas em terceiro lugar.

- *Na vigília cidadã*: iniciativas cidadãs para a fiscalização de políticas públicas e para cobranças em relação à legislação ambiental. Nesta direção, o Social Watch é uma iniciativa conjunta de ONGs de todo o mundo para supervisionar o cumprimento dos acordos assumidos pelos governos e organismos multilaterais, nas Conferências Mundiais. Organiza-se através de grupos nacionais e internacionais, de redes interorganizacionais dos países do Norte e do Sul, que vigiam e informam, acerca do impacto das políticas macroeconômicas de seus governos, face às resoluções das Conferências. Avaliam, em especial, os impactos em relação às situações da pobreza, das mulheres e da sustentabilidade ecológica. A participação mais ampliada da população poderá vir a realizar-se através de conferências eletrônicas e de outras formas de comunicação interativa via Internet, fomentadas pela rede de *Control Ciudadano* (Revista del Sur, 1996: 17).

Referências bibliográficas

- Dalton, Russel J. (1995) "Strategies of Partisan Influence: West European Environmental Groups", J. Craig Jenkins and Bert Klendermans (eds.) *The Politics of Social Protest*, in Minneapolis: University of Minnesota.
- Fisher, Julie. (1993) *The Road from Rio: Sustainable Development and the Nongovernmental Organizations in the Third World*. Westport: Praeger.
- Ianni, Octavio (1995) *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Leis, Héctor Ricardo (1996) "Um modelo político-comunicativo para superar o impasse do atual modelo político-técnico de negociação ambiental no Brasil". Workshop "Meio Ambiente, Desenvolvimento e Política de Governo: Bases para Construção de uma Sociedade Sustentável no Brasil (Levando em Conta a Natureza)". Fundação Joaquim Nabuco, Recife (mimeo).
- Libâneo, Maria Lúcia Leonardi (1993) "A sociedade global e a questão ecológica", in *São Paulo em perspectiva* n.º 7, abril-junho, p. 2.
- Martinez-Alier, J. (1995) "Environmental Justice" (local and global), and "Ecological Distribution Conflicts". Quito (mimeo).
- Mccormick, John (1992) *Resumo do paraíso: A história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Passy, Florence (1995) "Supranational Political Opportunities As a Channel of Globalization of Political Conflicts. The Case of the Conflict Around the Rights of Indigenous People". Conference on "Cross-National Influences and Social Movement Research". Mont Pélerin. (mimeo).
- Porter, Greth & Brown, Janet Welsh (1991) *Global Environmental Politics — Dilemmas in World Politics*. San Francisco: Westview Press.
- Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras (1992) *Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma Visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros*. Rio de Janeiro.
- Revista Del Sur*. "El Control Ciudadano" (1996), 56:17, mayo, Red del Tercer Mundo.
- Santos, Salene S. C. H. dos. (1994) *Entre o heroísmo e a cidadania*. Rio de Janeiro (tese de doutoramento).
- Scherer-Warren, I. (1994) "Organizações Não-Governamentais na América Latina: seu Papel na Construção da Sociedade Civil", in *São Paulo em perspectiva* 8(3): p. 6-14.
- (1995) a. "ONGs na América Latina: Trajetória e Perfil", in *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafios para as ciências sociais*. São Paulo/Florianópolis: Cortez/Edufsc.
- (1995) b. "Metologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais", in *Cadernos de Pesquisa* (5). Florianópolis: Programa

de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

- _____ (1996) "The Role of Latin American NGOs in a Global Network". Peacemaking and Democratization in the Hemisphere: Multilateral Approaches. North-South Center. University of Miami (mimeo).
- Shiva, Vandana (1987) "People's Ecology: The Chipko Movement", in Saul Mendlovitz & R. B. J. Walker (eds.). *Towards a Just World Peace: Perspectives from Social Movements*. England: Butterworths.
- Smith, Jackie & Pagnucco, Ron (1995) "Global Strategies of Social Protest: Transnational Social Movement Organizations in World Politics". Mont-Pélerin (mimeo).
- Villa, Rafael A. D. (1992) *A Antártida no sistema internacional: Análise das relações entre atores estatais e não-estatais a partir da perspectiva da questão ambiental*. São Paulo: USP (dissertação de mestrado em Ciência Política).
- Viola, Eduardo J. & Leis, Héctor R. (1991) "Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: O papel organizador do ecologismo", in *Ecologia e Política Mundial*, org. Héctor R. Leis. Rio de Janeiro: PUC.
- Viola, Eduardo J. A. (1995) "Globalização e a política ambiental no Brasil na década de 90". 18.º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú (mimeo).

MEIO AMBIENTE E NOVOS ATORES SOCIAIS: LIMITES E INTERAÇÃO ENTRE ESTADO E ONGs

Caetano Ernesto Pereira de Araújo

No âmbito do tema “meio ambiente, globalização e novos atores sociais”, discutirei, em primeiro lugar, algumas dimensões do fenômeno que se convencionou chamar globalização, particularmente suas implicações para o surgimento e importância crescente de atores sociais de novo tipo, bem como para a redefinição de antigos atores como os Estados nacionais. Em segundo lugar, abordarei alguns dos reflexos dessa nova realidade sobre a produção teórica recente das ciências sociais. Refiro-me particularmente ao ressurgimento das tentativas de apreender a especificidade de uma esfera própria do social com auxílio do conceito de sociedade civil, exemplificado aqui nos trabalhos contemporâneos de Cohen e Arato (1989). Finalmente, tentarei direcionar o instrumental teórico desenvolvido por esses autores para os problemas colocados pela atuação dos novos atores sociais.

O processo de globalização pode ser abordado a partir de diversas perspectivas, conforme os propósitos e a estratégia de cada pesquisador. Leis (1995), por exemplo, considera ser a sua característica fundamental o “enorme movimento de bens econômicos, tecnologias, de informação, de idéias, de fatores ambientais e de pessoas através das fronteiras nacionais”. Viola (1995), por sua vez, lista alguns traços definidores do processo e analisa onze dimensões distintas do mesmo. Atribui a prioridade temporal

Caetano Ernesto Pereira de Araújo é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

inclusive à dimensão militar, pois nela a globalização teria sido atingida nos anos 50, quando os dois blocos em que se dividia o mundo atingiram a capacidade de destruir o planeta.

De qualquer maneira, considero necessário explicitar algumas das premissas contidas nessas abordagens. Em primeiro lugar, sem subestimar o caráter polidimensional do processo, parece claro que o que chamamos globalização é consequência de alterações profundas e rápidas no conhecimento humano e sua aplicação à produção material e, incorporando a colocação de Viola, à destruição material. Trata-se, em suma, de alguns dos efeitos econômicos, políticos e sociais do que se denomina revolução científico-tecnológica. Nessa perspectiva, podemos considerar o início da era nuclear como o marco zero do processo, embora seja necessário salientar que os efeitos mais visíveis do ponto de vista do nosso tema datem dos anos 60/70, concomitantes, portanto, às revoluções verificadas no desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, principalmente.

Em segundo lugar, a continuidade do processo provocou o surgimento de novos atores no âmbito do mercado, as empresas transnacionais. Viola assim as denomina a partir do momento em que sua lógica de acumulação deixa de incorporar considerações sobre a localização geográfica da matriz e suas filiais. O movimento das empresas obedece então exclusivamente a razões de estratégia de mercado, ignorando todo imperativo de ordem nacional, ou seja, do interesse dos Estados-nação de origem. Esta situação não se restringe às megacorporações, pois até empresas de porte médio enveredam por esse caminho. Pode-se dizer, portanto, que a esfera do mercado respondeu com agilidade às exigências da nova situação.

No entanto, a globalização provocou também o surgimento de atores novos no plano da chamada sociedade civil. Movimentos sociais não tradicionais, ou seja, não derivados do conflito fundamental da era pré-revolução científica, capital-trabalho, passam a constituir-se e a ganhar expressão. Em diversos casos, a experiência organizativa desses movimentos desemboca, a partir da década de 1960, na criação das chamadas organizações não-governamentais, as ONGs. Essas organizações autodefinem-se pela declaração de não pertencerem ao Estado e pela ausência de fins lucrativos. Constituiriam expressão pura da sociedade civil, entidades que promovem o debate e prestam serviços de interesse supostamente geral fora dos mecanismos de atuação tradicional do Estado. Nessa medida, pode-se dizer que as ONGs se consideram a materialização de um espaço público não-estatal. É necessário acrescentar que várias dessas ONGs apresentam hoje um

caráter transnacional, com ramificações em diversos países, operando por meio de redes que conectam as matrizes com diferentes ONGs nacionais. Viola dá, para 1990, o número de 15 mil ONGs no mundo, um universo que vai das organizações locais, de pequeno porte, conhecidas como micro-ONGs, às *king*-ONGs, de atuação transnacional, dotadas de importantes recursos financeiros, técnicos e políticos.

Por que razões a globalização teria implicado o incremento dos movimentos sociais de novo tipo e, num segundo momento, a proliferação das ONGs? Alguns autores explicam o fenômeno a partir da retração dos Estados nacionais, progressivamente debilitados, à medida que avança o processo de globalização. Cada vez mais, os Estados nacionais estariam perdendo o controle, incontestado anteriormente, sobre seus territórios. As fronteiras tornam-se porosas, para usar a expressão de Viola, e os novos problemas requerem ações supranacionais para serem resolvidos. As perdas de eficácia e legitimidade dos Estados seriam compensadas por um incremento na atuação das ONGs. Mecanismos mais ágeis e já transnacionalizados teriam condições de viabilizar uma governabilidade global, que já não pode ser entregue exclusivamente a Estados nacionais. Daí a proposta apresentada por Leis, discutida adiante, de reorganizar as instâncias decisórias da ONU, cedendo espaço maior às ONGs e a outros atores, provenientes do mercado e da comunidade científica.

Penso, por outro lado, que a emergência de um campo no qual atuam os movimentos sociais de novo tipo obedece a duas ordens de fatores, ambas relacionadas às causas apontadas do processo de globalização. Em primeiro lugar, não cabe dúvida de que a revolução científico-tecnológica provocou um incremento significativo na capacidade de intervenção do homem sobre a biosfera, a ponto de colocar na ordem do dia a possibilidade da sua destruição e, conseqüentemente, o problema da sua manutenção. Abre-se o espaço, dessa maneira, para o desenvolvimento do movimento ambientalista. Em segundo lugar, a mesma revolução acarretou a perda de relevância do trabalho humano para a produção material e, concomitantemente, para a percepção que a sociedade produz de si. Nesse sentido, pode-se postular, com alguns autores como Offe (1995), por exemplo, algo como uma certa obsolescência da categoria trabalho como fundadora e ordenadora da sociedade. Quero com isso dizer que, no período pré-revolução científica, a categoria trabalho estruturava a sociedade, percebida então como construída em torno da contradição fundamental, entre capital e trabalho. O social se resolvia nessa contradição que deixava apenas um resíduo tido como não-

ou pouco significativo. As identidades sociais relevantes constituíam-se em torno dessa oposição e davam suporte aos movimentos sociais tradicionais. A partir do momento em que o trabalho vê reduzir-se a sua importância estruturadora, novas identidades, antes subordinadas à oposição fundamental, vêm à tona, com reivindicações próprias, em torno das quais se aglutinam os movimentos de novo tipo, com base no gênero, na raça, na cultura e na religião.

Vimos, portanto, que nas esferas do mercado e da sociedade civil houve respostas rápidas à globalização, com o surgimento de novos atores e a transnacionalização de velhos e novos. E no âmbito do Estado? O Estado nacional é um agente apontado pela literatura como carecendo de sentido e funções no mundo globalizado. Daí que manifeste uma singular incapacidade de adaptação às novas exigências. Viola, Leis e outros autores assinalam a necessidade cada vez mais urgente de instituições aptas a manejar uma nova governabilidade global, governabilidade esta que se expandiria à custa da soberania de cada Estado nacional. Argumenta-se, em suma, que os problemas são globais, que transcendem as fronteiras de cada Estado e que, conseqüentemente, as soluções devem obedecer a decisões conjuntas. O processo de limitação da soberania nacional estaria adiantado no que concerne a normas orientadoras dos mecanismos de mercado. Instituições como o FMI e o Banco Mundial seriam porta-vozes de um consenso acerca do funcionamento ideal dos mercados e estariam em condições de impor esse consenso a países desviantes. No entanto, no que toca a questões políticas de interesse global, particularmente àquelas referentes a meio ambiente, os organismos internacionais encontrar-se-iam amarrados ainda às decisões da Assembléia Geral da ONU e do Conselho de Segurança, instâncias decisórias morosas e incapazes de garantir a aplicação de seus resultados, em razão da ausência de mecanismos coercitivos independentes sobre os Estados membros.

Para sanar a situação, propõe-se, normalmente, a modificação das estruturas decisórias da ONU, cedendo espaço às ONGs. Leis apresenta uma proposta bem clara, debatida no encontro internacional de ONGs concomitante à Rio-92: complementar a Assembléia Geral da ONU, um espaço de discussão e votação no qual os sujeitos são os Estados nacionais, com cinco outros espaços decisórios, integrados por atores do mercado e da sociedade civil. Teriam, então, poder decisório na ONU uma assembléia de ONGs, também chamada pelo autor de comunidade ética, pois reger-se-ia segundo princípios universais, uma empresarial, uma científica, uma cultural e uma religiosa. Trata-se de criar, portanto, uma instância onde confluem atores do Estado, mercado e sociedade civil, para o exercício conjunto do poder.

Vale destacar que soluções similares são consideradas para o âmbito interno de cada Estado nacional. A defesa do meio ambiente extrapola divisões políticas e é legítima a intervenção de ONGs transnacionais em problemas circunscritos apenas aparentemente por fronteiras nacionais. A atuação das ONGs, nacionais ou não, seria complementar à do Estado, supriria a carência de legitimidade e eficácia de que estes padeceriam, aportando a perspectiva global necessária para enfrentar as questões de novo tipo.

Farei neste momento uma breve incursão teórica, que permita o retorno posterior, mais produtivo, às questões até agora levantadas. Evidentemente, a emergência de novos movimentos sociais e sua organização em ONGs repercutiu na produção teórica contemporânea das ciências sociais. Nesse plano, uma de suas conseqüências mais interessantes expressou-se nas tentativas de retornar ao, ou reconstruir o, conceito de sociedade civil. Tentarei sumarizar uma delas, que me parece das mais fecundas, potencialmente, de autoria de Cohen e Arato (1989).

Os autores partem da constatação de que o conceito até hoje utilizado de sociedade civil não conseguiu responder, em suas diversas variantes, às críticas que lhe foram endereçadas por representantes das mais diferentes escolas de pensamento. No entanto, o próprio desenvolvimento de movimentos sociais de caráter novo e sua crescente importância apontam no sentido da necessidade de uma grade conceitual que permita pensar distintamente as esferas do mercado, do Estado e do social propriamente dito, mesmo que seja para pensar a indistinção ou mescla posterior entre elas. Daí a necessidade de reconstrução do conceito de sociedade civil, de maneira que possa responder às críticas provenientes da tradição sociológica e dar conta das questões colocadas pela nova realidade.

O ponto de partida é a separação habermasiana entre sistema e mundo da vida, abrangendo o primeiro dois subsistemas, mercado e Estado. No mundo da vida localizar-se-iam aquelas instituições responsáveis pela reprodução da cultura, da sociedade e da personalidade, instituições cujo conjunto constituiria, na leitura de Cohen e Arato, a sociedade civil. Nos dois primeiros subsistemas imperaria a lógica particular dos meios reitores de cada um: dinheiro e poder. A sociedade civil seria regida pelo princípio da solidariedade, e nela vigoraria o imperativo da comunicação livre de distorções. Neste modelo, a sociedade civil é percebida como constantemente ameaçada pela invasão dos dois subsistemas, dotados de tendência imanente a transbordar suas fronteiras e colonizar esferas pertencentes à sociedade civil. As instituições integrantes desta última encontrar-se-iam

em constante defensiva contra a intrusão de poder e dinheiro, contra a instalação e generalização de procedimentos que redundem em monetarização e burocratização.

Necessário é assinalar que o modelo carrega um projeto de utopia radicalmente distinto daqueles característicos do período anterior à revolução científica e tecnológica e à aceleração sem precedentes do processo de globalização. As utopias características do mundo estruturado pela categoria trabalho tem como traço comum o objetivo da indiferenciação entre as esferas. Trata-se da extinção de Estado e mercado, de forma seqüencial ou simultânea, conforme as variantes comunista e anarquista, para obtenção de uma totalidade indiferenciada, sem mediações entre indivíduo e coletividade. A utopia reiterada por Cohen e Arato, na esteira de Habermas, consiste, pelo contrário, na manutenção ciosa dos limites entre as esferas. Assume-se explicitamente que necessitamos do mercado para a provisão de bens na quantidade e qualidade desejadas. Necessitamos também do Estado para a provisão de serviços públicos de maneira eficiente e universal. Precisamos, em consequência, democratizar o funcionamento dessas esferas, sem, contudo, restringir desnecessariamente o funcionamento de seus mecanismos próprios. Há espaço, e é desejável que assim seja, para a ação do dinheiro e do poder. Essa ação, contudo, deve circunscrever-se às esferas em que é eficaz e mesmo — se a preservação e incremento de espaços de liberdade individual é um valor a ser maximizado — insubstituível. Deve, no entanto, ser mantida longe das instituições regidas idealmente pela ação comunicativa. Nesse sentido, a política possível seria, para Cohen e Arato, a de um radicalismo autolimitado, que preservasse, controlando-os, mercado e Estado nos limites desejáveis.

Que nos diz esta abordagem sobre a situação que apresentávamos, da emergência de novos atores sociais, num contexto de globalização cada vez mais intensa? Primeiro, fornece critérios de definição e descrição das ONGs que fogem da imagem, com frequência apologética, que essas organizações apresentam de si. O importante passa a ser a atuação concreta de cada ONG em particular, a esfera em que atua prioritariamente, e não a personalidade jurídica ou a declaração de intenções de distância do governo e do lucro. Nesta perspectiva, a ONG voltada para a colocação no mercado de bens e serviços, de cunho ambientalista ou não, coloca-se na órbita do meio dinheiro, independentemente do que declare a respeito. A literatura recente refere, inclusive, casos de ONGs que não se identificam pela negação do lucro, mas pelo investimento desse lucro em projetos de interesse ambiental.

Crespo (1995), por exemplo, discute o caso de uma ONG que passou a prover o Estado de serviços de educação ambiental, cuja necessidade havia debatido intensamente antes, após constatar sua capacidade de oferecer o serviço a um preço inferior ao apresentado pelas empresas concorrentes.

Analogamente, ONGs que se propõem atuar junto a instâncias decisórias do Estado acabam por constituir grupos de pressão como outros quaisquer, dignos atores do subsistema político, cuja ação é regulada pela lógica do meio poder, ou seja, da barganha informada pela correlação de forças. Supondo que essas entidades tenham iniciado seu percurso com a participação no debate, no esclarecimento, na formação da opinião pública, estaríamos face a casos de migração de entidades de uma esfera para outra.

Que dizer então da proposta de criação e aumento de um espaço destinado às ONGs nas instâncias decisórias estatais, nacionais ou internacionais? da repartição, no fundo, dos estoques de poder entre Estado e ONGs ou, em outras palavras, da dissolução dos limites entre Estado e sociedade civil? Do ponto de vista de uma utopia de diferenciação entre as esferas, o resultado seria negativo. Em vez de suprir o Estado de recursos que lhe faltam, as ONGs cairiam na órbita do meio poder, dividiriam funções com as agências estatais e terminariam por burocratizar-se por completo. Transformar-se-iam em réplicas do Estado e réplicas funcionais, pois não se encontram sujeitas aos mecanismos de representação e controle que constroem o Estado. A questão que se coloca é a da compatibilidade entre a execução de funções estatais e a promoção e participação no debate público a respeito da questão ambiental, tarefa precípua dos agentes da sociedade civil voltados para essa questão. Em outras palavras, até que ponto o deslocamento para uma postura burocrática tolheria a gama de manifestações públicas possíveis por parte das ONGs nessa posição e diminuiria a credibilidade das possibilidades de manifestação restantes?

O risco, no entanto, não reside apenas na burocratização das ONGs e nas perdas decorrentes do ponto de vista do seu desempenho enquanto mecanismos de promoção e divulgação de debates. Proponho refletir sobre outra ordem de perdas possíveis: uma subtração na condição de cidadão, mais especificamente nos seus direitos políticos, considerados tradicionalmente uma das dimensões constitutivas da cidadania (Marshall, 1967). O Estado, nessa linha de argumentação, não é apenas o local da satisfação burocrática, atendendo ao princípio da universalidade, de necessidades sociais. Não é apenas, em suma, o provedor dos chamados direitos sociais. É, também, o espaço dos direitos políticos, no qual cada cidadão tem a possibilidade de

igual interferência, segundo normas válidas para todos, no processo de tomada e implementação de decisões. Nesse caso, a derrubada de limites entre Estado e sociedade civil significa a transferência de processos decisórios de planos institucionais, dotados de uma representatividade potencialmente universal, para planos de representatividade necessariamente restrita, como é o caso das ONGs. Nesta “renúncia” do Estado à decisão, muitas vezes funcional, como vimos, o cidadão teria diminuído o poder de intervenção na decisão de que dispõe, ao menos potencialmente.

A verificar-se a linha de argumentação proposta, estaríamos frente a um caso, não previsto por Cohen e Arato, tampouco por Habermas, de colonização nos dois sentidos. A possibilidade de um processo de colonização não a partir do Estado, mas sobre ele, já aventada em termos teóricos (Souza, 1996), efetivar-se-ia num desenvolvimento desse tipo. A indistinção entre as esferas produziria a interferência indevida do Estado sobre a sociedade civil, mas também a da sociedade civil sobre o Estado. As ONGs pagariam o tributo da burocratização e da perda de eficácia e legitimidade como mecanismos promotores do debate. Minguiaria, em suma, seu capital de confiabilidade. No âmbito do Estado, a perda recai sobre o cidadão, que vê o espaço no qual pode interferir por meio do voto restringir-se a cada retirada da ação estatal em favor das ONGs. A sociedade civil não supriria o Estado nas suas deficiências, mas, ao assumir parte de suas funções, provocaria um déficit de cidadania.

Lembro que nosso senso comum se rebela contra as hipóteses de indistinção entre as demais esferas. Tendemos a pensar que a interferência da sociedade civil sobre o mercado resultaria em perda de eficiência e favorecimentos não justificáveis. Chamamos a interferência do mercado sobre o Estado de abuso do poder econômico ou, em outros casos, de privatização do Estado. Apenas no caso da relação entre sociedade civil e Estado, não parece estranho, ao menos para parte da opinião pública, que a adição das duas esferas chegue a um resultado positivo: Estado mais legítimo e atuação pública, estatal ou não, mais eficiente.

O problema é, de certa forma, reconhecido por Leis. Sua proposta de complementação da Assembléia Geral da ONU coloca de forma clara que a democracia estaria presente apenas na arena que reúne os Estados nacionais. As demais instâncias decisórias obedeceriam a critérios hierárquicos de formação, como desempenho econômico, científico ou reconhecimento da qualificação e legitimidade dos atores da sociedade civil escolhidos.

Qual o espaço de atuação legítima das ONGs, na perspectiva proposta? Qual sua relação com a esfera da política se lhes vedamos o manuseio do

meio poder? No modelo tripartite reconstruído por Cohen e Arato, caber-lhes-ia a tarefa de produzir, mediante o debate público, decisões consensuais que tracem os limites para atuação do mercado e do Estado. Parece utópico em demasia, mas é forçoso reconhecer que decisões recentes parecem responder a um modelo desse tipo. As decisões relativas à problemática ambiental, tomadas no âmbito da ONU, com toda a sua morosidade e dificuldades de implementação, tendem a expressar consensos produzidos previamente, no espaço da opinião pública, informado vigorosamente pela atuação das ONGs e, particularmente, pela atuação da comunidade científica. A concretizar-se o anunciado banimento dos compostos conhecidos como CFCs, identificados como destruidores da camada de ozônio, estaríamos frente a um caso exemplar de consenso produzido fora dos limites estatais que invade essa esfera, traduzindo-se em norma legal de validade intra- e interestados nacionais. Ao instituir-se, a norma redefine as fronteiras do mercado, ou seja, o espaço permitido de circulação do dinheiro, decretando que toda uma família de mercadorias simplesmente deixa de existir, por considerações independentes da lucratividade eventual dos agentes econômicos envolvidos. Creio ser difícil encontrar exemplo mais eloquente do que este para refletir sobre a possibilidade de consensos produzidos no âmbito da sociedade civil materializarem-se em norma e determinarem limites para a ação legítima de Estado e mercado, dos meios poder e dinheiro.

Referências bibliográficas

- Cohen, J. e Arato, A. (1989) "Politics and the Reconstruction of the Concept of Civil Society", in *Zwischenbetrachtungen Im Prozess der Aufklärung*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag.
- Crespo, S. (1995) "Verdes que amadurecem: os desafios da especialização e da profissionalização das organizações e dos militantes ambientalistas no Brasil". Trabalho apresentado no XIX encontro anual da ANPOCS. Caxambu.
- Leis, H. (1995) "Globalização e democracia. Necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, n.º 28.
- Marshall, T. H. (1967) "Cidadania e classe social", in Marshall, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Offe, C. (1995) *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.
- Souza, J. (1996) *Patologias da modernidade. Um diálogo entre Habermas e Weber*. São Paulo: Anablume.
- Viola, E. (1995) "As dimensões do processo de globalização e a política ambiental". Trabalho apresentado no XIX encontro anual da ANPOCS. Caxambu.

Entretanto, os conceitos e categorias fundamentais assimilados por Euclides estavam marcados por valores ideológicos que refletiam a visão de mundo etnocêntrica dos contextos culturais de origem. Inclusive a incipiente produção científica que se realizava no Brasil reproduzia os horizontes etnocêntricos contidos nos pacotes teóricos importados. Assim é que Euclides aceitava como postulado verdadeiro o ponto de partida de Gumplowicz, que atribua à “luta de raças” o papel de “força motriz da história”, identificando “luta de classe” com “luta de raças”, ou seja, dando continuidade e um novo sentido ao mito marxista da “luta de classes” a fim de justificar a dominação de elites políticas que seriam concomitantemente, como raça, os mais aptos, no sentido darwinista, de “Kampf ums Leben” (luta pela vida).²⁶

A preparação do *Diário de uma Expedição* resultou certamente em uma obra notável, em que a criação literária se baseava na construção científica; em *Os Sertões* verifica-se que a perspectiva científica permeia cada linha e mostra o encantamento romântico de Euclides pelo país e sua paisagem: “A introdução do *espírito científico* na literatura histórica, ‘o colorido romântico’ que ele deu, talvez sem querer, a todas as suas grandes páginas, sintonizando-as com o meio intelectual, a ‘identificação do escritor com a natureza’, cujos acidentes ele estava perfeitamente bem preparado para entender, são parâmetros da grande figura” (grifo nosso)²⁷. Não se poderia negar contudo que, através da influência social-darwinista sobre o pensamento de Euclides, popularizou-se uma série de preconceitos em relação à mestiçagem, preconceitos de fundo autoritário e aristocrático em relação ao próprio povo.²⁸

A MENSAGEM: Autonomia e Consciência Crítica

Não obstante, “Euclides da Cunha devia ser o primeiro, entre nós, a lançar as bases de uma verdadeira alforria intelectual”, segundo Sodré, que acrescentava: “foi o primeiro a colocar em equação os problemas da terra e do homem”.²⁹ Euclides da Cunha foi considerado, com razão, ao lado de Sílvio Romero e Alberto Torres, como um dos “três maiores pensadores que o Brasil possuiu”³⁰. Roquette-Pinto, anteviu providencialmente a importância transcendental de *Os Sertões*, a extraordinária obra de Euclides, “o grande livro nacional; o que *D. Quixote* é para a Espanha ou *Os Lusitânicos* para Portugal; o livro em que a raça encontra a floração das suas qualidades, o espinheiral dos povos”.³¹

Se de um lado não se pode negar a criatividade e o valor de Euclides; é preciso admitir, de outro lado, que *Os Sertões* pressupõem a existência de transformações estruturais profundas da sociedade brasi-

IMPASSES SOCIAIS E POLÍTICOS EM TORNO DE MEIO AMBIENTE

Maristela Bernardo

De início, é interessante esclarecer (até para identificar possíveis vieses) que meu envolvimento com o tema Meio Ambiente e suas correlações não surgiu como preocupação acadêmica, derivada do interesse externo, típico do pesquisador, por um objeto de estudo relevante. Na verdade, talvez até se tenha originado de um olhar de natureza acadêmica, no sentido do impulso para o conhecimento além das aparências, mas, a rigor, a origem das reflexões aqui desenvolvidas está mesmo num produtivo e progressivo desconforto experimentado e em contradições constatadas e vividas nos últimos quinze anos de observação e comprometimento no meio ambientalista, seja com as organizações não-governamentais, seja no espaço de negociação e encontro que se formou no Congresso Nacional — especialmente durante a Assembléia Nacional Constituinte e imediatamente após — em torno dos temas que se abrigam sob o guarda-chuva do rótulo Questão Ambiental.

A procura da Universidade e a transformação formal dessas preocupações num projeto de estudo foram a óbvia decorrência de dúvidas sem solução engajada e, ao mesmo tempo, da intuição do caráter significativo, da riqueza — no geral e nos detalhes — e dos impasses da formação de um campo aparentemente inovador de organização e ação da sociedade, tendo como eixo *sui generis* o ambiente natural.

Motivos existem para pensar a entrada da variável Meio Ambiente no

Maristela Bernardo é consultora do Senado Federal e doutoranda do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

cenário internacional e nacional — sobretudo a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972 — como portadora de indicadores de mudança social. O próprio fato de conferir personalidade política à base física do planeta, de entrar na compreensão das relações sociais pelo foco da posse, uso e degradação dos recursos naturais, abre um fascinante leque de possibilidades explicativas e de interações heterodoxas. E, também, de um quase inesgotável e rápido jogo de luzes e sombras, palco e bastidores, especialmente em função da maneira como o aparato de comunicação de massa digere e potencializa (ou, ao contrário, em certos momentos, subdimensiona) o assunto.

Está-se, assim, lidando com uma complexidade invulgar de relações dinâmicas e com o desafio de penetrar no âmago da suposição, bastante difundida, de que se está diante de algo novo.

Prefiro partir da premissa de que essa suposição é correta e, ao mesmo tempo, não o é. O que, então, é determinante ou, pelo menos, tendencialmente determinante?

Chamam a atenção questões muito instigantes levantadas pela valorização política do meio ambiente. Ela sugere, em primeiro lugar, uma diluição de fronteiras geopolíticas que, se não se contrapõe radicalmente à existência dos Estados nacionais, exige pensar relações diferenciadas, capazes de manejar o *continuum* físico do planeta, inexorável diante de quaisquer barreiras sociais ou econômicas, cadeia de causas e efeitos dramaticamente demonstrada por um evento como Chernobyl ou pelos chamados problemas ecológicos globais (danos à camada de ozônio, redução da biodiversidade, degradação dos oceanos e recursos hídricos em geral, etc.).

Além disso, a agregação em torno do meio ambiente acontece horizontalmente, perpassa classes, faixas etárias, etnias, enfim, cortes de toda ordem, e levaria, em tese, a um tipo de solidariedade e de interesse comum cuja gênese atropelaria a lógica ou lógicas vigentes, de base isolacionista, segmentada e competitiva.

Tais formas de agregação foram estudadas principalmente por Eduardo Viola (1993), por meio do conceito de ambientalismo multissetorial complexo, que cria uma tipologia e, ao mesmo tempo, propõe uma metodologia para pensar as inúmeras possibilidades de troca e superposição entre os tipos.

Pensar as relações diferenciadas (e se elas são, de fato, novas) aqui citadas remete, por sua vez, a um claro problema de governabilidade nacional e global (também objeto por excelência dos estudos de Viola),

discussão central e essencial que transcende uma abordagem meramente ambientalista. O complicador é que, em certa medida, essa discussão e outras, muito férteis, são esvaziadas na esteira da forte banalização do conceito de “desenvolvimento sustentável”, supostamente capaz de operar e ordenar o conjunto de interações compatível com a unção do meio ambiente como um eixo fundamental de organização da sociedade.

Vários caminhos podem ser tomados para se tentar entender melhor o cruzamento meio ambiente/sociedade. Um deles implica recuperar e analisar o peso das origens daquele que é hoje o discurso ambientalista predominante e que está na raiz da institucionalização rápida e intensa do tema nas duas últimas décadas. Refiro-me não a origens remotas mas a um marco inegável, que é a elaboração e divulgação, em 1987, do documento “Nosso Futuro Comum”, como é mais conhecido o Relatório da comissão especial criada pela Assembléia Geral da ONU para, sob a presidência da então primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland, propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável, em nível mundial, por volta do ano 2000 e daí em diante. O documento também é conhecido como Relatório Brundtland.

O modelo de diagnóstico e de análise nele firmados reproduziu-se vigorosamente desde a sua divulgação e criou uma espécie de linhagem de trato com as questões ambientais que são sem dúvida, juntamente com suas derivações, as mais importantes nas duas últimas décadas. A Constituição brasileira, por exemplo, nos seus dispositivos ambientais, filia-se diretamente ao Relatório Brundtland e foi seu produto normativo mais imediato e bem-sucedido, servindo de modelo para outros países.

Uma das principais contribuições do Relatório foi ter formulado claramente a interação meio ambiente/estrutura social e econômica como eixo para a compreensão do processo de desenvolvimento e para a construção de alternativas. Outra contribuição significativa foi ter estabelecido a definição de “desenvolvimento sustentável” que é usada até hoje como referência maior para o conceito, a despeito de ele ter sido apropriado e retocado pelos mais diferentes setores e interesses com uma volúpia inusitada.

Para “Nosso Futuro Comum”, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas. Parece simplista, mas afirma termos importantes para o entendimento da questão ambiental. Coloca em destaque idéias como a de que o desenvolvimento lida com um patrimônio comum, a de que esse patrimônio não é infinito e a de que a perspectiva do

desenvolvimento deve ser intergeracional, ou seja, atribui hoje direitos a gerações que ainda não existem e, com isso, enfatiza a primazia do longo prazo, da “sustentabilidade” como pré-requisito, sobretudo, para as ações dos agentes econômicos. O que é certamente estranho à dinâmica central — do mercado — do estilo de desenvolvimento vigente.

O texto forneceu bases para compreensão ampliada — depois desdobra da ideologicamente —, não apenas naturalista da questão ambiental, na medida em que descreve o “desenvolvimento sustentável” como um processo de mudança, na busca da harmonia entre necessidades atuais e futuras, no qual o tipo de exploração dos recursos naturais é uma variável ao lado de outras, incluindo aí a mudança institucional. Apontou, ainda, como elementos críticos do atual estilo de desenvolvimento, a desigualdade entre indivíduos e nações e empecilhos originados nos sistemas políticos.

Quanto a diretrizes de políticas, “Nosso Futuro Comum” alinha acesso mais justo a recursos, aprimoramento humano por meio da educação, planejamento familiar, reforço às culturas dos povos tradicionais — nesse caso, com a ressalva realista: “onde ainda existirem” —, segurança alimentar, contenção da destruição da diversidade biológica, reforma do padrão industrial (para produzir mais com menos), solução para a crise urbana do mundo em desenvolvimento.

Talvez até pela impotência diante da complexidade que tais diretrizes evocam (pois, no limite, significam a procura do “bom capitalismo”), o documento enfatiza o caminho dos projetos comunitários de elevação da qualidade de vida, nicho onde se fortaleceram as correntes mais independentes do ambientalismo, de sólida inserção comunitária, mas menos visíveis e pouco influentes do ponto de vista do processo de tomada de decisão.

Uma avaliação conjunta do diagnóstico e das diretrizes apresentados em “Nosso Futuro Comum” leva a vê-lo como manifesto essencialmente ético, que passa ao largo das dificuldades estruturais implícitas na realização de sua proposta. Poderia mesmo ser considerado a formulação inicial de uma Utopia liberal de justiça social e ambiental, dentro dos cânones de uma sociedade regida pelo mercado.

A observação dos usos do conceito de “desenvolvimento sustentável” mostra a pertinência dessa afirmação. O próprio mercado “mercantiliza” vigorosamente suas recém-descobertas imanências éticas de fundo ambiental. A realidade pós- Relatório Brundtland — ou seja, os rumos tomados pela chamada questão ambiental desde meados dos anos 80 — mostra essa

grande força do mercado que, de réu, passou a maior detentor de iniciativas nesse campo, a ponto de fazer com que, objetivamente, “desenvolvimento sustentável” seja identificado mais com seus interesses do que com quaisquer outros.

A questão ambiental, assim, cada vez mais se reduziria à gestão ambiental, uma relação normativa e empreendedora entre agentes privados e poder público, dentro de um quadro de mudança tecnológica de razões mais endógenas do que paradigmáticas.

A consequência perturbadora desse raciocínio é que, se ele não nega, no mínimo leva a questionar a existência de uma nova esfera pública e novas institucionalidades advindas do fator meio ambiente. Como vimos, porém, há na temática ambiental, *lato sensu*, elementos potencialmente inovadores da dinâmica social. São elementos comuns aos movimentos sociais novos que, como explica Hobsbawm (1995), baseiam-se numa análise especializada da organização social e na demanda por direitos que misturam expectativas específicas e incursões em propostas de mudanças na sociedade humana como um todo. Viola (1987) tratou dos movimentos ecológicos e pacifistas como um ponto de inflexão na história da mobilização social e da ação coletiva.

O ambientalismo, uma denominação pragmática que acabou suplantando o *ecologismo* e designando o espectro de percepções e ações vinculadas a Meio Ambiente, deve ser objeto de uma análise própria, pois, dadas as suas possibilidades interativas e as características de suas demandas, aqui em parte tratadas, como nenhum outro transcende segmentos e leva necessariamente à trama, à complexidade, à diversidade, ao universal.

Seria, nesse sentido, solo fértil para a emergência de novos atores sociais. A história recente aparentemente mostra isso, por meio do fenômeno das Organizações Não-Governamentais. Embora configurem forma de organização/ação identificada hoje com a maioria das manifestações oriundas da sociedade, consagraram-se inicialmente como supostas portadoras de inovação política e de mudança social, no quadro ambientalista.

As ONGs ambientalistas são entendidas aqui não só no seu sentido estrito, mas considerando também o seu cruzamento com o que existe de generalizável em outras causas específicas. Trata-se de um cuidado necessário, principalmente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, quando foi intensa a intermigração entre ambientalismo e outros movimentos e tendências, principalmente aqueles que, generalizando, poderiam ser identificados com o

pensamento socialista. Essa simbiose, com todos os seus problemas de atração e rejeição simultâneas, explica em boa parte a predominância do que hoje se conhece por socioambientalismo.

Chega-se, assim, ao núcleo central do que se poderia ainda chamar de questão ambiental: um impasse político ou, melhor dizendo, uma forma peculiar pela qual se dá o amadurecimento, como questão política, da análise ambiental do mundo, das propostas que gerou e dos caminhos que efetivamente percorreu, transcendendo seu caráter especificamente ambiental. Isso equivale a trazer à tona a premência de qualificar a apreensão dessa temática por parte da sociedade civil. Trata-se de tarefa complexa que não conduz, neste momento, a qualquer resposta, mas permite levantar tópicos relevantes e polêmicos.

São pontos que poderiam ser definidos como constatações desconcertantes à procura de explicações. O exercício aqui feito (baseado especialmente na observação do caso brasileiro) é uma tentativa de iluminar alguns desses pontos e de ultrapassar as ilusões de intelecção provocadas por suas aparências.

1. Se o “desenvolvimento sustentável” pode efetivamente ser visto como a marca registrada de uma Utopia liberal, como foi dito — o que permitiria circunscrevê-lo como simples adequação tecnológica no manejo de uma situação estruturalmente dada —, quais são os atores decisivos para operá-lo?

Mais uma vez, a observação mostra enormes contradições. Ainda que o consideremos domínio prioritário das forças do mercado, que o estariam moldando decisivamente, também o desenvolvimento do ambientalismo multissetorial complexo, de que fala Viola, impõe seus termos e torna imperativa a assunção de discursos, práticas e alianças que extrapolam as possibilidades de absorção daquela lógica dominante, ou, pelo menos, de uma absorção completa. Suas contradições acabam por desarrumar o que parece ser a tendência monolítica, pois vão além do puramente formal.

Da mesma maneira que o mercado tem que lidar com tais contradições, também o Estado, o outro grande personagem, é levado a gerir restritivamente a demanda ambiental, refletindo seus compromissos concretos e históricos, porém sem abrir mão do discurso que, no imaginário social, é coerente com os múltiplos valores — do espiritual ao paisagístico — e com a expectativa de qualidade de vida implícitos na proteção ambiental.

2. Se as ONGs são vistas como portadoras daqueles valores e se auto-propõem como representantes da sociedade civil na construção dos meca-

nismos — especialmente os institucionais e políticos — para sua realização, elas são indispensáveis, tanto ao mercado quanto ao Estado, como fonte de legitimação, como atestado de inovação para procedimentos que, na verdade, não trazem inovação, na medida em que dependem, estruturalmente, da manutenção do bloqueio tradicional dos espaços públicos onde se forjaria uma inovação real.

Cabe às ONGs, assim, a mais profunda das contradições inerentes à situação descrita: dependem, para sobreviver, da presunção do novo e da independência sobre suas ações, mas enredam-se em procedimentos políticos geradores e multiplicadores das fontes de poder do “desenvolvimento insustentável”.

3. A observação anterior não pode ser tomada como avaliação absoluta, pois reconhece que há várias direções simultâneas, inclusive aquela que ainda é uma incógnita política e que está ligada à ação das ONGs ambientalistas comunitárias, de base. Se, de um lado, parecem ser limitadas pelo horizonte de problemas muito tópicos e paroquiais e que envolvem interseção de pequenos poderes locais, por outro, podem estar gerando um efeito, não dimensionado, na formação da cidadania, ampliando-a ao lhe injetar as inquietações ambientais.

Voltando, porém, ao universo das ONGs que explicitamente “fazem política” — negociam e trocam na arena dos grandes poderes inseridos na modernidade globalizada —, o que se procura, aqui, é fazer uma incisão à procura da sua lógica decisiva, não da única. O tipo de interação que se verifica entre Estado, mercado e “sociedade civil”/ONGs (o termo *sociedade civil* entre aspas porque tomado na acepção difusa, adaptada a como as ONGs parecem se ver: representantes do todo social, com legitimidade para falar, julgar e decidir em nome dele, de maneira atemporal e sem a existência de mecanismos formais de aferição dessas representatividade e legitimidade) parece ser significativo o bastante para justificar a atenção e a dissecação. Especialmente porque, o que é curioso, mesmo que seja elevado o grau de atração dessas entidades pelas duas órbitas citadas (Estado e mercado), ainda assim permanecem beneficiárias das expectativas fluidas de mudança existentes na sociedade. É claro que podem ser procuradas explicações numa possível caducidade dos mecanismos tradicionais da representação democrática, na força da intermediação da mídia para “criar” e manter *clones* de inovação social, etc. Mas nenhuma dessas explicações é em si suficiente. De qualquer maneira, essa procura parece apontar insistentemente para a força de estratégias discursivas.

4. A provável existência de um pacto não expresso na ocupação tradicional, oculta sob o discurso “novo”, do espaço público que seria, virtualmente, o da mudança social, levaria também a duvidar da existência, *stricto sensu*, de novos atores, o que não quer dizer que se está perante mera maquiagem ou farsa. Ao contrário, não há maniqueísmos possíveis. O que se quer afirmar é que é verificável, aí sim, uma situação de manipulação maniqueísta ao se afirmar que, no âmbito da emergência política do meio ambiente, estão em ação novos atores.

Talvez fosse mais apropriado falar de híbridos, mas deve-se reconhecer que, dadas as lacunas de representatividade e as relações de dependência constatáveis (entre ONGs, Estado e mercado), há um sensível desequilíbrio, apontando para uma configuração mais próxima de velhos atores sociais — que talvez pudessem ser adequadamente analisados à luz de conceitos consagrados, a exemplo da formação de elites — do que da prevalência da inovação, pois esta implicaria um espaço político diferenciado, o que não se pode dizer que exista, a rigor, na situação aqui comentada.

Um indício interessante, a esse respeito, pode ser a rapidez com que práticas relacionadas, justamente, à inovação política — tais como todas aquelas identificadas com participação, construção de consenso, parceria, decisões colegiadas, etc. — são mediática e praticamente esvaziadas do novo e passam rapidamente a descrever, em boa parte, maneirismos e lutas tradicionais pelo poder.

5. Os tópicos anteriores deságuam no tema, anteriormente citado, da governabilidade global. Admitindo-se que o atual desenho geopolítico do mundo, baseado em Estados nacionais e instituições inter- e extranacionais, carrega fundas incompatibilidades com as necessidades de instituições capazes de gerir os problemas e as soluções ambientais, não se pode deixar de projetar desdobramentos das propostas de governo global, levando-se em conta as questões levantadas, relativas à reciclagem de práticas sociais e políticas tradicionais, à sombra da “novidade” ambiental.

Assim, é lícito pensar um cenário no qual os atuais mecanismos da democracia representativa sejam descartados para dar lugar a outros, mais restritivos e autoritários, porém capazes de manter sob controle a variável do equilíbrio ambiental. Em outro cenário, trabalhado por autores como Viola e Hector Leis (1993), o autoritarismo discricionário não se coloca, pois projeta-se como solução um sistema meritocrático de base ética. O problema da proposta é que ela imediatamente suscita a pergunta sobre a

fonte material de aferição do mérito, o que suporia precondições de governabilidade praticamente inatingíveis e novos atores — de fato — distanciados das atuais fontes de poder que, provavelmente, seriam também as fontes de atribuição de “mérito”.

As questões aqui levantadas quanto ao perfil das ONGs também justificam os reparos acima feitos à solução meritocrática, pois a observação da realidade permite indicar como provável que tal solução caminhasse para uma radical separação entre meritocracia e sociedade, a ponto de levar a uma reversão ao primeiro cenário, o autoritário.

A governabilidade global pode ser pensada, ao contrário de soluções restritivas, como solução ampliadora, a partir do aprofundamento dos mecanismos próprios da democracia, de maneira a dar operacionalidade à diversidade e superar os entraves colocados pela atual partição de poder internacional entre os Estados nacionais, no que diz respeito à implementação de medidas destinadas a manter ou recuperar o equilíbrio mundial, que envolvam a relativização das fronteiras artificiais.

6. O edifício da questão ambiental ergue-se sobre a presumida existência de um direito ambiental, individual e coletivo, com vida própria, reconhecido, construído e tornado irreversível nos últimos vinte anos, com um caráter nunca antes formulado com a mesma amplitude e profundidade.

O entrelaçamento progressivo da demanda ambiental com as demandas sociais clássicas, os direitos de segunda geração, também parece ser uma tendência majoritária forte, manifesta até mesmo pela consagração da mudança da denominação ambientalismo para socioambientalismo.

Essa junção é concomitante com a quebra paulatina de resistências dos movimentos sociais clássicos em relação à proteção ambiental. Mas essa quebra não se dá, ao que tudo indica, de maneira linear. Há idas e voltas em torno daquele que aparece como impedimento para a fusão perfeita de interesses: a proteção ambiental limita e limitará sempre a ocupação humana motivada pelas carências de curtíssimo prazo. A compreensão dos ganhos dessa proteção implica a aceitação do longo prazo ou, pelo menos, do médio prazo. E ambos quase sempre ultrapassam as bordas da sobrevivência física das populações envolvidas, ainda que tal sobrevivência possa também ser inviabilizada pela degradação ambiental. O que ocorre é um *gap* de percepção, muitas vezes insuperável, visto que estão em ação macrovariáveis políticas que instrumentalizam o sentido da proteção ambiental, adaptando-a e injetando-lhe, contraditoriamente, coerência com o grau de degradação ambiental indispensável a manter o atual equilíbrio de forças.

O meio ambiente, nessa perspectiva, subsistiria mais como parte integrante de outras demandas — tais como saúde e habitação — do que como direito novo com autonomia para sugerir uma redefinição de todo o arranjo social.

Referências bibliográficas

- Câmara dos Deputados/Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (1994) *Diretrizes de Ação para o Meio Ambiente no Brasil* (relatório final de seminário). Brasília: Gráfica do Senado Federal.
- Cavalcanti, Clóvis (1995) (org.). *Desenvolvimento e natureza*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas.
- Hobsbawm, Eric. (1995) *A Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Leis, Hector R. (1995) “Globalização e democracia: necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 28, junho.
- Porter, G. e Brown, J. (1991) *Global Environmental Politics*. Boulder: Westview Press.
- Viola, Eduardo J. *A expansão do ambientalismo multissetorial e a globalização da ordem mundial, 1985-1992*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, série Documento de Trabalho n.º 16.
- Viola, E. J. e Leis, H. R. (1992) “A evolução das políticas ambientais no Brasil”, in *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____ (1993) *O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável*”. (mimeo).

RESENHAS

PELA MÃO DE ALICE

de
Boaventura de Souza Santos
por
Caetano Ernesto Pereira de Araújo

As onze teses que Boaventura de Souza Santos apresenta neste pequeno ensaio são de particular interesse para os estudiosos brasileiros que, nos diversos campos de conhecimento, trabalham o problema das especificidades culturais do país e o de sua transmutação, nos diferentes planos discursivos, em tentativas de construção/apreensão do que constituiria o cerne de uma identidade nacional. Pretendo sumariar, nesta resenha, as colocações do autor, debatendo, em primeiro lugar, suas contribuições explícitas para o debate análogo que se trava entre nós e, num segundo momento, aquelas, não menos relevantes, que o texto apenas indica e não discute.

Santos afirma primeiramente a inteligibilidade de Portugal. Ou seja, a palavra, no caso, expressa e encobre um objeto passível de conhecimento e não apenas o suporte para o discurso mítico e arbitrário produzido historicamente por suas elites culturais. A ciência social, no seu sentido amplo, pode e deve trabalhar a questão, determinando a especificidade do país no conjunto do sistema mundial. Nas palavras do autor, a “unicidade dos diferentes países reside tão-só no modo diferente e específico como cada um se integra no sistema mundial”. A especificidade implica, portanto, o reconhecimento não só da diferença própria a cada um, mas também o das

Boaventura de Souza Santos (1995) “Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal”, in *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora.

Caetano E. P. Araújo é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Revista *Sociedade e Estado*, volume XI, n.º 1, Jan./Jun. 1996

semelhanças existentes, semelhanças que circunscrevem a diferença e lhe dão sentido. Para esta tarefa, apenas a ciência social disporia de ferramentas adequadas, o que explicaria o fracasso das tentativas realizadas a partir da perspectiva psicanalítica.

Sob esse ponto de vista, Portugal é caracterizado como uma sociedade de desenvolvimento intermédio. Os diferentes indicadores sociais que apresenta o colocam ora no chamado Primeiro Mundo, ora no Terceiro. A posição do país no sistema mundial foi profundamente alterada pelo fim do que Santos chama “processo de desterritorialização colonial” e o início de outro, de reterritorialização, marcado pela integração europeia e pela emigração portuguesa. A partir dessa posição dinâmica, porém objetiva, desenvolve-se uma negociação de sentido, no plano internacional, que, ao fim das contas, determinará o que efetivamente vem a ser Portugal.

Nesse quadro cabe uma tarefa importante às ciências sociais: devem produzir o conhecimento sobre o específico do país e deslocar o discurso mítico tradicional sobre o caráter português e o destino de Portugal. A ciência deveria produzir o conhecimento e levá-lo ao senso comum, a fim de construir uma identidade nacional mais “realista”, capaz de melhor aproveitar as oportunidades de negociação no âmbito mundial. O momento seria particularmente propício para tanto, uma vez que, na pós-modernidade, elementos pré-modernos, numerosos e importantes em Portugal, são passíveis de recodificação e, nessa condição, podem ser apropriados como vantagem na competição pela promoção para as posições centrais do sistema mundial.

Portugal poderia, nesse último caso, seguir os passos da Itália, e agora da Espanha, rumo ao centro. Do contrário, acomodar-se-ia na situação atual, de periferia da Europa, recebendo o parque industrial obsoleto dos países centrais, na companhia da Grécia e da Irlanda.

Isto, em linhas gerais, é o que o texto afirma. Antes de comentá-lo, é interessante resumir, de certa forma, as entrelinhas do texto, ou seja, o que é dito, mas, dado como natural e evidente por si, não merece o comentário do autor e aparece como curioso para nós, leitores brasileiros.

Em primeiro lugar, é apresentada uma síntese dos lugares-comuns mais recorrentes dos portugueses sobre si. Produzidos por uma elite distanciada do povo, assimilados desigualmente pela população, o fato é que demonstram alguma força, seja pela persistência, seja pela confirmação do olhar estrangeiro, principalmente espanhol. Para nós, brasileiros, treinados por mais de um século de debate sobre o nosso caráter nacional, debate sintetizado sucessivamente, nas três últimas décadas, pela obras de Dante Moreira

Leite, Carlos Guilherme Mota e Renato Ortiz, transparece, de imediato, a identidade dos traços levantados, lá e cá.

Passamos a saber, por exemplo, que Portugal é visto como exótico pelos demais países europeus. Que a elite portuguesa manifesta predileção pela forma literária e aversão pelas ciências aplicadas e produz, alternadamente, imagens ufanistas e depreciativas do país. Que no quadro arquetípico do português, vivo no senso comum, ocupam lugar importante a brandura dos costumes, a solidariedade e a cordialidade. Que entre eles é corrente “sobrepor a simpatia humana às prescrições gerais da lei” e, conseqüentemente, o pedido e a concessão de favores para acesso a serviços públicos, a fuga de deveres também públicos e a obtenção de condições vantajosas mesmo em transações privadas são fatos cotidianos. Que lá o homem é visto mais como pessoa do que como indivíduo, já em obra de 1924, e que as dicotomias que estão na base do Estado moderno, tais como Estado/sociedade civil, oficial/não oficial, formal/informal, público/privado, funcionam de maneira peculiar, “com dificuldades”, como diz o autor. Finalmente, que é corriqueira a existência de normas legais inaplicadas, de regulamentos à Constituição, o que configuraria uma situação de “carnavalização da política”.

Não é necessário explicitar a contraparte brasileira a todas essas colocações, do mandamento do exotismo à lei da transgressão. Encontram-se também no nosso senso comum e, detectadas e enfrentadas, em inúmeras obras de historiadores, sociólogos, críticos literários, antropólogos e psicanalistas, de Sérgio Buarque de Holanda a Roberto Da Matta, para não falar da longa tradição do olhar estrangeiro sobre o Brasil. O mais curioso é que essa similitude não é consciente de nossa parte, pois preferimos destacar nossa especificidade inclusive em relação aos portugueses. No entanto, é demasiado evidente para ser negada. Percebemo-nos, em geral, como eles se percebem. Saramago teve, portanto, razões de sobra para afirmar que não passamos de portugueses inconformados.

Em segundo lugar, chamam a atenção as razões que o discurso tradicional português invoca para explicar esses traços de caráter. Apela-se, nesse plano, à confluência de elementos étnicos (celtas, latinos e germânicos) ou geográficos. Tudo muito similar ao nosso cadinho das três, obviamente outras, raças tristes e ao nosso determinismo continental, com a oposição litoral-sertão. Mesmo a explicação sociológica, iniciada por Santos, não consegue esconder suas deficiências, quando confrontada com seu espelho d'além-mar: o caráter rural da sociedade portuguesa, principalmente a onipresença do minifúndio, responderia por grande parte dos traços levan-

tados pelo discurso mítico. Na nossa lógica simétrica, os mesmos traços são vinculados aos quatro séculos de latifúndio e ao passado escravagista, — em suma, à *plantation*, ainda presente entre nós.

Retornamos, com isto, à discussão das postulações explícitas do autor. A unicidade de um país depende certamente de uma negociação de sentido de âmbito transnacional, informada pela posição relativa de cada país no sistema mundial. Esta posição apenas não é, no entanto, base suficiente para essa negociação. Além da posição pontual a cada conjuntura, da perspectiva que podemos chamar sincrônica, a negociação de sentido se nutre da história de cada parte, da diacronia. De não ser assim, poderíamos esperar uma mudança radical, recente, na autopercepção dos italianos em virtude da sua promoção ao centro. Não só essa mudança parece inexistir, como, ao que tudo indica, os italianos atribuem sua promoção ao bom aproveitamento, numa nova situação, de características nacionais preexistentes. Ali, na verdade, teria sido aplicada a receita que Santos recomenda a Portugal: recodificação pós-moderna de elementos de sociabilidade e cultura tradicionais para a criação de vantagens comparativas na competição internacional.

A introdução da perspectiva diacrônica permitiria ao autor atenuar a ênfase estrutural-funcionalista de algumas das suas afirmações. Atribuir a persistência de padrões de solidariedade tradicional, fundados em redes de amizade e parentesco, por exemplo, ao vácuo produzido pelo fracasso do Estado português em prover os direitos sociais a todo cidadão é, para dizer o mínimo, um tanto exagerado. Permitiria também pensar esse conjunto de traços, percebido e tematizado por portugueses e estrangeiros, em relação com as especificidades da história de Portugal. Há relação entre a constituição precoce do Estado nacional, num contexto europeu, e a articulação peculiar entre as esferas do público e do privado? E, persistindo nas indagações, quais as razões sociais do transplante exitoso desse padrão específico (pessoa-indivíduo, público-privado, norma-transgressão) em nossas terras americanas? Pois, ao que o texto de Boaventura Santos indica, Portugal teve sucesso em implantar no Brasil os parâmetros socioculturais que viriam a englobar, primeiro, indígenas e africanos, depois, imigrantes de todas as procedências, produzindo um tipo específico de cidadão, ligado por semelhanças também evidentes às demais variantes ocidentais, mas dotado, contudo, de diferenças também evidentes. Essas diferenças são, como bem assinala o autor, objeto passível de conhecimento, elaboração e negociação, bem como fundamento possível para uma inserção mais favorável no sistema mundial.

ESTADO E ECONOMIA NO CAPITALISMO

de
Adam Przeworski
por
Aldo Antonio de Azevedo

No sentido de compreender as teorias subjacentes à grande tensão sociológica entre Estado e mercado, são elucidativas as contribuições teóricas de Przeworski na obra *Estado e economia no capitalismo*. O fio condutor da análise do autor consiste na compreensão do capitalismo enquanto sistema em que recursos escassos são apropriados privadamente ou alocados para usos diversos e distribuídos para dois grandes consumidores, o Estado e o mercado. O primeiro, atuando através do seu poder regulatório associado aos proprietários dos recursos produtivos. O segundo, como um mecanismo de tomada de decisões por agentes individuais acerca dos recursos que são desigualmente distribuídos.

Entre o rol de questões que acompanham a convivência entre Estados e mercados, o autor evidencia três posições teóricas básicas: a) os Estados respondem às preferências dos cidadãos; b) os Estados procuram realizar seus próprios objetivos e, finalmente, c) os Estados agem segundo o interesse dos que possuem riqueza produtiva.

A primeira posição traduz o governo como um perfeito agente público. Os políticos estão a serviço do povo, ofertando políticas que são coletiva-

Przeworski, Adam (1995) *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. Trad: Argelina Cheilub Figueiredo e Pedro Zahluth Bastos.

Aldo Antonio de Azevedo é doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília.

Revista *Sociedade e Estado*, volume XI, n.º 1, Jan./Jun. 1996

mente preferidas pelos cidadãos e, uma vez nos cargos que ocupam, procuram implantar essas políticas. Na segunda, o Estado é visto como uma instituição autônoma em relação à sociedade. Desse modo, governa em benefício próprio, traçando e executando políticas que refletem os valores e os interesses dos administradores estatais. Na terceira e última visão, é o capital quem governa. Os Estados são de certo modo engolidos pela economia, em especial pelos interesses dos proprietários privados dos recursos produtivos, contra os quais os governos não podem direcionar ações opostas.

Apresentadas, respectivamente, como “O governo do povo”, “O governo do Estado” e “O governo do capital”, as três posições são vistas no seu conteúdo teórico e com práticas determinadas no que se refere à tensão entre Estado e mercado.

Parte I. O governo do povo

A partir da premissa de que as teorias econômicas da democracia explicam as políticas governamentais pelos interesses dos cidadãos, o povo em nome de quem os governos respondem a tais preferências é tipicamente identificado como “indivíduos”, que as revelam por uma variedade de mecanismos que vão do voto nas eleições até o suborno de burocratas.

Nesta relação entre políticas governamentais e preferências dos indivíduos no chamado processo democrático, considerando-se, em especial, uma democracia ideal, o Estado seria um agente perfeito, uma vez que se reduziria aos próprios cidadãos, sendo portanto abstraído da tarefa de intervenção política na economia, que seria inimiga do bem-estar geral.

Neste sentido, os argumentos neoliberais, por exemplo, definem o processo democrático como defeituoso e o Estado como ineficiente, apesar da sua capacidade de intervir na economia. O mercado, por sua vez, constitui um mecanismo superior para a revelação de preferências soberanas, em função de alocar recursos para usos privados, de modo eficiente, sem sofrer alterações pelo voto unânime do povo.

Parte II. O governo do Estado

Várias teorias explicam as políticas governamentais através das preferências dos governantes e pelas características das instituições estatais. De acordo com elas, os dirigentes estatais têm objetivos próprios e, em certas condições institucionais e políticas, são capazes de implantar, com sucesso, políticas orientadas para alcançar esses objetivos, mesmo diante de interesses conflitantes.

No entanto, duas razões ou limitações estruturais fazem frente a essa autonomia: a) os governantes podem ter a capacidade institucional de escolher seus próprios objetivos, mas podem ser impedidos na busca de alguns cursos de ação e, assim, ser incapazes de gerar certos resultados. Daí que os governos, nas suas intervenções econômicas, baseiam-se mais em incentivos do que em ordens; b) uma vez que o Estado adquire a capacidade de intervir na economia, os atores econômicos têm motivos para buscar o controle do Estado.

O fato de os Estados constituírem organizações complexas que possibilitam certas políticas e impedem outras é visto pelo autor como uma limitação institucional.

Assim, a habilidade dos governantes para escolher seus objetivos deve ser distinguida da capacidade das instituições estatais para realizá-los. Para o autor, o que faz o Estado autônomo é a formulação das suas próprias metas e a sua conseqüente realização mesmo face à oposição.

As respostas para a autonomia do Estado, nas relações de classe, são explicadas por dois enfoques marxistas: a) a teoria da abdicação/abstenção, na qual a burguesia é capaz de governar diretamente, mas acha melhor não fazê-lo. Esta teoria foi recentemente reconstruída por Elster; b) a teoria da burguesia fraca, onde a autonomia do Estado se justifica pela ausência da burguesia, principalmente nos países menos desenvolvidos. Esta é vista por Przeworski como demonstrando certa fragilidade.

Parte III. O governo do capital

Tomando como ponto de partida as análises marxistas, Przeworski entende que a propriedade privada da riqueza produtiva restringe todos os governos de maneira tal que nenhum deles pode agir contra os interesses do capital. Nessas condições, a reprodução do capitalismo não requer intervenções do Estado nos ciclos particulares de produção. Quando assume a tarefa de gerenciamento da economia, o Estado fica permeado por interesses externos. Em vez de uma instituição autônoma devotada a valores universalistas, ele se torna uma arena para os conflitos entre os mais diversos interesses. O mercado, por sua vez, é uma instituição que se autolegitima porque os indivíduos se confrontam uns com os outros como num mecanismo impessoal — eles podem ver seus sucessos e fracassos apenas em termos do seu próprio desempenho ou, no máximo, da sua sorte. Porém, afirma o autor que não vimos ainda um caso em que o capitalismo tenha fracassado em desempenhar suas funções, embora a maioria das pessoas concordaria em que já vimos Estados fracassarem.

Considerando a questão do conflito de classes e a questão do Estado, são apresentadas três respostas que emergiram nos debates marxistas: a) a teoria da elite no poder, de Miliband, em que as sociedades capitalistas são governadas por uma classe dirigente, as elites econômicas, que formam uma classe dominante também identificada com a elite estatal; b) a teoria da seletividade, que argumenta sobre a incapacidade de os governos tomarem certas decisões, em razão das incongruências na estrutura organizacional de todas as instituições estatais; c) a teoria da dependência estrutural, em que os governantes adotam os mesmos objetivos dos capitalistas e a propriedade privada dos recursos produtivos impõe restrições tão fortes que nenhum governo, independentemente de seus objetivos, pode implementar políticas adversas aos interesses dos capitalistas.

Os argumentos do autor, neste livro, não pretendem ser conclusivos. Cada uma das três posições apresentadas — “O governo do povo”, “O governo do Estado” e “O governo do capital” — tem questões fulcrais que são veiculadas nos debates políticos. Porém, os conflitos daí decorrentes envolvem interesses que não são resolvidos por pontos de vista teóricos. As teorias sustentadoras de que os governos respondem às preferências dos cidadãos deparam-se com o problema de tais preferências poderem, em geral, ser agregadas em forma de diferentes resultados coletivos, o que retira delas qualquer caráter de predição. As teorias defensoras de que os Estados fazem o que seus dirigentes querem, fracassam em sustentar a inevitabilidade da autonomia do Estado. E, finalmente, as teorias que argumentam que a propriedade privada restringe todos os governos, de maneira tal que nenhum deles possa se insurgir contra os interesses do capital, encontram dificuldades em especificar os mecanismos que tornam efetivos esses constrangimentos.

Enfim, para responder às indagações relativas às preferências individuais, à autonomia estatal e à alocação de recursos escassos nas sociedades, o autor sugere a necessidade da construção de um processo democrático maduro.

AS REGRAS DA ARTE

de
Pierre Bourdieu
por
Irllys Alencar F. Barreira

A análise científica destrói a especificidade da obra literária, a começar pelo prazer estético?

Essa é a questão inicial que fundamenta opiniões já elaboradas sobre a incompatibilidade entre os domínios da arte e da ciência. Retomando o tema por outro ângulo, Bourdieu considera que, se a obra de arte é um desafio, a análise das condições sociais da sua produção e reprodução intensifica a experiência literária, tornando a análise científica o seu mais rico alimento.

Há, no entanto, especificidade na forma literária de falar sobre o real. De início, tanto a expressão literária quanto a científica baseiam-se em códigos convencionais e esquemas classificatórios que foram historicamente construídos. Mesmo assim, a estrutura social no espaço da obra literária só se revela parcialmente. Através do recurso a histórias concretas, exemplos ou “pedaços de tecido”, para usar uma expressão do autor, a obra literária cumpre sua função de falar da sociedade através de metáforas.

Assim, a obra literária, tal qual alquimia, opera como um eufemismo, espécie de dissimulação do autor e da realidade enunciada. E é por esse motivo que a leitura sociológica “rompe o charme”, colocando em suspense a cumplicidade que une autor com relação à denegação da realidade expressa no texto (p. 60-1).

Pierre Bourdieu (1992) *Les règles de l'art — genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Du Seuil, 480p. Edição brasileira: *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Irllys Alencar F. Barreira é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

Não por acaso, as reflexões iniciais de Bourdieu vão no sentido de buscar uma espécie de “legitimidade sociológica” para interpretar a obra de Flaubert, *l'Éducation sentimentale*, que serve de ponto essencial de referência a discussões sobre o campo da produção literária.

As idéias de Bourdieu são desmitificadoras de uma série de preceitos construídos no campo intelectual francês que, de um lado, consagrou a explicação da criação artística ou literária a partir das “necessidades sociais históricas” e, de outro, enfatizou a força do projeto individual criador.

Um dos exemplos encontra-se na compreensão de Sartre do escritor como criador que, segundo Bourdieu, embora possua o mérito da ruptura com as determinações reducionistas do sujeito, termina omitindo a posição do escritor no interior do campo do poder. Outro exemplo, que também constitui ponto de crítica, refere-se à concepção de Michel Foucault sobre as obras culturais, que Bourdieu considera “uma das formulações mais rigorosas”, não obstante a omissão do papel dos agentes e seus interesses mediados pela violência simbólica.

Em síntese, a polêmica desenvolvida por Bourdieu referente às formas de produção simbólica fundamenta-se na crítica ao estruturalismo, já explicitada desde o livro *Ce que parler veut dire*. Nesta obra, o autor desenvolve a idéia da linguagem submetida a conflitos simbólicos oriundos de suas condições sociais de produção e reprodução, que não se explicam a partir da estrutura interna da linguagem como colocava Saussure. Nessa perspectiva, a instituição da linguagem autorizada representa a desmitificação de outras formas de expressão não reconhecidas, a exemplo dos dialetos.

No livro *Les règles de l'art*, a percepção da obra literária ou artística repousa no mesmo princípio da luta simbólica em torno da definição da arte legítima, fruto de uma dinâmica histórica na qual se constitui a autonomia do campo cultural.

Na segunda parte do livro, onde o autor enuncia os fundamentos de uma ciência das obras artísticas e literárias, encontra-se uma discussão aprofundada sobre a dimensão metodológica. “Reintroduzir o campo da produção cultural como universo social autônomo é escapar à redução que é operada em todas as formas, mais ou menos refinadas, da teoria do reflexo que subjaz às análises marxistas das obras culturais e, em particular, àquelas de Lukacs, Goldmann, que jamais são enunciadas completamente, talvez porque não resistam à prova da explicitação” (p. 284).

Na realidade, o pensamento desmitificador que propõe Bourdieu ancora-se na crítica tanto ao senso comum quanto a postulados científicos

construídos a respeito da compreensão da obra literária. Suas idéias estão em franca oposição à visão da arte como atividade desinteressada e livre, à visão do artista como ser genial ou à visão da obra como entidade independente.

As idéias sobre a produção de bens simbólicos que aparecem no campo artístico ou intelectual, entre outros, são pressupostos já desenvolvidos pelo autor em trabalhos anteriores, mas são melhor sistematizados no livro *Les règles de l'art*. Vale a pena retomar rapidamente certos princípios, que a partir de pesquisas concretas foram amadurecendo ao longo do tempo.

Segundo a perspectiva do autor, as formas de produção dos sistemas simbólicos atravessam distintos campos da vida social, efetivando-se a partir de um corpo de produtores especializados, em permanente conflito pelo monopólio da competência.

Observa-se, nesse raciocínio, uma nítida influência de Weber, que, no estudo da religião, percebeu o papel desempenhado por especialistas na definição e luta pelo monopólio do sagrado. Bourdieu pretende, no entanto, desenvolver o postulado, pouco praticado por seu criador, aplicando-o a diferentes campos da vida social. A luta entre especialistas no interior do campo literário ou intelectual é definida pelas possibilidades e estratégias construídas em torno do monopólio do saber.

Bourdieu retoma também de Durkheim a relação existente entre categorias sociais e categorias de percepção, entendendo, no entanto, que as classificações sociais, antes de serem fruto de uma construção universal, expressam o estado dos conflitos de visões de mundo. Trata-se de uma observação já formulada por Frederico Neiburg, em resenha publicada na *Folha de S. Paulo* de 10/5/1996 sobre as duas recentes obras de Bourdieu publicadas no Brasil.

Tais reflexões são importantes para que se compreenda por que Bourdieu afirma que a sociologia deve tomar por objeto não a “verdade”, mas as lutas em torno da sua definição. Os espaços de confronto efetivados por agentes a partir de diferentes posições permitem a percepção de diferentes pontos de vista, o caráter conflitivo da vida social, freqüentemente denegado no discurso do “bem comum”.

Essa formulação geral ganha especificidade segundo os diferentes campos analisados. A título de exemplo, a consagração do artista atravessa o percurso de luta pela definição de uma posição de reconhecimento no interior do campo artístico. As divisões aí existentes estão entre “a arte útil”, a “arte burguesa” e a “arte pela arte” como construção emblemática de um campo autônomo que tem em Flaubert um dos seus principais porta-vozes.

A originalidade literária do escritor está no fato de colocar em questão as formas vigentes de pensamento, provocando, segundo Bourdieu, uma resolução simbólica que unifica o lírico e o vulgar. “Escrever bem o medíocre” condensa o programa estético de Flaubert, na sua tentativa de conciliar os contrários e insurgir-se contra as classificações estéticas construídas (p. 140).

A leitura da *Education sentimentale*, segundo a interpretação de Bourdieu, sugere as vicissitudes vividas pela produção literária através de personagens que encarnam diferentes posições no mundo da arte. A trama de sentimentos vividos pelos personagens, entre os quais se destaca o amor impossível de Frédéric e Madame Arnoux, revela a ilusão romântica do encontro entre as possibilidades e as impossibilidades do campo literário. O personagem Frédéric, oscilando entre estratégias mutuamente exclusivas, representa “a incompatibilidade entre os dois universos, entre a arte e o dinheiro, o amor puro e o amor mercenário” (p. 43).

Mergulhando um pouco mais na obra literária de Flaubert, é importante destacar algumas dimensões. Em primeiro lugar, a linguagem lírica, cheia de recursos metafóricos que acentuam o amor de Frédéric por Madame Arnoux. Desde a primeira visão, o primeiro aperto de mãos, a narração segue a trilha dos encontros e desencontros, permeada pelo desejo afoito de Frédéric face aos obstáculos do mundo cotidiano. Há também no romance a exploração do “mundo interior” dos personagens, principalmente aqueles em torno dos quais a trama do enredo é tecida.

A idéia do amor impossível, com paixões parcialmente reveladas, faz do livro uma obra típica da escritura romântica, caracterizada por uma subjetividade contida, mas sujeita a rompantes oriundos de personagens acometidos pelo sentimento amoroso.

Trata-se de um romance à primeira vista igual a outros, não fosse o momento histórico da sua produção, expressivo da invenção da beleza pura, e as dimensões não inteiramente explícitas do mundo da arte, que Bourdieu tentou captar através da sua leitura.

A interpretação instigante de Bourdieu a respeito da obra de Flaubert, constituída a partir de um viés sociológico, é passível de discussões, muitas das quais geraram polêmicas. Maria Tereza Gramuglio, por exemplo, publicou uma resenha do livro de Bourdieu (revista *Punto de Vista*, p. 47, Buenos Aires, 1993), onde adverte contra a desconfiança na coincidência feliz entre o pensamento sociológico de Bourdieu e as reflexões de Flaubert.

De fato, a leitura que Bourdieu faz de Flaubert a partir de categorias sociais, tais como campo do poder e espaço social, sugere a existência de

uma analogia entre o sociólogo e o escritor. Podemos indagar, no entanto, se esse não é mesmo o propósito de Bourdieu, explicitado inclusive em uma tira de papel que enlaça a capa da edição francesa: “Le Flaubert de Bourdieu”. Nesse caso, o autor assume as diferentes possibilidades de interpretação de uma obra, incluindo a validade da leitura sociológica que seria capaz de desvendar o oculto, fazendo emergir o que está apenas enunciado de forma sutil e eufemística.

O livro de Bourdieu segue a trilha de um raciocínio que, partindo da discussão sobre a obra de Flaubert, encaminha-se gradativamente para discussões mais abstratas, nas quais estão os fundamentos de uma ciência das obras artísticas e literárias.

A linguagem utilizada demonstra, como sempre, um raciocínio abstrato que pode afastar leitores não familiarizados com a retórica do autor. Trata-se de um estilo próprio de escrita, com uso de parágrafos longos e expressões e metáforas que lhe são peculiares.

A penetração de seus trabalhos no Brasil revela que, pouco a pouco, Bourdieu passa a fazer parte dos autores contemporâneos representativos de grande solidez teórica, aliada ao mérito da validade empírica.

O livro de Bourdieu constitui uma sistematização bem elaborada de algumas das idéias produzidas em obras anteriores. As discussões sobre a troca de bens simbólicos, a gênese da estética pura ou o campo intelectual encontram-se delineadas em trabalhos anteriores, já editados no Brasil.

Na parte final do livro, Bourdieu convoca os intelectuais para um “corporativismo de caráter universal”, que consiste na construção permanente de uma autonomia do campo intelectual. Dessa postura resultaria uma conseqüente tomada de posição, condicionada por esse lugar privilegiado “onde se produzem e reproduzem os instrumentos materiais e intelectuais que chamamos de razão” (p. 472). Preserva-se, assim, o lugar da indignação e da crítica capaz de contrapor-se aos constrangimentos de ordem econômica e política.

É possível dizer que *Les règles de l'art* constitui uma espécie de indicação metodológica para a leitura de produções literárias e artísticas. Possui, nesse sentido, uma sutil analogia com *As regras do método sociológico*, na medida em que invoca questões importantes que a sociologia não deve negligenciar na observação das obras culturais.

A fecundidade do pensamento sociológico de Pierre Bourdieu para a compreensão de temas não convencionais retoma de forma criativa os possíveis diálogos entre a arte e a ciência.

Normas para Publicação

I. Tipo de colaboração aceita pela revista

Trabalhos originais em Sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação Sociedade/Estado no contexto da atualidade brasileira e que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Artigos resultantes de pesquisa científica na área de Ciências Sociais.
2. Discussões teóricas que levem ao questionamento de modelos existentes e à elaboração de hipóteses para pesquisas futuras.
3. Revisões críticas (resenhas, ensaios bibliográficos) de literatura relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento da Sociologia.

II. Apreciação pela comissão editorial

1. Os trabalhos enviados serão apreciados pela comissão editorial, que poderá fazer uso de consultores, caso não disponha de especialista na área abordada no artigo. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos.

2. Eventuais sugestões de modificações de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessárias deverão ser notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.

3. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. Forma de apresentação dos originais

1. Os artigos deverão ser enviados em disquetes acompanhados de três cópias, em espaço duplo, não excedendo trinta laudas.

2. Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo em Português, com tradução em Inglês e Francês, que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões, assim como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações, etc.).

3. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, deverão ser incluídas no final do documento. As menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor, data, página).

4. As referências bibliográficas serão apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais. Exemplos:

- Em caso de livro:

Vovelle, Michel (1987) *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense.

- Em caso de artigo:

Nunes, Brasilmar Ferreira (1991) "Revisitando aspectos da questão urbana". *Sociedade e Estado*. Vol. VI, n.º 2: 19-113

- Em caso de coletânea:

Oliveira, Lúcia Lippi (1990) "A institucionalização do ensino de ciências sociais", in H. Bomeny e P. Birman (orgs.), *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj/Relume-Dumará.

- Em caso de teses:

Santos, Marisa Veloso Motta (1991) *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.

IV. O autor principal de cada artigo receberá três exemplares da revista na qual seu artigo foi publicado.

baseia-se em relações face-a-face. Presume-se que a intensidade dos contatos cotidianos gera um estoque comum de conhecimentos que reduz os desentendimentos. É a regularidade e frequência de contatos com outros que se considera como sustentação de uma cultura comum. Enquanto a existência desse conjunto integrado de “valores nucleares” ou pressupostos comuns enraizados em práticas cotidianas talvez esteja sendo exagerado nos níveis local e nacional (Featherstone, 1991: cap. 9), há mais uma dimensão da integração cultural a ser mencionada. Trata-se da geração de poderosos rituais, cerimônias e memórias coletivas de sustentação emocional. Durkheim, em *As formas elementares da vida religiosa*, sublinhava o modo como um sentido do sagrado era gerado em períodos de “efervescência coletiva” que fortaleciam os laços emocionais. Com o passar do tempo, a intensidade do envolvimento e da excitação que uniam as pessoas tende a diminuir, mas o uso de rituais e cerimônias atua como baterias que guardam e recarregam o sentido de comunalidade. Fora do calendário regular de cerimônias que reforçam o nosso sentido de identidade coletiva de família, de local e de nacionalidade, também é possível apelar para as memórias coletivas. Como bem lembrou Halbwachs, as memórias coletivas referem-se a contextos grupais do passado que são periodicamente reforçados pelo contato com outros que partilharam da experiência inicial (ver também Middleton e Edwards, 1990).

A nação enquanto comunidade

Mas haverá limites para o tamanho do grupo e do lugar a ser considerado como comunidade local? Pode uma nação ser considerada uma comunidade local? Se examinarmos a origem do termo, veremos que ele se refere não apenas ao moderno Estado-nação, mas também tem origem em *natio*, comunidade local, condição de pertencer a uma família, um domicílio (Brennan, 1990:45). Hesita-se frequentemente em aceitar que a nação poderia representar o tipo de vínculo tipicamente atribuído à comunidade local, principalmente no caso de marxistas com simpatias internacionalistas. Observa Raymond Williams:

O termo “nação” está radicalmente ligado a “nativo”. Nós nascemos em relações tipicamente assentadas em um lugar. Este tipo de laço primário e “localizável” tem importância humana e natural fundamental. Mas o salto daí para qualquer coisa que se assemelhe ao Estado-nação é totalmente artificial (Williams, 1983:180, apud Brennan, 1990:45).



PRÓXIMO NÚMERO
SOCIOLOGIA DO TRABALHO

O processo de globalização parece ser assunto obrigatório hoje em todo tipo de publicação ou debate. Por mais que a palavra se venha desgastando, a realidade sócio econômica e cultural deste processo não pode ser eludida por cientistas sociais interessados em compreender tanto a natureza das novas formas de produção e consumo quanto as características dos agentes envolvidos.

Não podemos ignorar interpretações da arena cultural que destacam, concomitantemente, tendências à fragmentação de identidades definidas territorialmente, por suas raízes em determinado espaço — cidade, região ou nação-estado —, e a fragmentação do próprio corpo social, ou dos parâmetros definidores das normas de sociabilidade.

Esperamos, com este número, contribuir para o debate sobre a globalização tanto no que diz respeito às identidades culturais e nacionais quanto no que tange à problemática do meio ambiente, de forma a afastar as interpretações simplistas que tendem a exacerbar os seus efeitos, seja de homogeneização seja de fragmentação.

APOIO CULTURAL



R E L U M E D U M A R A

EDITORA

UnB